

**Ten.- Cel. QOPM RITA APARECIDA DE OLIVEIRA**

**PROJETOS DE PRODUÇÃO SOCIAL DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ:  
DILEMAS DA INTEGRAÇÃO**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Segurança Pública, Curso Superior de Polícia, Academia Policial Militar do Guatupê, Convênio com a Universidade Federal do Paraná.

Orientador Metodológico:  
Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Márcio Sérgio B. S. de Oliveira

Orientadores de Conteúdo:  
Coronel QOPM José Paulo Betes  
Profa. Dra. Sônia Maria Chaves  
Haracemiv

**CURITIBA**

**2006**

A você que me conhece pelo olhar, que me enxuga as lágrimas, compartilha de minha alegria e de minha dor, ama-me sem nada exigir, o meu eterno amor, admiração e respeito, com as bênçãos de Deus, nosso Pai Criador.

*Ensina a criança no caminho que ela  
deve andar, e, ainda quando for velho, não se  
desviará dele.*

Provérbios 22,6

## AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Deus, pela graça concedida, propiciando-me a oportunidade para a concretização dessa etapa de especialização, última exigência legal de uma jornada iniciada em 1977.

Ao meu querido Pai Clemente Lúcio de Oliveira, *in memoriam* e à minha querida Mãe Natália Maria Rocha de Oliveira pelo amor que me trouxeram ao mundo, pelos ensinamentos de luta, esperança, dignidade, justiça e solidariedade plantados em minha alma.

Aos meus irmãos Eulália Domingo de Oliveira Zarantonelli, *in memoriam*, Ismael de Oliveira, Edvirges de Oliveira, Joel Tomé de Oliveira, Aldoel Francisco de Oliveira, Inês de Oliveira Domingues, José Antônio de Oliveira, Francisca de Oliveira, Isabel Aparecida de Oliveira Bernardo e Salmo Vasconcelos de Oliveira, meus sobrinhos e cunhados pelo amor, pela confiança, pela amizade, união, construindo a solidez de uma grande e linda família. Esteio este que sempre me deu força e segurança para desprezar as coisas ruins do passado, amar o hoje e sonhar com um amanhã muito melhor e promissor.

Aos meus Orientadores de Conteúdo e Metodológico, a minha gratidão pela paciência e pelos ensinamentos que com sabedoria me ajudaram a construir e concluir a etapa final de minha jornada militar estadual.

Aos meus superiores, aos meus pares, aos meus subordinados e aos meus amigos que acreditam na seriedade e na força de meu trabalho, para ajudar na construção de uma Polícia Militar e de uma sociedade mais humana, justa, digna e solidária, o meu muito obrigada, rogando sempre a Deus a proteção, a iluminação e a sabedoria para todos nós.

Ao meu fiel amigo 1º Ten QOPM Dalton Gean Perovano, Chefe do Setor de Gestão de Cursos, Palestra e Pedagogia do PROERD, dizer-lhe muito obrigada é pouco por tudo que representa para mim e para a Intuição que tanto amamos, chamada Polícia Militar do Paraná. Mas sei que nosso Pai Celestial ao seu tempo recompensar-lhe-á, ajudando-o a recuperar o tempo de injustiça de sua profissão, e dando-lhe suporte para seguir em frente e vitorioso, ao lado de sua querida esposa Edina Maria Schreiner Perovano e seu filho que acaba de nascer André Luiz Perovano.

Ao amigo e Cap. QOPM. Medeiros, o meu reconhecimento ao seu talento, espírito de luta e superação. Minha gratidão pelo apoio dispensado durante a realização

do CSP. No caminho que se segue, conte sempre comigo, pois na minha equipe há lugar certo e cativo para Você.

Aos integrantes de minha equipe da Coordenação Estadual do PROERD, especialmente na pessoa da Subtenente Maria Luzinete do Nascimento Kikuchi, amiga de todas as horas, que junto com os oficiais e praças, ajudaram a conduzir com despreendimento, seriedade e muita competência o cotidiano do Programa no Paraná. Motivos estes, que dentre outros, deram-me a tranqüilidade e a serenidade necessária para realizar o CSP e concluir este trabalho científico.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE FIGURAS</b> .....	viii
<b>LISTA DE QUADROS</b> .....	ix
<b>LISTA DE TABELAS</b> .....	x
<b>LISTA DE SIGLAS</b> .....	xi
<b>RESUMO</b> .....	xiii
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA.....	4
1.2 OBJETIVO GERAL.....	6
1.2.1 Objetivos Específicos .....	6
1.3 METODOLOGIA.....	6
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	<b>9</b>
2.1 CONFORMANDO A PRODUÇÃO SOCIAL .....	9
2.2.1 Tecnologia, Produção Social e Diferenciação dos Labores Sociais: Uma Tendência Irreversível na Polícia Militar.....	13
2.1.2 O Trabalho como Determinante do Conhecimento Social.....	14
2.1.3 Cooperação: as Estruturações do Sujeito e a Produção Social.....	15
2.2 OUTRO MODO DE PENSAR E FAZER POLÍCIA: A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PARADIGMA? .....	20
2.3 VIOLÊNCIA: ALGUMAS ANÁLISES DE SUAS MANIFESTAÇÕES .....	30
2.3.1 Fatores de Risco Sociais Associados.....	35
2.3.1.1 Violência .....	35
2.3.1.2 Drogas e comportamentos de risco.....	37
2.3.1.3 A (in)disciplina na escola: uma reflexão sobre como tratar o assunto.....	39
2.3.1.4 Outro tipo de violência: a policial.....	39
2.3.1.5 Alternativas para a superação das violências.....	47
2.4 REDES NAS CIÊNCIAS SOCIAIS .....	48
2.4.1 Análise de Acordo com a Teoria de Redes Sociais .....	51
2.5 OS PRINCIPAIS PROJETOS DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ .....	53
2.5.1 A Concepção de Polícia Comunitária .....	53
2.5.1.2 O Projeto POVO.....	65
2.5.1.3 A Patrulha Escolar Comunitária.....	67
2.5.1.3.1 A indisciplina que pode gerar violência ou a paz na escola .....	67
2.5.1.3.2 Alguns aspectos sobre a Patrulha Escolar Comunitária .....	71
2.5.1.4 O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD .....	74
2.5.1.4.1 A formação do Policial PROERD.....	79
2.5.1.4.2 Modalidades de Currículos do PROERD.....	83
2.5.1.4.3 Ações de Parceria desenvolvidas pelo Programa através de Resolução Conjunta.....	86
2.5.1.4.4 Outras parcerias realizadas pelo Programa.....	87
2.5.1.4.5 Atividade pontuais de informação em educação preventiva .....	88
2.5.1.4.6 Assessoria realizada nas Escolas.....	88
2.5.2 OS PRINCIPAIS PROJETOS DE REFERÊNCIA NO CAMPO SOCIAL.....	91
2.5.2.1 O Serviço de Assistência Social da PMPR.....	91
2.5.2.1.1 Considerações Sobre a Prevenção ao Uso de Drogas e os Fatores de Risco Associados .....	92
2.5.2.1.2 As ações Desenvolvidas pelo Serviço de Assistência Social da PMPR.....	98
2.5.2.1.3 O SAS como Organismo Responsável pelas Ações e Políticas de Recuperação, Tratamento e Inserção Social da PMPR .....	101
2.5.3 O Projeto Equoterapia.....	103
2.5.4 O Programa Formando o Cidadão .....	106
2.5.5 O Projeto Resgate Social .....	111

2.5.6	Dilemas dos Projetos Sociais na Polícia Militar .....	114
2.5.7	Articulação de Ações de Polícia Comunitária e social na Polícia Militar: exemplos trazidos das Co-irmãs.....	115
2.5.7.1	O Núcleo de Articulação de Ações Estratégicas da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.....	115
2.5.7.2	A Gerência Geral de Articulação e Integração Institucional e Comunitária da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco.....	115
2.5.7.3	Núcleo Integrado de Segurança Comunitária: uma experiência social .....	119
2.5.7.4	A Polícia Militar de Santa Catarina: a Formação de Seu Efetivo nas Bases Curriculares da SENASP .....	122
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>129</b>
3.1	FUNDAMENTANDO A BUSCA.....	129
3.2	PERFIL DA POPULAÇÃO A SER ESTUDADA .....	131
3.2.1	Escolha da População de Estudo.....	131
3.4	COLETA DOS DADOS .....	134
3.5	OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE.....	135
3.6	ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	137
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>138</b>
4.1	DADOS GERAIS DA POPULAÇÃO ESTUDADA.....	139
4.2	SOBRE A ATUAÇÃO EM ATIVIDADES DIVERSAS .....	142
4.2.1	O Que Fazia Antes de ingressar na Atividade Atual .....	142
4.3	CONCEPÇÕES SOBRE A POLÍCIA MILITAR .....	143
4.3.1	Como Você Concebe a Polícia Militar.....	143
4.3.2	Como Você Entende o Trabalho de Polícia Comunitária ou Social .....	144
4.3.3	O Trabalho no Campo de Polícia Comunitária, Educativa ou Social na PMPR Possibilita .....	145
4.3.4	Como Você Caracteriza a Instituição Polícia Militar do Paraná .....	147
4.3.5	A PMPR Deveria Investir em Outra Área Ainda não Alcançada pela Atividade de Polícia Comunitária, Educativa ou Social .....	148
4.3.6	Você Tem Conhecimento do que é Trabalho em Rede .....	149
4.3.7	O Trabalho Desenvolvido em Rede Pode Proporcionar a Melhora no Resultado no Campo da Polícia Comunitária, Educativa ou Social .....	150
4.4	O AMBIENTE SOCIAL.....	150
4.4.1	O Que o Policial-Militar Observa que Falta no Ambiente para o Trabalho.....	150
4.4.2	Se o Trabalho no Campo de Polícia Comunitária, Educativa ou Social, Desenvolvido na Comunidade, Cria Espaço de Mudança Significativa.....	152
4.5	FORMAÇÃO E IDENTIDADE DO PROFISSIONAL.....	153
4.5.1	Concepção do Policial-Militar sobre Sua Formação para o Desempenho da Atividade .....	153
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>156</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>165</b>
	<b>APÊNDICE.....</b>	<b>173</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>183</b>

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	REPRESENTAÇÃO DAS IDENTIDADES DOS POLICIAIS MILITARES.....	23
FIGURA 2	AS CONCEPÇÕES DE ATIVIDADE DE POLÍCIA MILITAR....	62
FIGURA 3	NÚMERO DE ESCOLAS ATENDIDAS PELA PATRULHA ESCOLAR COMUNITÁRIA 1º SEMESTRE LETIVO DE 2006.....	72
FIGURA 4	NÚMERO DE VIATURAS UTILIZADAS PELA PATRULHA ESCOLAR COMUNITÁRIA ATÉ O 1º SEMESTRE LETIVO DE 2006.....	74
FIGURA 5	USO NA VIDA DE DROGAS PSICOTRÓPICAS POR 48.155 ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DAS REDES MUNICIPAL E ESTADUAL DO BRASIL.....	79
FIGURA 6	CATEGORIA DE POLICIAIS MILITARES DO PROERD ATÉ O PRIMEIRO SEMESTRE DO ANO DE 2006.....	82
FIGURA 7	RELAÇÃO DE ALUNOS FORMADOS NOS CURRÍCULOS PROERD DE 17 E 10 LIÇÕES.....	84
FIGURA 8	ALUNOS ATENDIDOS NO ESTADO DO PARANÁ, ATÉ O PRIMEIRO SEMESTRE DO ANO DE 2006.....	89
FIGURA 9	CONCEPÇÃO DOS PAIS SOBRE O PROERD REFERENTE AO NÍVEL DE SATISFAÇÃO CONSOANTE OS OBJETIVOS PROPOSTOS.....	91
FIGURA 10	CONCEPÇÃO DOS PAIS SOBRE O PROERD REFERENTE AO NÍVEL DE SATISFAÇÃO CONSOANTE OS OBJETIVOS PROPOSTOS.....	91
FIGURA 11	ORGANOGRAMA DO NAAE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....	116
FIGURA 12	ORGANOGRAMA DA GERÊNCIA GERAL DE ARTICULAÇÃO E INTEGRAÇÃO INSTITUCIONAL E COMUNITÁRIA.....	118
FIGURA 13	IDADE DOS POLICIAIS-MILITARES QUE ATUAM NAS ATIVIDADES DE POLÍCIA COMUNITÁRIA E SOCIAL DA PMPR.....	140
FIGURA 14	GRAU DE ESCOLARIDADE DOS POLICIAIS-MILITARES.....	142
FIGURA 15	CONCEPÇÕES SOBRE OUTROS INVESTIMENTOS SOCIAIS AINDA NÃO ALCANÇADOS PELA PMPR.....	148
FIGURA 16	O QUE FALTA NO AMBIENTE DE TRABALHO PARA O ADEQUADO DESEMPENHO DA ATIVIDADE.....	152
FIGURA 17	O TRABALHO NO CAMPO DE POLÍCIA COMUNITÁRIA E SOCIAL NA PMPR E A CRIAÇÃO DE ESPAÇO DE MUDANÇA SIGNIFICATIVO.....	153
FIGURA 18	A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO PARA O TRABALHO DO POLICIAL-MILITAR.....	154



## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	DIFERENÇAS CONCEITUAIS NAS RELAÇÕES INDIVIDUAIS E AMBIENTAIS DE PIAGET E MARX.....	09
QUADRO 2	CRIANÇAS E JOVENS MATRICULADOS NA ESCOLA NO ANO DE 2004.....	40
QUADRO 3	ORGANOGRAMA DO PROERD NA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ DE ACORDO COM A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE QUALIDADE.....	77

## LISTA DE TABELA

TABELA 1	PERÍODO DE ATUAÇÃO DO POLICIAL-MILITAR, A CONTAR DE SEU INGRESSO NA CORPORACÃO.....	140
TABELA 2	ATIVIDADES SOCIAIS QUE DESEMPENHAVA.....	142
TABELA 3	CONCEPÇÃO DOS POLICIAIS-MILITARES SOBRE OS PROGRAMAS DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ.....	144
TABELA 4	CONCEPÇÃO DOS POLICIAIS-MILITARES SOBRE A RESPONSABILIDADE DOS PROGRAMAS NA CORPORACÃO.....	144
TABELA 5	MUDANÇAS PRODUZIDAS NAS COMUNIDADES PELA INCLUSÃO DE PROJETOS DE POLÍCIA COMUNITÁRIA E AÇÕES SOCIAIS DA PMPR.....	145
TABELA 6	CARACTERIZAÇÃO PELOS POLICIAIS-MILITARES DOS PROGRAMAS E AÇÕES SOCIAIS DA PMPR.....	147
TABELA 7	CONHECIMENTO SOBRE TRABALHO EM REDE.....	150
TABELA 8	CONCEPÇÃO SOBRE A MELHORA QUE O TRABALHO EM REDE PODE PROPORCIONAR NAS ATIVIDADES DE POLÍCIA MILITAR.....	150
TABELA 9	COMO OS OUTROS POLICIAIS-MILITARES VÊEM OS PROFISSIONAIS QUE TRABALHAM COM POLÍCIA COMUNITÁRIA E SOCIAL NA PMPR.....	155

## LISTA DE SIGLAS

AA/ALANOM	- Alcoólicos Anônimos
ANDE	- Associação Nacional de Equoterapia
APMG	- Academia Policial Militar do Guatupê
AREI	- Assessoria de Relações Interinstitucionais
BPM	- Batalhão de Polícia Militar
BPRv	- Batalhão de Polícia Rodoviária
BPTran	- Batalhão de Polícia de Trânsito
CCDS	- Conselhos Comunitários de Defesa Social
CEAD	- Coordenadoria Estadual Antidrogas
CFM	- Conselho Federal de Medicina
CMDCA	- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
COAS	- Comandos Operacionais de Áreas
CONEAD	- Conselho Estadual Antidrogas
CriDesPar	- Movimento Nacional em Defesa da Criança Desaparecida do Paraná
DARE	- <i>Drug Abuse Resistance Education</i>
DETRAN	- Departamento de Trânsito
DIRCS	- Diretoria de Relações Comunitárias e Sociais
ECA	- Estatuto da Criança e do Adolescente
EMG	- Estado Maior Geral
FAZ	- Fundação de Ação Social
FERA	- Festival de Artes da Rede Estudantil
IAP	- Instituto Ambiental do Paraná
INEP	- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IS	- Instruções de Serviço
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases
MEC	- Ministério da Educação e Cultura
NA	- Narcóticos Anônimos
NAAE	- Núcleo de Articulação de Ações Estratégicas
NAPS/CAPS	- Núcleo/Centro de Atenção Psicossocial
NISC	- Núcleos Integrados de Segurança Comunitária
NSC	- Núcleos de Segurança Comunitária
ONU	- Organização das Nações Unidas
OPM	- Organização Policial Militar
PCN	- Parâmetros Curriculares Nacionais
PEC	- Patrulha Escolar Comunitária
PETI	- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PMERJ	- Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
PMPR	- Polícia Militar do Paraná
PMSC	- Polícia Militar de Santa Catarina
POVO	- Policiamento Ostensivo Volante
PREVIDA	- Semana de Prevenção ao uso de Drogas
PROAAR	- Programa de Avaliação e Acompanhamento de Policiais Militares Envolvidos em Ocorrência de Alto Risco

PROAVAL	- Programa de Pesquisas e Avaliações
PROEPOL	- Programa de Orientação e Encaminhamento de Policiais
PROERD	- Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência
PROFAM	- Programa de Orientação Familiar
PROMEM	- Programa de Atenção aos Menores Desassistidos
REDUC	- Refinaria de Petróleo Duque de Caxias
SAS	- Serviço de Assistência Social
SDS	- Secretaria de Defesa Social
SECR	- Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família
SEED	- Secretaria de Estado da Educação
SEJU	- Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania
SEMA	- Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SENAD	- Secretaria Nacional Sobre Drogas
SENASP	- Secretaria Nacional de Segurança Pública
SESP	- Secretaria de Estado da Segurança Pública
SNC	- Sistema Nervoso Central
UEPG	- Universidade Estadual de Ponta Grossa
UNESP	- Universidade Estadual de São Paulo

## RESUMO

Análise dos “Projetos de produção social da Polícia Militar do Paraná: dilemas da integração” apresentada por exigência curricular do Curso Superior de Polícia, realizado pela Academia Policial Militar do Guatupê, APMG, em Convênio com a Universidade Federal do Paraná, para obtenção do título de Especialista em Segurança Pública ao nível de Doutorado. A investigação teve por finalidade analisar comparativamente as características gerais das ações de polícia comunitária e sociais existentes na Polícia Militar do Paraná, através da teoria de redes sociais. Foi possível a construção do marco teórico sob o enfoque da produção social na Corporação, direcionado pela pesquisa com os participantes das principais práticas de polícia social na Instituição. No processo de estudo sobre o assunto foram desvendados paradigmas que cotidianamente tem-se observado e vivido na Organização, como pré-conceitos contra os projetos e programas nos campos de polícia comunitária e ações sociais. A pesquisa aponta ainda que esses policiais-militares respondentes sentem a necessidade de integração dessas ações para a melhoria do resultado social, interno e externo à Corporação. A pesquisa do tipo exploratória foi realizada com policiais-militares de Curitiba e Região Metropolitana que trabalham com os programas já citados.

Palavras-chave: Produção Social; Polícia Comunitária; Prevenção.

## PROJETOS DE PRODUÇÃO SOCIAL DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ: DILEMAS DA INTEGRAÇÃO

### 1 INTRODUÇÃO

À presente investigação, interessa discutir criticamente, e sem a pretensão de esgotar o assunto, sobre os trabalhos na ótica do repensar uma nova Polícia Militar com o foco voltado para o futuro, através da gestão de idéias acerca de concepções sobre polícia para a comunidade, preventiva e social.

Assim, considera-se imprescindível a aproximação do presente trabalho de pesquisa à discussão através da teoria da produção social em sociologia e da concepção da teoria matricial das redes sociais, cujas duas áreas servirão para a constituição de um campo interdisciplinar de saberes e práticas, e aponta-se a necessidade dessa convergência para o desenvolvimento de um processo constitutivo, avaliativo sistemático desses trabalhos no campo social interno e externo à Polícia Militar do Paraná.

Acredita-se que com a consolidação desse trabalho, será possível lançar um novo olhar para a questão social na Corporação, que ainda de forma paradigmática, encontra-se encarcerada e não levada a efeito, esquecida pelos dirigentes da Corporação, que são os gestores das políticas institucionais perante os altos escalões do Governo do Estado.

Nesse processo coletivo do pensar socialmente a Organização, há muitas pontas soltas e que merecem atenção especial. A falta de pesquisas científicas na PMPR tem comprometido seu processo histórico de desenvolvimento e, a caracteriza como uma Corporação que se tem deixado manipular pela ação política, com pouco ou nenhum critério sistematizado de criar mecanismos de defesa contra esses ataques que colocam em risco de extinção essa Organização sesquicentenária que tem elevado crédito perante a opinião pública, ou seja, a comunidade onde se presta os serviços.

Nesse sentido, houve a necessidade de construir um marco teórico próprio para a pesquisa que foi proposta elaborar, motivo pelo qual o presente trabalho investigativo encontra-se com tal volume e conteúdo.

A polícia militar foi constituída para servir à população, e o mais importante, os sujeitos que a compoem são emprestados da sociedade para um período de formação/capacitação e logo após são restituídos a essa sociedade. São pessoas investidas de autoridade legal, mas que anseiam por melhores condições de trabalho. Por outro lado, encontramos as pessoas que cotidianamente vêem e esperam que a instituição Polícia Militar atue como agência protetora, não necessariamente com o serviço de repressão, mas inserida nas áreas de educação preventiva e de inserção social.

GRANJEIRO (2001, p. 21) aponta que o policial-militar, independente do grau hierárquico de que seja possuidor, é um permanente social e socializador, e que no seu dia-a-dia profissional, tem de agir na composição da paz social, neutralizando a manifestação de comportamentos anti-sociais. Nessa perspectiva, a formação do profissional de segurança do cidadão<sup>1</sup> deve desenvolver neste a capacidade analítica (reflexiva) sobre a sua função social e a capacidade teórica prática para atuar de forma competente.

Assim, nessa pesquisa foi realizado um diagnóstico das ações nas áreas de polícia comunitária, de prevenção e de intervenção social interna existente na Polícia Militar do Paraná, e mostrou que se encontram desarticuladas, demandando sua reorganização para o trabalho integrado.

Nessa questão, trata-se da discussão preliminar sobre possível instrumental metodológico para pesquisa avaliativa das condições de formação do sistema de rede interna e externa das ações nos campos da prevenção primária, secundária e terciária, e projetos dirigidos às comunidades fora da Polícia Militar.

Para entender o processo vinculado de produção e o social, discutiu-se minuciosamente a idéia da adaptação social às novas formas de produção social, que são posteriores às ações envolvidas em sua construção, o que significa uma diferenciação das possibilidades cognitivas conforme a diversidade própria das configurações subestruturais dos ambientes sociais, ou seja, ambientes em que ocorre a ação.

---

<sup>1</sup> O termo profissional da área de segurança do cidadão está coerente com o documento "Bases Curriculares para a formação do Profissional da Área da Segurança do Cidadão" publicado em junho de 2000 pelo Ministério da Justiça.

Assim, a pesquisa buscou referenciais na dialético-histórica de Karl Marx e na epistemologia genética de Jean Piaget, uma correlação que encontra na vida social, novos processos. A reconstrução no pensamento, ou seja, como conceituação das interações que só ocorre do ponto de vista da gênese e desenvolvimento histórico das representações sociais que transitam dos símbolos mitológicos às formas de racionalidade contemporânea. Isto ficou caracterizado no plano da história pessoal dos atores que compoem a Corporação.

A investigação encerra práticas de gestão que há registros de discussão na Corporação com vistas a uma ação efetiva e integrativa de esforços, considerando-se as peculiaridades de cada atividade de uma polícia social.

A Polícia Militar do Paraná possui diversas ações em que há um empenho no trabalho em diversos ambientes, como os de polícia comunitária, nas áreas de prevenção e sociais, voltados para os públicos internos.

Em síntese, foram discutidos no trabalho acerca do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD, cuja finalidade social é desenvolver atividades no campo da educação preventiva sobre drogas e cultura de paz, realizado no ambiente da sala de aula, nas escolas das redes pública e particular de ensino.

Na mesma corrente de atuação educativa, mas de intervenção social e, guardando a mesma cultura de prevenção, há os trabalhos desenvolvidos pelos “Clubes PROERD”, que tiveram como objetivo inicial dar continuidade ao trabalho nos campos da educação preventiva aos egressos do programa regular do PROERD.

Outra atividade realizada pela Corporação, agora na área de intervenção clínica e tratamento de doenças psicológicas, é o Serviço de Ação Social na Polícia Militar do Paraná, que tem por finalidade de orientar, promover, estimular e executar as atividades de bem-estar social ao efetivo da Polícia Militar (Ativos e Reformados) e seus familiares.

O Projeto Equoterapia, baseado na prática de atividades eqüestres e técnicas de equitação, que é realizado no Regimento Coronel Dulcídio, tem como objetivo proporcionar ao portador de necessidades especiais o desenvolvimento de suas potencialidades, que visa à integração na sociedade, proporcionando aos praticantes benefícios físicos, psicológicos, educativos e sociais.



Outro trabalho analisado desenvolvido pela Corporação é o “Formando o Cidadão”, que tem por finalidade, através de seus órgãos envolvidos, possibilitarem aos participantes do projeto, cidadania plena através da inserção social de meninos de rua, na faixa etária de 14 a 17 anos de idade, em uma proposta de convivência e de ação educativa que auxiliem o desenvolvimento integral, preparando-o para o exercício da cidadania.

Como atividades de policiamento ostensivo, foram ainda avaliados os trabalhos da Polícia Comunitária e da Patrulha Escolar Comunitária, como programas governamentais que atendem parcelas específicas da população.

Além da questão ora apontada, será realizada análise comparativa dos trabalhos que a Polícia Militar realiza em diversas frentes de trabalho, que aqui, para efeitos de categorização distinguiremos em três níveis de ação: os de intervenção educativa, os de tratamento e inserção psicossocial e os de polícia comunitária, ambos caracterizando o que doravante denominaremos de polícia social.

## 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

A problematização desta investigação está relacionada à necessidade de melhorar a relação e entrosamento dos projetos e programas que a Polícia Militar do Paraná possui frente às demandas sociais crescentes, com a previsão da melhora na prática dessas ações. As demandas aqui citadas são criadas na sociedade em função da decorrência de fatores primários<sup>2</sup>, de acordo com ERIKSON (1976).

As perguntas de pesquisa aqui configuradas para o tema sugerido apontam que a questão social em nossa Organização traz um vasto campo de estudo. Isso ocorre, pois, realiza-se pouca pesquisa de caráter exploratório na Polícia Militar.

Assim, percebe-se que a Corporação possui vocação no desenvolvimento do pensamento social, considerando-se o universo de demandas existentes, e que

---

<sup>2</sup> Os fatores primários aqui citados são os gerados em decorrência da escassez de produtos de necessidade primária, como alimento, vestuário, medicamentos e outros gêneros. O autor também aponta outras questões referentes a outras demandas criadas pelo homem moderno, como a necessidade de ser reconhecido, a necessidade de fazer parte de um grupo de pertença, dentre outros.

compreende os funcionários em atividade, inativos, pensionistas, dependentes destes, e a população de seu entorno que é beneficiada por programas diversos, ainda que de forma paradigmática.

Por outro lado, existem ações comunitárias que ainda, timidamente, interpolam uma cultura social aparente na Corporação.

Por que uma Organização secular como a Polícia Militar resolve investir em ações de intervenção social, nos níveis acima citados se a tônica de seu legado histórico e, por conseguinte, sua formação atual, ainda se configura de cunho repressivo, com a visível conservação de direção e estrutura administrativa que não alcançam as necessidades para o suporte social?

Do ponto de vista destes profissionais que trabalham nas atividades sociais ora especificadas, o que faz com que migrem suas concepções de formação para outro nível profissional no campo do conhecimento laboral? Esses profissionais que desempenham suas atividades laborais sentem a necessidade de desenvolverem-se na sua nova práxis de trabalho?

Essas questões, uma vez respondidas, nos permitirão apontar limites, possibilidades, horizontes a serem redefinidos e nos permitir a reflexão sobre o redirecionamento dessas ações de planejamento na Corporação.

Acredita-se que se uma organização como a Polícia Militar adotar o auto conhecimento a partir de uma postura crítica perante a sociedade, o trabalho realizado buscando a competência interpessoal, pode contribuir de forma integrada para desenvolver o que MOSCOVICI (1997) considera como sensibilidade social o qual consiste no desenvolvimento da capacidade de perceber a si mesmo, e como os outros sentem, pensam e tendem a organizar suas ações, o que permitiria forma mais adequado com maior flexibilidade no convívio interpessoal.

Percebe-se que os arranjos sociais existentes na Corporação e as formas de conhecimento existentes são aparentemente causais e, refletem um processo histórico subjacente da experiência humana que ainda identifica preconceitos de gênero, profissão, raça, crença, e outros aspectos que devem ser, não apenas sublimados, mas superados pelo processo da construção de um novo conhecimento Organizacional.

## 1.2 OBJETIVO GERAL

Analisar as características gerais das ações sociais existentes na Polícia Militar do Paraná, e construir um referencial teórico para o estabelecimento de um projeto que concentre todas as atividades nos três níveis de ação: os de intervenção educativa, os de tratamento e inserção psicossocial e os de polícia social, com vistas à consolidação de um organismo que desempenhe a função normativa, de deliberação e execução na Corporação.

### 1.2.1 Objetivos Específicos

- Analisar de maneira crítica as situações dos trabalhos no campo social existentes na Corporação;
- Analisar comparativamente as ações atualmente existentes;
- Mostrar a concepção dos agentes que trabalham nessas ações sociais e da polícia comunitária.

## 1.3 METODOLOGIA

O estudo sobre o assunto trouxe à luz muitos hiatos e mitos que cotidianamente tem-se observado e vivido na Corporação Policial Militar, que é contingencialmente eivada de paradigmas e pré-conceitos acerca dos “projetos e programas nos campos de polícia comunitária, atividades de prevenção e ações sociais”, seja no objeto propriamente dito ou com seus agentes.

Como já apontado, a Corporação carece de pesquisas que levistem de maneira crítica pontos de relevância social, por considerarmos que estamos inseridos em uma nova ordem cultural na sociedade, que é hoje a sociedade do conhecimento. Os componentes dessa sociedade não admitem mais Organizações seculares como a Polícia Militar que permaneça encastelada, ou que apenas determine ações organizacionais que não encontrem eco em suas expectativas sociais.

Assim, através dessa pesquisa, e de acordo com DEMO (1995, p. 11), aponta que não consiste em um trabalho de apenas coletar dados e realizar um mosaico de informações, que por mais que estejam coerentes, não caracterizam logicamente o objetivo científico ou social da busca, ou seja, a coleta de informações, sistematização e descrição da realidade.

Como apontado por LÜDKE e ANDRÉ (1986, p. 11) “ocupo-me com os processos e fico atenta aos significados que as pessoas dão às coisas e à vida”.

A isto, a pesquisa como atividade humana e social, carrega consigo a carga de conhecimento histórica do pesquisador, que reflete diretamente na qualidade do resultado da investigação.

Nesse sentido, o objeto de estudo observado e em questão foi tratado de maneira analítica, mesmo se considerando a complexidade do fenômeno social estudado.

O trabalho de pesquisa adotou a pesquisa bibliográfica como fontes primária, secundária e terciária, seguida da análise de conteúdo do material coletado.

O direcionamento da investigação redundou em pesquisa qualitativa de caráter exploratório, pois o processo da pesquisa citado não admite visões isoladas, parceladas e estanques, mas desenvolve em uma interação dinâmica se retro alimentando, reformulando-se constantemente, de forma que na coleta de dados, num instante deixa de ser tal e passa-se a análise de dados, e este é em seguida um veículo para nova busca de informações.

No que se refere à coleta de dados, a pesquisa qualitativa admitiu alguns tipos de caminhos, que foram utilizados, como o questionário semi-estruturado.

Como técnica de análise do conteúdo das observações, adotou-se como base as experiências de trabalho de campo de BOGDAN E BIKLEN (1982) em LÜDKE e ANDRÉ (1986, p. 15), que apresentam uma parte descritiva e uma parte reflexiva.

No que se refere à análise documental, foram analisados diversos tipos de documentos achados importantes e de relevância para a pesquisa, como materiais históricos referentes ações sociais na Polícia Militar do Paraná, em que foram encontrados outros elementos que propiciarão outras investigações, que julgo importante para o desenvolvimento social da própria Organização.

A análise documental, de acordo com CAULEY (1981), buscou-se identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de

interesse. Assim os documentos constituem-se em uma fonte poderosas de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador.

Outro aspecto importante da análise de conteúdo, de acordo com SAMPIERI (1998, P. 43) está na capacidade da análise de conteúdo “gerar novas interrogações e descobertas”. Nesse sentido, FRANCO (1986, p. 9) ressalta que a análise de conteúdo busca os sentidos de um texto, de uma mensagem. O ideal, de acordo com o autor é buscar sentidos em um texto, na mensagem procedida pelo interlocutor.

Assim, a população estudada foi a de policiais-militares que atuam nas ações de polícia comunitária e social da Polícia Militar do Paraná, em Curitiba e Região Metropolitana, tomado como referência geográfica para melhor homogeneização da amostra.

A coleta de dados foi realizada com todos os níveis de participantes de cada ação citada, tanto o corpo de funcionários, como equipe dirigente (Oficiais e Praças) que informaram as diversas situações, espaços na concretude que envolvem o cotidiano e a realidade das questões relativas ao seu trabalho.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 CONFORMANDO A PRODUÇÃO SOCIAL

Para entender a idéia da produção social da Polícia Militar do Paraná e seus dilemas de integração, após a busca de vários autores, tomaram-se por base as teorias de Marx e Piaget, por julgar que esses dois teóricos melhor justificam a hipótese de que os sujeitos envolvidos nos trabalhos nas áreas de polícia comunitária, educação preventiva e atividades sociais na Corporação são construtores de sua existência e sujeitos epistemológicos, na medida em que percebem as concepções da sociedade em suas necessidades de suporte social.

GOLDMANN (1959) desenvolveu a hipótese de que as teorias de ambos são correspondentes do ponto de vista epistemológico e homólogo (enquanto teoria social e psicológica). Por sua vez, PIAGET em Estudos Sociológicos (1983) estabelece uma série de identidades entre sua concepção (estruturalismo genético) e as concepções de MARX.

Piaget aponta que nas condutas das pessoas há duas espécies de interação: sujeito-objeto e sujeito-sujeito. Esta formulação equaciona a análise dos processos sociais de forma convergente com Marx, que afirma as relações (compreendidas também como ação) indivíduo-natureza e indivíduo-indivíduo, ambas mediadas pelo modo de produção, como básicas do desenvolvimento histórico. Entendemos que esta é a relação que deve ser construída na análise das configurações dos ambientes organizacionais.

QUADRO 1 – DIFERENÇAS CONCEITUAIS NAS RELAÇÕES INDIVIDUAIS E AMBIENTAIS DE PIAGET E MARX

SUJEITO ↔ OBJETO	SUJEITO ↔ SUJEITO
Na epistemologia genética de Piaget, ocorre uma interação bilateral entre o sujeito e objeto e o sujeito-sujeito, onde o sujeito transforma o objeto e vice-versa, o que o autor denomina de abstração reflexionante.	
INDIVÍDUO → NATUREZA	INDIVÍDUO → INDIVÍDUO
O processo dialético-histórico de Marx, o indivíduo é que determina a condição de sua existência através das transformações da natureza e na relação indivíduo-indivíduo, que define a condição de alterações do meio (social).	

A partir de agora será realizado um apanhado na teoria dialética histórica marxista, retificando o valor das estruturas sociais em seu momento de gênese e da atualidade, desfocado da multideterminação das relações endógenas de cada estrutura e relacional entre as várias estruturas que integram a vida social, acentua-se aqui a idéia de que o contemporâneo são relações que ressignificam as estruturas históricas originais (MARX, 1982).

Esta dialética, de transformação do valor e das funções das estruturas originais conforme as relações de totalidade em que está inserida são acentuadas por PIAGET (1983, p. 46). Ou seja, trata-se de não subordinar, por exemplo, os processos sociais emergentes como a necessidade de suporte social<sup>3</sup> às mesmas interpretações, funções da ação, pensadas que tiveram valor para a análise crítica da arquitetura da produção industrial, contida na teoria de Marx.

Esta aproximação enfrenta algumas antinomias e lacunas mútuas. Marx ao se concentrar na crítica às formas de consciência que considerava alienadas, ideológicas, ou decorrentes da reificação, não chegou a formular uma teoria do conhecimento (para além de sua crítica filosófica ao mecanicismo e ao idealismo).

Por sua vez, considera-se que o conceito marxista de modo de produção oferece instrumentos importantes para análise da vida social contemporânea. Sua validade, admitida por Piaget, traz várias discussões para uma abordagem do sociogênese do conhecimento.

Assim, por exemplo, o conceito de infra-estrutura, ou subestrutura, em Piaget, aparece parcializado naquilo que chamamos de processo de produção (que é um momento estrutural dialeticamente articulado com os processos de valorização, o capital como relação social, estruturada e estruturante).

Na realidade, a 'infra' é o modo de produção, que é o conceito teórico relativo à dialética dos processos de produção e processo de valorização dos sujeitos envolvidos.

O segundo ponto de nebulosidade, em Piaget, é a interpretação da subestrutura da ação, no caso, dos ambientes sociais de produção restrita às

---

<sup>3</sup> Nesse trabalho adotaremos o termo "Necessidade de suporte social" ou apenas "Suporte social", como uma criação de uma necessidade construída no imaginário das pessoas que participam da sociedade. Será também aqui tratado como uma carência psíquica que é fruto de um construto mental dos sujeitos sociais. O termo é de autoria dessa pesquisadora.

relações de causalidade sobre as representações sociais, em suas várias formas: ideológicas, mitológicas e racionais.

Para além desta abordagem se devem considerar as estruturas dos processos de produção social passíveis de análises estruturais por serem estruturadas, e implicativas por seu caráter estruturante. Assim, não só as representações sociais, simbólicas e racionais retroagem sobre a ação, definidas em seu caráter implicativo; mas nas estruturas sociais há implicações emergentes, mesmo que ocultas, inclusive dos aparatos de produção social.

Conscientes de que estas antinomias e lacunas requisitam uma árdua confecção teórica, restringimos a discussão ao escopo enunciado no início.

Será utilizado a partir de agora o conceito de tecnologia e, que tem o sentido construído por Marx, como meio de produção, ou seja, instrumentos de trabalho que, na contemporaneidade, objetiva a racionalidade científica e social.

Longe, porém, da neutralidade, a tecnologia é uma composição passível de uma demarcação no tempo/espço de sua ocorrência (o que já define o seu caráter histórico, que alguns entendem universal), e também de seus vínculos genéticos com determinadas formas de agir, como a ação preexistente, incluindo a ação na produção social (FERREIRA, 1997).

Um dos espaços de uso efetivo das tecnologias e, que hoje são produzidas por especialistas, cientistas e tecnólogos são o da produção social, diferente do espaço de consumo.

Uma tecnologia da educação preventiva, entretanto, pode ser a mesma na "produção" do espaço da produção e do consumo, por exemplo, a elaboração de um projeto para implantação de um programa social.

O conceito de produção do qual será abordado é o de Marx, buscando a sua relativização. Dos Manuscritos, passando pela Ideologia Alemã, até a Introdução e ao Capital, as relações entre trabalho, como atividade dos indivíduos e produção são reconstruídas de forma cada vez mais complexa.

Nos Manuscritos, produção ao mesmo tempo relação (intercâmbio orgânico) indivíduo-natureza e indivíduo-indivíduo. Na Ideologia Alemã, Marx afirma as "forças produtivas" como forma que abrange a cooperação e divisão do trabalho e, ao mesmo tempo, desenvolvimento dos meios (instrumentais) para satisfazer o mundo da necessidade. Nesta obra, Marx afirma as formas de produzir (incluindo aí, as



formas determinadas de organização social da produção, de cooperação, divisão social do trabalho e de propriedade, e principalmente a propriedade dos meios de produzir) como referência essencial de uma concepção de história.

Estes conceitos seriam depois desdobrados: o modo de produção é uma síntese dos processos de produção e processos de valorização, entendidos cada um como mutuamente implicados e de autonomia relativa na configuração das relações sociais.

Nessas sínteses, podemos agora situar a condição da sociedade na necessidade de suporte social. Se a sociedade cria suas demandas, como as de segurança, prevenção, saúde, assistenciais, dentre outras, a responsabilidade recai no setor público, cuja resposta deve ser “produzida”, “criada”.

Assim, órgãos públicos como as Polícias Militares, precisam prestar o “suporte social” que é caracterizado pela elaboração de respostas, por vezes, não convencionais às comunidades.

As sociedades devem ser situadas, periodizadas em seu passado e hierarquizadas em seu presente conforme as variações no contexto desta dialética.

Para BAUDRILLARD (1996), nem o objeto material construído pelo pensamento marxista existe na forma de necessidades naturais. O objeto de consumo é signo e significado dissociado de seus referentes. O predomínio da necessidade de respostas sociais nas representações sociais é dominante na era de uma polícia comunitária.

A representação, entretanto, é uma dimensão diversa do suporte social ou do meio de produção desta necessidade. Vários autores construíram análises destes processos de produção que extrapolam os limites dos conceitos relativos à forma industrial de produzir (MORIN, 1990 e HERSCOVICI, 1995).

A criação dessas necessidades de suporte e seu uso estão recortados pelas estratégias sociais. Acentuam-se aqui aquelas específicas do capital: as suas formas de racionalidade (burocrática e econômica) típicas (a economia do tempo, a eficácia operacional/funcional, as regras técnicas de uso).

### 2.2.1 Tecnologia, Produção Social e Diferenciação dos Labores Sociais: Uma Tendência Irreversível na Polícia Militar

Uma das questões que se coloca aqui, em termos genéricos, é a da lacuna/descompasso atividades do trabalho na produção social entre os processos de objetivação do trabalho social preexistente, em tecnologias e de subjetivação dos indivíduos, colocados, com o uso das mesmas, frente a novas demandas cognitivas, individuais e sociais, ante o ambiente social de produção.

Esta nova configuração é objeto de várias hipóteses no que se refere à divisão social do trabalho manual e intelectual. Adam SCHAFF (1991) prevê o fim da divisão social do trabalho na esfera da produção em decorrência das tecnologias. André GORZ (1983) considera que continuarão existindo ambientes de produção social caracterizados pela heteronomia (técnica e normativa, baseada na divisão social do trabalho), abrindo-se ao mesmo tempo espaços para autonomia, compreendidos numa lógica individual e comunitária.

Já FRIGOTTO (1991), partindo de Schaff, analisa este processo do ponto de vista das possibilidades positivas emergentes da produção social que, rebatidas na educação, abrem-se à politecnia, associação entre trabalho intelectual e manual, relações entre adultos e crianças na produção, e à convivência na teoria e prática na ação social.

Estas análises nos levam às considerações sobre os processos de produção social, conhecimento e tecnologia.

Antes de tudo, à compreensão de que as atividades dos indivíduos em suas interações com os objetos e outros indivíduos não ocorrem num ambiente social nulo e de apropriação de uma tecnologia neutra. Ao contrário, estas interações se desenvolvem em espaços estruturados conforme relações entre várias estruturas estruturadas e estruturantes, dialeticamente condicionadas, o que significa inclusive autonomia relativa de uma em relação a outra.

Nestas formas de produção, a tecnologia, enquanto meio técnico de produção ocupa um lugar especial, na medida em que a objetivação das atividades anteriores dos indivíduos é uma construção social, estrutura estruturada - recortada e projetada por estratégias diversas. Mesmo que com conflitos Organizacionais, devem ser hegemônicas para integrarem a ainda complexa concepção de produção social,

na sua forma, como produtos da criação científica, tecnológica (no sentido de ferramenta criada pelo homem para a resolução de problemas sociais).

### 2.1.2 O Trabalho como Determinante do Conhecimento Social

MARX (1975) vai definir a linguagem, a comunicação, e a consciência ética e cognitiva como formas da produção social. A experiência coletiva da produção social, neste sentido, é uma práxis, que é a síntese de consciência e ação, que é o determinante do conjunto da vida social.

Na Ideologia Alemã (1975), esta formulação está indicada na hipótese de que a consciência é contemporânea da linguagem, porém ambas são derivadas da produção e trocas dos objetos materiais, que fundam as possibilidades cognitivas e comunicacionais dos sujeitos.

O autor entende que estas possibilidades estão recortadas pela alienação resultante da divisão social do trabalho e das várias formas de trabalhos concretos diferenciados.

Isso explica, nas múltiplas sínteses indefinidas, inclusive as acadêmicas de formação policial militar, porque até hoje não construiu a resposta do que é ou qual é a cultura policial militar.

A divisão estanque do trabalho na Corporação resulta ainda no não-entendimento sobre a importância das novas dimensões e perspectivas para o trabalho voltado à população. Esse aspecto nos remeterá em algo que será posteriormente discutido, a questão da identidade, diferença e poder, que servirá para explicar e situar o não-entendimento de aspectos relacionados à cultura organizacional.

A ciência é inserida por MARX nas formas de alienações “superestruturais”, na medida em que seus agentes a compreendem como “outra coisa além da consciência da prática existente, que representa efetivamente qualquer coisa sem representar qualquer coisa de real” (1975, p. 41).

Tal como o Estado, o direito, a moral e a arte, a ciência é tão somente uma forma especial da produção, estando sujeita às suas determinações (MARX, 1980). A alienação da vida real se refere aos processos internos ao modo de produção (infraestrutura), no caso alienado em relação aos processos (de atividade dos produtores), aos produtos do trabalho (produzido para o mercado) e à subjetividade (por ser fundado no reino da necessidade e por se desenvolver sob formas não conscientes).

Outra consideração importante de Marx no *Capital* é de que a reflexão, conhecimento social, é posterior a ação, isto é, o conhecimento sobre as formas de vida humana, e também sua análise científica, segue, sobretudo um caminho oposto ao desenvolvimento real.

LUKÁCS (1984), que buscou estas relações entre conhecimento e trabalho, tomando por base os escritos filosóficos hegelianos de Jena. Para Lukács, o conhecimento tem sua gênese na esfera do trabalho. Trata-se da forma pela qual o intercâmbio indivíduo-natureza pode ser realizado conforme as finalidades socialmente estabelecidas. A questão das finalidades também está ancorada na esfera do trabalho.

Este é o caminho de sua crítica a Kant, que transforma a construção das finalidades numa questão abstrata. Ao mesmo tempo, procura assim explicar a gênese, no trabalho, do surgimento das várias formas de concepções de mundo nas quais se discute o destino da espécie.

### 2.1.3 Cooperação: as Estruturações do Sujeito e a Produção Social

Agora será realizada a abordagem com base na epistemologia genética de Piaget, que nos oferece caminhos para responder a questão relativa à formulação da concepção dos sujeitos sobre a produção social.

Aqui nos interessa, em especial, a gênese do conhecimento em torno das interações sociais. Na vida social, a idéia de operação é substituída pela cooperação, isto é, operações efetuadas em comum entre vários indivíduos (PIAGET, 1973). Deve-se pontuar que nem toda a interação é cooperativa. Como

dentro do próprio conceito de interação há uma indissociabilidade entre interações sujeito-objeto e sujeito-sujeito, operação e cooperação são abordados também como se fossem sinônimos.

Essa breve introdução serve para situar os atores dessas relações como protagonistas das ações de interação, que são desenvolvidas pela Corporação no meio social. Importa ressaltar, conforme contido no Quadro 1, que as relações apontadas na epistemologia de Piaget, são interativas, e de caráter de sínteses integrativas entre o sujeito-objeto-sujeito, ou na mesma lógica entre os sujeitos. O objeto aqui citado é a cooperação, que na concepção do autor deve ser absoluta, completa, sistêmica.

O conceito de cooperação, para Piaget, considera a própria ação desenvolvida em conjunto por vários indivíduos, como espaço de interações infra-estruturais, e causais na vida coletiva, que correspondem às condutas na vida psicológica.

Esse estudo serve para apontar que em qualquer meio social, a cooperação deve ser absoluta, integral. A cooperação não é apenas concreta, também é formal, isto é não ocorre apenas no plano da ação, mas também no da consciência. Na vida psicológica e social, a indiferenciação não se esgota com a ação, na medida em que somente o processo de conceituação, específica das interações, propiciará a superação dos esquemas prévios a partir dos quais os indivíduos organizam sua ação nestes ambientes.

Se a interação é a base do conhecimento, a tomada de consciência da mesma requer um esforço a mais por parte dos sujeitos no sentido da conceituação do fazer (PIAGET, 1985), o que ocorrerá em interações de novo tipo, ou seja, proposicionais e intelectuais.

O conceito de interação em Piaget é uma superação do senso comum sobre o termo: interação é uma síntese, num patamar superior, que agrega as teorias das estruturas inatas no sujeito e as teorias que vêem o conhecimento como resultante das interações com o meio ambiente.

Ou seja, é a própria consciência que o sujeito pode desenvolver acerca da importância da interação social. Do ponto de vista da sua estruturação, a ação coletiva, que diferenciamos aqui de cooperação, concreta ou representativa se

desdobra, propõem Piaget, em ritmos, regulações e agrupamentos, os mesmos observados no desenvolvimento psicológico individual.

Os ritmos dos sujeitos demarcam a fronteira entre o natural e o social. As regulações sociais já se constituem em formas de coordenação de vários ritmos, porém sem atingir ainda o nível da lógica co-operatória concreta (e, logo, formal), como, por exemplo, trocas entre indivíduos em que não há conservação do ponto de vista do outro, nem de reciprocidade, típicos dos agrupamentos. Finalmente, os agrupamentos são co-operatórios concretos e formais.

Em termos concretos, estas regras vão se referir na vida social às normas, aos valores e aos símbolos e sinais (códigos) verbais e não verbais que possibilitam as trocas entre os sujeitos. As normas estabelecem as regras das interações, atingindo os vários planos destas (as regras gramaticais, os conceitos, as operações, as regras técnicas e morais, etc). Se as operações individuais se constituem sempre em imperativos hipotéticos que demarcam a coerência da ação psicológica, as regras definem os imperativos categóricos da ação coletiva.

Os valores se constituem em sistemas de classificação da realidade que se apresenta nas interações dos indivíduos, tanto em relação aos objetos como nas interações sujeito-sujeito.

Seguindo a lógica do pensamento de Piaget, pode-se ser levados a afirmar que também na vida social a cooperação concreta nem sempre encontra expressão normativa, valorativa e comunicativa dos agrupamentos. Isto é, a tomada de consciência social seria trabalho que redobra o próprio esforço social despendido nas ações concretas de cooperação.

Se esta extrapolação tem validade, afirma-se que o conhecimento social, em torno de normas, valores e signos, é posterior sempre à ação. Daí a idéia de que a adaptação social às novas formas de produção social serão posteriores às ações envolvidas em sua construção, o que significa uma diferenciação das possibilidades cognitivas conforme a diversidade própria das configurações subestruturais dos ambientes de produção social, ou seja, ambientes em que ocorrem a ação.

Esta correlação encontra na vida social, novos processos. A reconstrução no pensamento, como conceituação das interações só ocorre do ponto de vista da gênese e desenvolvimento histórico das representações sociais que transitam dos

símbolos mitológicos às formas de racionalidade contemporânea. Isto é, no plano da história, a consciência é posterior à ação.

As formas construídas de representação e ação apresentam-se como acabadas para cada novo integrante desta sociedade. A vida social herda as estruturas e subestruturas construídas, que são relativas aos signos, valores e normas das gerações passadas, as quais carregam consigo as várias possibilidades: representações simbólicas pré-rationais, associações mais ou menos lógicas e irracionais e verdadeiras proposições lógico-normativas e morais, todas elas com caráter implicativo.

Isso explica os paradigmas existentes nas grandes corporações, que têm uma relação direta, por vezes no resultado efetivo social.

Piaget se refere ao fato de que a reconstrução das representações por parte dos indivíduos depara-se sempre com estruturas e subestruturas representacionais preexistentes numa determinada sociedade.

Apontamos que os indivíduos se deparam também com determinadas formas específicas, históricas e sociais de ação, como por exemplo, a forma como se atende uma parcela da população nos serviços públicos, como fazer uma ponte, como pensar a administração, e outros. A atividade adaptativa nas sociedades não ocorre, portanto, numa redoma, na qual o indivíduo desenvolva suas interações com os objetos e alguns sujeitos, mas num contexto social que impõe determinadas ações e representações estruturadas e estruturante como desafio quanto às possibilidades de interações.

Isto é passível de observação mesmo nas pesquisas clínicas de Piaget, o mais próximo de um isolamento do indivíduo psicológico: os desafios, a linguagem e a norma subjacente à realização das experiências são indissociáveis de uma determinada herança sociocultural, a língua, os tipos de ações contempláveis, as relações lógicas em jogo, que determinam as interações. A genialidade de Piaget está em descentrar deste ambiente de heranças, aquilo que é específico e que constitui o concreto da atividade do sujeito.

A dificuldade está em extrapolar estas conclusões para ambientes com outros tipos de herança, aí poderíamos pensar na Polícia Militar, por exemplo, como ocorre o desenvolvimento do pensamento repressivo/militaresco para o comunitário/preventivo e social, sabendo-se que a formação de nosso policial-militar

traz consigo traços, mesmo que em partes por milhão, da falta de uma cultura acadêmica de pesquisa?

Qual será o teto representacional no interior dessa cultura? E o que pode acontecer se de algum modo chegarem a ser desafiados, mediante novas possibilidades de conceituação, à formalização de suas estruturas cognitivas?

Resta sempre a hipótese plausível de que o desenvolvimento atinge até determinados níveis representativos, a partir dos quais ocorre uma inflexão que tangencia e é polarizada centripetamente pelas ações e representações socialmente herdadas.

Não fosse assim, todas as sociedades teriam chegado ao pensamento lógico-formal e matemático, antes da emergência destas formas de representação na Antigüidade. O vetor de universalidade não implica, portanto, num desenvolvimento sempre existente e atualizado até as operações formais ou interações regradas por normas independente das condições socioculturais no tempo e no espaço.

O que, por outro lado, não quer dizer, absolutamente, que, enquanto representante da espécie humana, o indivíduo orgânico de qualquer cultura tenha interdito o seu acesso em direção a formas mais complexas de conhecimento.

A acomodação dos indivíduos à cultura que, conforme interpretação existe como estrutura material e simbólica, se refere tanto às estruturas representacionais como às estruturas da própria ação presentes na herança histórica.

Estas estruturas da vida social dos sujeitos que trabalham na Corporação serão também assimiladas e reconstruídas por eles em cada momento do presente conforme seus próprios esquemas e sistemas de significação, tanto no plano da ação quanto no da representação. Isso implica em determinadas direções individuais e sociais de coordenações das ações, variáveis não só conforme as possibilidades de ação, mas também dos possíveis das representações, e da relação dialética entre ambos.

Marx e Piaget apontam juntos que os sujeitos são os produtores de sua história, na medida em que se relaciona com o objeto, que no caso é a concepção de uma polícia comunitária e social. Se essa relação tem inferência no processo histórico de desenvolvimento dos sujeitos e em sua relação com esse objeto, a educação do corpo dirigente e dos participantes da Corporação deve ser repensada



e focalizada para a vastidão de fenômenos que a sociedade propõe para a construção do currículo.

## 2.2 OUTRO MODO DE PENSAR E FAZER POLÍCIA: A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PARADIGMA?

A partir de agora serão realizadas algumas reflexões que darão condições de traçar paralelos entre o atual modo de se pensar a Corporação Polícia Militar, sua prática cotidiana em sua(s) forma(a) paradigmática(s), através de teorias pós-críticas da identidade, diferença, relações de poder e as formas de superação desses aspectos intrínsecos à cultura vigente.

De acordo com SILVA (2001, p. 88), embora as várias perspectivas aceitem o princípio mínimo comum, no que se refere à perspectiva de diferentes grupos culturais, e isso cabe também a instituições como a Polícia Militar, ocorre ainda a segregação que parte através das diferentes concepções de mundo.

De acordo com CANDAU, “hoje a necessidade de um reconhecimento e valorização das diversas identidades culturais, de suas particularidades e contribuições específicas à construção do país é cada vez mais afirmada” (1997, p. 241). As contradições envolvidas nesse reconhecimento e nessa valorização certamente impõem desafios para as organizações sociais.

Essas perspectivas divergem então em aspectos importantes como é o caso da perspectiva liberal ou humanista, que enfatiza um currículo multiculturalista baseado nas idéias de tolerância, respeito e convivência harmoniosa entre as culturas. Esse currículo é constitutivo do tecido cultural social, que por sua vez, permeia os bancos escolares, e na Corporação, é impregnado nos centros de formação com uma aparente concepção de cultura organizacional.

Da perspectiva mais crítica, conforme SILVA (2001, p. 89), essas noções deixariam intactas essas relações de poder que se encontram na base da produção da diferença. A idéia de tolerância implica certa superioridade, por parte de quem mostra “tolerância”. Por outro lado, a noção de “respeito” implica certo essencialismo cultural, pelo quais as diferenças culturais são vistas como fixas; como já definitivamente estabelecidas, restando apenas “respeitá-las”.

O autor ainda percorre esse caminho apontando que as diferenças estão sendo produzidas e reproduzidas, o que se deve focalizar são precisamente as “relações de poder que presidem sua produção” (SILVA, 2001, p. 89).

No que se refere aos estereótipos socialmente estabelecidos, um silogismo pode ser feito com relação à profissão do policial-militar. Um sujeito que saiu da sociedade para um período de formação que podem durar seis meses para a formação de soldado em nível médio, e três anos para a formação de oficial em nível superior. O fato é que esses sujeitos após esse período são restituídos à sociedade. Possuem relacionamentos sociais, realizam cursos superiores e até pós-graduação.

SILVA (2001, p. 92), relata em um trecho extraído de sua obra, acerca dos rótulos sociais de gênero.

A literatura crítica concentrou-se em analisar, por exemplo, os materiais curriculares, tais como livros didáticos que caracteristicamente fazia circular e perpetuavam esses estereótipos. Um livro didático que sistematicamente apresentasse as mulheres como enfermeiras e os homens como médicos, por exemplo, estava claramente contribuindo para reforçar esse estereótipo e, conseqüentemente, dificultando que as mulheres chegassem às faculdades de medicina. De forma similar, os estereótipos e os preconceitos de gênero eram internalizados pelos próprios professores que inconscientemente esperavam coisas diferentes de meninos e meninas. Essas expectativas por sua vez determinavam a carreira educacional desses meninos e dessas meninas reproduzindo, assim, as desigualdades de gênero.

Onde existe identidade e diferença há uma assimetria. Um objeto de disputa entre grupos situados relativamente ao poder. Na disputa pela identidade encontram-se envolvidos recursos simbólicos e materiais da sociedade. Assim, a identidade e a diferença se encontram em estreita conexão com as relações de poder.

Nesse sentido, a identidade parece ser uma positividade, ou seja, aquilo que sou, uma característica independente, um fato autônomo, auto-suficiente. Já a diferença como uma identidade independente, mas em oposição à identidade.

A identidade e a diferença estão em estreita relação de dependência. Em uma análise comparativa (PEROVANO, 2006, p. 107) de relação com policiais-militares, os profissionais que atuam no PROERD são considerados a outridade, pois, trabalham com a prevenção (educação). Ao mesmo tempo a identidade compreende o trabalho com a repressão, mas a vertente do trabalho incide na segurança pública, o bem social comum, tutelado pelo Estado de Direito à Polícia Militar.

Isso remete ao que o filósofo francês DERRIDA (1981, p. 51) aponta sobre as relações de identidade e diferença, que se ordenam em torno de oposições binárias: “questionar a identidade e diferença como relações de poder significa problematizar os binarismos em torno dos quais elas se organizam”. Assim, normalizar a identidade, que significa eleger arbitrariamente, torna-se um dos processos mais sutis pelo qual o poder se manifesta no campo da identidade e diferença.

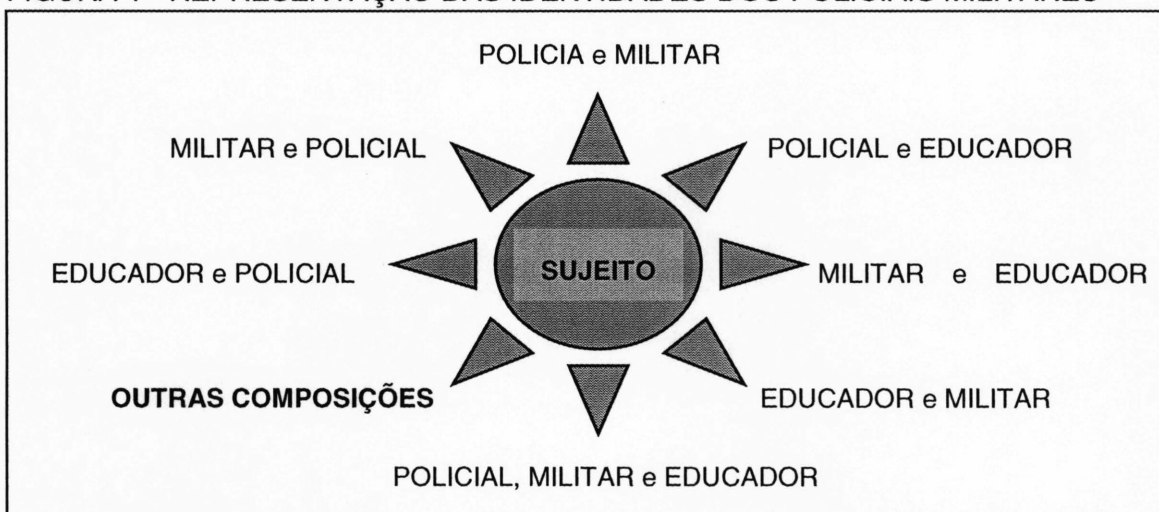
O autor ainda revela que toda identidade propõe a normalização e constitui um dos processos mais sutis pelo qual o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar nada mais é do que atribuir a essa identidade todas as características possíveis, que outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa.

Ainda segundo o autor, em uma perspectiva pós-estruturalista, tentaria desconstruir os inúmeros binarismos de que é feito o conhecimento que constitui o currículo: masculino/feminino, gordo/magro, branco/negro, e no caso do policial-militar preventivo/repressivo, educador/repressor. Isso representa uma manifestação de diferença, não genérica, mas perfeitamente visível, entre a própria Corporação Polícia Militar e da escola.

Como as identidades não se encontram ainda fixadas, mas sim em processo, construindo-se na, e por meio da linguagem, podem se desenvolver e favorecer a formação de contra discursos, em que novas posições de estabeleçam. Assim as mudanças, portanto, são passíveis de serem incentivadas e catalisadas no espaço da Polícia Militar, seja pela crítica de identidade dominante, seja pela compreensão do movimento de construção das identidades presentes nesse ambiente, conforme Figura 1.

A origem provável da problemática é de que a Polícia Militar centra a formação de seu pessoal para a repressão, encontra-se provavelmente na concepção dos mitos fundadores, que remetem a algum momento da história de uma organização, e carregam consigo paradigmas que estão atrelados à cultura dessas organizações, caracterizando-as com personalidade de seu contexto.

FIGURA 1 - REPRESENTAÇÃO DAS IDENTIDADES DOS POLICIAIS MILITARES



FONTE: PEROVANO, 2005.

Isso comprova a hipótese do mito fundador e sua permeabilidade num processo de construção histórica e perpetuação pelo poder.

Ainda no que se refere à noção de poder, FOUCAULT (1977, p. 135) concebe-o “não como algo que se possui, nem como algo fixo, nem tampouco como que partindo de um centro, mas como uma relação, como móvel e fluído, como capilar e estando em toda parte”.

Ao mesmo tempo não existe poder que não se utilize do saber, sobretudo com um saber que se expressa através do conhecimento. É ainda o poder para o autor, o que está na origem do processo pelo qual nos tornamos sujeitos de um determinado tipo.

Na perspectiva foucaultiana, as relações de poder são móveis, reversíveis e instáveis, não estão dadas de uma vez por todas. “Existe necessariamente, a possibilidade de resistência, de escape, de fuga de estratégias, que revertem à situação”. Isso nos proporciona indícios de que o poder estabelecido e do que é identidade pode ser transformado em diferença e vice-versa.

Um aspecto, relacionado aos anteriores, é a associação das diferenças culturais às relações de poder. Como já assinado, não há como analisar essas diferenças sem levar em conta que determinadas “minorias”, identificadas por fatores relativos à classe social, gênero, etnia, sexualidade, religião, idade, linguagem, têm sido definidas, desvalorizadas e discriminadas por representarem “o outro”, “o

diferente”, “o inferior”. Diferenças, portanto, têm sido permanentemente produzidas e preservadas por meio de relações de poder (CAWS,1996; SILVA, 1999).

Ao se aceitar que diferença cultural e poder estão intimamente ligados, há que se rejeitar, como o fazem STOER e CORTESÃO (1999), o chamado multiculturalismo benigno. Tal perspectiva restringe-se a identificar as diferenças e a estimular o respeito, a tolerância e a convivência entre elas. Não inclui, em seu horizonte, o propósito de desestabilizar as relações de poder envolvidas nas situações em que as diferenças coexistem.

Isso tem uma relação direta com a existência, na Corporação Policial Militar, nas diferentes correntes de pensamento na aplicação de inovações tecnológicas e conceituais do fazer polícia em consonância com a necessidade de suporte social.

Como bem acrescenta FOUCAULT (1977, p. 45): “é preciso pensar o sujeito reconceptualizado em uma nova posição, deslocada ou descentrada, no interior do paradigma. Parece que é na tentativa de rearticular a relação entre sujeitos e práticas discursivas que a questão da identidade, ou talvez, nesse caso, a da identificação, aparece se enfatizarmos o processo de subjetivação”.

O autor da obra “Manicômios, prisões e conventos”, Erving GOFFMAN (2005), traça o perfil que pode ser comparado a um exame de “raio x”, de instituições como as Polícias Militares, onde denomina de “instituições totais<sup>4</sup>, que possibilita entendermos por outra ótica os mitos fundadores e a relação de poder.

GOFFMAN (2005, p. 16) cita, ainda, que essa modalidade de instituição tem tendências de fechamento e, que caracteristicamente, são locais que ocorrem atividades de determinado tipo, como serviços de corrente contínua e, com um conjunto menos mutável de participantes.

Esse “fechamento” ou seu caráter total é caracterizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no mundo físico – por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas ou pântanos.”

---

<sup>4</sup> De acordo com GOFFMAN (2005, p. 16), a “categoria de instituições totais foi indicada, diversas vezes na literatura sociaológica, sob diferentes nomes e algumas das características da classe foram também sugeridas, e isso talvez tenha sido feito de maneira mais notável num esquecido artigo de Howard Rowland, ‘*Segregated Communities and mental health*’, em *Mental Health Publication of the American Association for the advanced of Science*, nº 9”.

A instituição Policial-Militar traz consigo uma das características físicas mencionadas pelo autor, como muros altos, e outras não citadas como a arquitetura dos prédios, que possibilitam ter o controle por parte dos dirigentes de tudo o que acontece no interior do quartel.

GOFFMAN ainda enumera essas instituições em cinco categorias, sendo que a quarta é a que mais se identifica com a corporação policial militar, estabelecida para realizar alguma tarefa instrumental, que no caso é a de preservar a ordem pública social através do policiamento ostensivo, cabendo como meio a prevenção e a repressão (2005, p. 17).

O autor explica que as instituições totais não seguem as mesmas disposições sociais como brincar, dormir, trabalhar em locais diferentes, mas possui uma ruptura que separa essas três esferas da vida. Nessas instituições, como a Polícia Militar, esses aspectos são realizados no mesmo local e sob única autoridade, com a participação de um grupo relativamente grande de outras pessoas, sob o mesmo tratamento. As atividades são sistematizadas e obrigatórias para tender objetivos explícitos da instituição (GOFFMAN, 2005, p. 18), por intermédio de uma pequena equipe de supervisão.

Algo que GOFFMAN esclarece em sua obra, é que os participantes das instituições totais chegam com uma “cultura aparente”, derivada do “mundo da família” e que permanecem até o momento da admissão na organização. Isso fica muito explícito nas instituições policiais militares quando do ingresso dessas pessoas, momento em que ocorrem a realização do rito de passagem, o denominado “trote”, que tem levado a discussão pela sociedade a maneira como é realizado. Tal rito tem por finalidade demarcar um período antes e após o ingresso desses sujeitos, como uma porta de único acesso e, que, a partir do momento que ingresam, passam a fazer parte da organização como colaboradores.

Salienta o autor, que “as instituições totais não substituem algo já formado pela sua cultura específica; estamos diante de algo mais limitado do que a aculturação ou assimilação.” (GOFFMAN, 2005, p. 23). Quando se busca um perfil de policial-militar para trabalhar no Programa, buscam-se pessoas que já desempenham atividades fora da polícia militar e que o fazem na sociedade, ou seja, as que seguem as mesmas disposições sociais como brincar, dormir, trabalhar em locais diferentes.

A isso, o autor chama de processo de mortificação, que é uma perturbação na relação usual entre o ator individual e seus atos. Podem-se citar algumas situações das quais, são com maior freqüência, observadas no cotidiano da caserna<sup>5</sup>, como já no processo de admissão, fatos acerca das posições sociais e do comportamento anterior do candidato são levantados por intermédio de investigação. Assinala, ainda, a deferência rígida na relação entre o policial-militar e os dirigentes, que afastam a possibilidade de defender-se diante da situação mortificante e o seu eu. Outro aspecto encerra sanções contidas em regulamentos em que as pessoas que integram a organização ficam à mercê dos dirigentes, sobretudo nos períodos iniciais da carreira, o que propicia a violação da autonomia do ato de pensar e agir.

Outro fator está no sistema de privilégios, como modelo comportamentalista e de condicionamento que serve para manter os padrões exigidos, e que ocorre com o aumento da estada desse servidor público na instituição.

Tanto os privilégios quanto as sanções, “são freqüentemente apresentados numa linguagem que refletem os objetivos legítimos da instituição...”. (GOFFMAN, 2005, p. 78) Aqui podemos citar o compromisso com o resultado, as metas organizacionais, o lema da Corporação, dentre outros.

Isso tem por fim promover no indivíduo o que o GOFFMAN (2005, p. 160) denomina de ajustamento primário, transformá-lo em colaborador, tornando-se o participante “normal, programado ou interiorizado”.

Esses sujeitos escolhidos para trabalhar no Proerd têm uma tendência a se utilizarem do ajustamento secundário, descrito pelo autor, “que define qualquer disposição habitual pelo qual o participante de uma organização emprega meios ilícitos, ou consegue fins não autorizados, ou ambas as coisas de forma a escapar daquilo que a organização supõe que deve fazer e obter e, portanto, daquilo que deve ser.” (GOFFMAN, 2005, p. 160)

Aparentemente o que o autor define como ajustamento secundário, soa como algo subversivo e indisciplinar na instituição policial militar. Entretanto, os meios ilícitos ou fins não autorizados utilizados pelo participante referem-se aqui a

---

<sup>5</sup> Caserna é um termo militar que significa quartel.

concepção de que a equipe dirigente<sup>6</sup> da Corporação, que desempenhava a repressão agora subverte a ordem para o trabalho no campo comunitário, da educação preventiva e social. Esse profissional acaba por burlar ocasional e por vezes intencionalmente a norma procedente da equipe dirigente, ou os paradigmas existentes, para alcançar as finalidades sociais que esses trabalhos prevêem.

Para finalizarmos, o esforço por examinar e questionar as diferenças e as formas de perpetuação do poder caracteriza o que vem sendo chamado de multiculturalismo crítico. Como incorporar essa segunda perspectiva às propostas e práticas organizacionais é certamente questão da qual não se pode nem se deve evadir. Nessa defesa, recorreremos a Boaventura de Sousa SANTOS (2000), em sua opção pelo que chama de conhecimento-emancipação, cuja trajetória dirige-se do colonialismo para a solidariedade.

Para o autor, a solidariedade é uma forma de conhecimento obtida por meio do reconhecimento do outro, que só pode ser conhecido como produtor de conhecimento. Ou seja, conhecer, nesse sentido, é reconhecer e progredir no sentido de elevar o outro à condição de sujeito. Daí que todo conhecimento-emancipação tenha uma vocação multicultural.

A construção desse conhecimento esbarra, porém, em dois consideráveis obstáculos: o silêncio e a diferença. O autor ainda questiona “Como realizar um diálogo multicultural quando algumas culturas foram reduzidas ao silêncio e as suas formas de ver e conhecer o mundo se tornaram impronunciáveis?” (2000, p. 30). Como fazer falar, do modo mais livre e autônomo possível, o silêncio? Como, ao mesmo tempo, favorecer a inteligibilidade entre as diferenças? Como construir uma teoria da tradução que torne compreensível para uma dada cultura as necessidades, os valores, os costumes, os símbolos e as práticas de outra cultura? Para Santos, a diferença sem inteligibilidade conduz à incomensurabilidade e, em última instância, à indiferença.

Sem minimizar as dificuldades, SANTOS (2000) julga possível a superação dos entraves envolvidos nos processos de se abrir espaço para as ausências e de se estimular a articulação entre os diferentes. Posiciona-se em favor da adoção de

---

<sup>6</sup> A equipe dirigente é um termo utilizado por Erving Goffman para designar os responsáveis pelas instituições totais.



uma postura multicultural, em que uma política da diferença conviva em tensão com uma política da igualdade.

Em suas palavras: O multiculturalismo emancipatório que buscamos é um multiculturalismo decididamente pós-colonial, neste sentido amplo. Portanto, assenta fundamentalmente numa política, numa tensão dinâmica, mais complexa, entre a política de igualdade e a política da diferença; isso é o que ele tem de novo em relação às lutas da modernidade ocidental do século XX, lutas progressistas, operárias e outras que assentaram muito no princípio da igualdade. Há a idéia de que, sendo todos iguais, é fundamental que se dê uma redistribuição social, nomeadamente ao nível econômico, e é através da redistribuição que assumimos a igualdade como princípio e como prática.

Assim, afirma o autor, “a igualdade só existe quando há possibilidade de se compararem as coisas” (SANTOS, 2001, p. 22).

Como evitar, então, a separação das diferenças, como evitar o esfacelamento dos projetos sociais comuns Organização? Em outro estudo, a resposta convergiu para a proposição de um diálogo que permitisse a superação das divergências impeditivas de uma aproximação entre os diferentes. Desta forma, uma possível solução pode derivar da promoção de diálogo entre os padrões culturais internos, na forma de concepções sobre o seu mundo, que se encontram omitidos na natureza de cada sujeito.

Longe de preconizar o isolamento de identidades culturais em seus próprios padrões, o multiculturalismo proposto deve atentar para a necessidade de trocas, de estratégias dialógicas, em que ambas as partes participem como produtoras de cultura, desenvolvimento de ações e projetos para o comum social e, saiam com seus horizontes culturais ampliados.

O diálogo das diferenças se impõe, apesar das dificuldades envolvidas em sua concretização no cotidiano das experiências educacionais. (CANEN e MOREIRA, 2001)

Sobre a identidade, podemos questionar: em que espaço o policial-militar se situa nos âmbitos da educação, de polícia comunitária ou o trabalho social? A designação policial-militar comunitário, educador social do PROERD, terapeuta social, são as mais adequadas? Como caracterizar concretamente essa designação?

O conceito aqui apresentado é psicanalítico e apropriado de FREUD (1973), que versa sobre a “identificação”, sendo que o conceito é ambivalente, e que está moldado na fantasia, na projeção, na idealização.

Nesse sentido, NÓVOA (1998, p. 115) relata sobre a identificação da profissão:

Na problemática da identidade, situa-se a questão da identidade profissional. Derouet (1988) quando refere-se à identidade profissional dos educadores e professores chama-lhe uma montagem compósita. É uma construção que tem uma dimensão espaço-temporal, atravessa a vida profissional desde a fase de opção pela profissão até à reforma, passando pelo tempo concreto da formação inicial e pelos diferentes espaços institucionais onde a profissão se desenrola. É construída sobre saberes científicos e pedagógicos como sobre referências de ordem ética e deontológicas. É uma construção que as marcas das experiências feitas, das opções tomadas, das práticas desenvolvidas, das continuidades e descontinuidades, querem ao nível das representações quer ao nível do trabalho concreto.

Segundo o autor, o processo de construção de uma identidade profissional própria, não é estranho à função social da profissão, ao estatuto da profissão e ao profissional, à cultura do grupo de pertença profissional e ao contexto que se desenrola.

Como explicitado por ANDERSON (1974, p. 56), “de entre as múltiplas dimensões da socialização, a dimensão profissional adquiriu uma importância fundamental na medida em que o emprego é, hoje em dia, um atributo estruturante da identidade social do indivíduo”.

Até aqui, parece que o nosso profissional da segurança pública está imbricado em uma nova tarefa, a de servir socialmente e de ensinar.

A questão central da investigação está na mudança da identidade profissional do indivíduo, entretanto, um pressuposto teórico aqui levantado é o de que: quanto mais complexa e especializada a profissão, neste caso, o campo de atuação policial-militar, mais ela implica e exige formação/socialização profissional que visa atribuir uma nova dimensão à identidade social do sujeito.

De acordo com ESTRELA, descreve, as pistas até aqui descritas, nos remetem neste momento a uma definição *a priori* de identidade. Pode-se, então, seguir dois caminhos. O primeiro relacionado aos processos de trabalho constitutivo do “dispositivo formação” que produz um potencial de configuração identitária e um segundo caminho que encerra as relações interativas, constitutivas da dinâmica de

socialização, no interior da qual se gera e enquadra a luta pelo reconhecimento (1997, p. 31).

Ainda sobre o conceito de identidade, a autora aponta que “o estágio profissional contribui não só para o saber específico profissional, que se caracteriza por um conjunto de saberes teórico e competências operatórias, mas também para fornecer um conjunto de esquemas de percepção e apreciação (valores, normas e atitudes) constitutivos do ethos/universo profissional, cuja interiorização por parte dos candidatos configura descritivamente o conceito de identidade profissional” (ESTRELA, 1997, p. 31).

Percebe-se, então, que a constituição da identidade profissional, em termos individuais se realiza ao longo de toda a carreira e pressupõe um acompanhamento a longo prazo. Constata-se, então, que o processo de criação da identidade do indivíduo caracteriza-se como uma trajetória histórica, em uma continuidade de ações, construção e desconstrução.

### 2.3 VIOLÊNCIA: ALGUMAS ANÁLISES DE SUAS MANIFESTAÇÕES

De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas<sup>7</sup> (ONU, 2000), o Brasil foi classificado no grupo médio de desenvolvimento, apesar disso é o quinto país pior em concentração de renda, entre os 173 países. De acordo com a ONU, essa estrutura de distribuição de renda tem um impacto direto sobre os seus indicadores sociais.

As regiões brasileiras se desenvolveram de modo bastante diferenciado. Uma das conseqüências disso foi a formação de bolsões de miséria, como em certas áreas do Nordeste, onde metade da população vive abaixo da linha da pobreza. Já no Sudeste, cerca de 15% da população vive abaixo da linha da pobreza (BARROS, et al, 2000).

---

<sup>7</sup> O Relatório de Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas é desenvolvido com base no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e é composto por indicadores de educação, saúde e renda para medir o grau de desenvolvimento humano dos países. O Brasil ocupa a posição 73 em *ranking* de 173 países.

As questões ambientais e do trabalho vêm assumindo novas configurações com o aprofundamento do processo de globalização de acordo com pesquisadores<sup>8</sup>, com a reestruturação produtiva (HARVEY, 1996) e a adoção das políticas econômicas de corte neoliberal (FIORI, 1997).

Constata-se um duplo movimento: a dissolução das fronteiras políticas e econômicas ao desenvolvimento do capitalismo globalizado e desregulamentado (THOMPSON, 1998) e a emergência de "novas" fronteiras ambientais que não podem ser desconsideradas em longo prazo por este modo de produção (ALTVATER, 1999).

Esta situação lança desafios à questão democrática, particularmente no caso brasileiro, país profundamente marcado por uma cultura política autoritária e excludente, que impediu a sedimentação de uma experiência democrática e o exercício da cidadania de forma plena.

Esta ausência de crítica ao modo de produção capitalista direciona a educação para uma ética "comportamentalista e individualista", que privilegia a performance individual, culpabilizando os sujeitos pela sua situação no mundo do trabalho (desemprego e precarização do trabalho) ou pela degradação ambiental. Isso produz a desigualdade social, que por sua vez a exclusão, que são geradores de conflitos sociais e violência.

A crescente criminalidade na sociedade brasileira tem produzido diversos efeitos negativos para o país. Os seus impactos transcendem as vítimas diretas, gerando gigantescas perdas econômicas e sociais.

A partir da década de 90, emergem os conflitos que resultarão no aumento da exclusão social, da violência e da criminalidade. Os conflitos, nesse novo espaço de sociabilidade, ao invés de caminharem em direção ao desenvolvimento integrado e ao "processo civilizatório" (ELIAS, 1999), como era de se esperar, tiveram uma direção bem diversa. A violência logo se tornou realidade nas periferias das cidades e entre as redes de poder.

Para proporcionar resposta social à tamanha crise, a segurança pública já figura entre os principais itens dos orçamentos municipal, estadual e federal, em detrimento de áreas importantes como a saúde, educação e infra-estrutura.

---

<sup>8</sup> DOWBOR, L., IANNI, O.; RESENDE, P., 1997.

A violência urbana tem causado perdas intangíveis decorrentes das profundas mudanças na qualidade e no estilo de vida dos brasileiros, sobretudo dos moradores de médias e grandes cidades. Em outras palavras, a criminalidade violenta produz um conjunto de vítimas indiretas que encontram nas taxas criminais, em conversas e nos meios de comunicação bases para o cálculo subjetivo de probabilidades de vitimização (PAIXÃO e ANDRADE, 1993).

O temor à violência urbana tem transformado cidades em “cidades defensivas”, nas quais residências e comunidades inteiras estão passando por um intenso processo de “fortificação”. Grades, cercas elétricas, circuitos internos de TV, vigilância privada já são traços comuns das residências brasileiras.

Concomitantemente, cidadãos se transformam em “cidadãos defensivos”, que passam a evitar certos pontos da cidade, e são extremamente desconfiados de tudo e de todos (DELLASOPPA et al. 1999; LIMA, 2000).

Em uma análise fatorial da violência, segundo KAHN (2000), os crimes apresentam alguns elementos básicos, tais como: autor(es), vítima(s), instrumento(s), bem(ns) ou valor(es) subtraído(s) e testemunha(s).

Os crimes não ocorrem no vácuo, mas em contextos espaciais concretos, dotados de atributos específicos que controlam a incidência dos mesmos. Neste sentido, a geografia do crime cumpre importante missão, uma vez que busca, à luz de teorizações diversas, por meio de análises associativas e em conexão com outros campos científicos, explicar as múltiplas desigualdades espaciais da violência e seus determinantes (FELIX, 2002).

Logo, o tratamento espacial da violência urbana diferencia-se das abordagens sociológicas e psicológicas por deslocar a análise dos criminosos para os delitos propriamente ditos, explorando o contexto no qual a violência ocorre e identificando padrões espaciais e temporais associados a modalidades de delito específicas (BEATO, 1998).

Apesar da importância do fenômeno, as causas específicas e os fatores correlatos à violência urbana são nebulosos e conflitantes, uma vez que operam em dimensões distintas, variando de um indivíduo a sociedades inteiras (DELLASOPPA et al, 1999).

São inúmeras as hipóteses e construções teóricas que versam sobre os determinantes da violência urbana, mas uma, em especial, nos chama a atenção:

aquela que associa a incidência criminal urbana a formas diversas de desorganização e falta de coesão social.

Esta abordagem parte do princípio de que a criminalidade emerge como consequência de problemas associados a mecanismos de controle social.

Pessoas que promovam a ruptura da coesão social e, conseqüentemente, do controle social, estariam, indiretamente, incitando práticas criminais. Tais relações seriam condicionadas por fatores sociais como status econômico, heterogeneidade étnica, mobilidade residencial e, sobretudo, taxas de urbanização e migração.

São numerosos os estudos que exploram a relação entre crime e desorganização social/ausência de controle social, sendo igualmente numerosas as medidas indiretas empregadas para se captarem os níveis de desorganização social. SAMPSON e GROVES (1989) exploram a relação entre taxas de criminalidade e as seguintes variáveis independentes: status econômico, heterogeneidade étnica, estabilidade residencial, desagregação familiar, urbanização, redes de amizade local, grupos de adolescentes sem supervisão e participação organizacional.

Por outro lado, MIETHE et al. (1991) trabalham com a relação entre crime e taxa de desemprego, heterogeneidade étnica, mobilidade residencial, controle institucional e existência de mais de um morador por cômodo. Da mesma forma, WARNER e PIERCE (1993) trabalharam a relação com medidas de pobreza, mobilidade residencial e heterogeneidade social.

FELIX (2002) contribui com o debate sobre os determinantes da violência urbana, adotando uma abordagem eminentemente espacial. A autora aponta uma tipologia criminal/espacial, marcada pela preponderância de crimes contra a pessoa nas partes menos favorecidas das cidades, enquanto os crimes contra o patrimônio abundam nas áreas mais abastadas. FELIX (2002) oferece algumas explicações para a manifestação diferencial do crime urbano.

Em primeiro lugar, a ausência de controle social (formal ou informal), inerente aos grandes centros urbanos, favorece a prática criminal. O roubo praticado em conjuntos urbanos, com pouca circulação de pessoas e com ruas estreitas e mal iluminadas ilustra esta relação.

A autora sugere, ainda, que a densidade estrutural dos centros urbanos tenha o efeito de dar à vida um caráter anônimo, desestruturando mecanismos de controle social informal.

Na mesma balada, o adensamento de pessoas nos centros urbanos pode produzir uma maior conscientização da desigualdade social, o que, por consequência, tem o potencial de incitar a prática criminal, que representaria uma resposta para a dissociação entre aspirações materiais e possibilidades reais de realização de boa parte da população.

O adensamento populacional permite também a difusão de informações sobre meios legítimos e ilegítimos de aquisição de bens, facilitando a prática criminal.

A partir de uma análise longitudinal da criminalidade em Marília, São Paulo, FELIX (2002) revela uma clara ligação com o tempo de existência dos bairros. De acordo com a autora, parece haver uma espécie de seletividade temporal, uma vez que, com o passar do tempo e com as melhorias introduzidas nas residências e na vizinhança, de modo geral, há um maior envolvimento dos moradores nos problemas da comunidade e uma exacerbação do sentimento de territorialidade.

Conseqüentemente, a interação social aumenta, fazendo caírem distúrbios sociais como a violência urbana, bem como o próprio sentimento de insegurança (FELIX, 2003).

PAIXÃO (1983) apresenta um modelo sobre a proposta dos movimentos migratórios que concentram massas isoladas, carentes de controles sociais nas periferias dos centros urbanos, sob condições de extrema pobreza e desorganização social.

No mesmo sentido vai a argumentação de FELIX (2002). Segundo a autora, a mobilidade espacial da população atomizaria as estruturas e enfraqueceria a coesão social, uma vez que áreas marcadas por intensa imigração promoveriam confrontos de valores culturais.

Em termos globais, KAHN e BARBOSA (2000) tecem importantes considerações sobre a relação entre as taxas de homicídio e o nível de desenvolvimento dos países.

Os resultados revelam uma distribuição em formato de sino, com os países mais pobres e os mais ricos exibindo baixas taxas de criminalidade, enquanto os países intermediários, aqueles considerados em desenvolvimento, são os que apresentam as mais altas taxas de homicídio do planeta. De acordo com os autores, uma combinação explosiva de modernização e urbanização aceleradas, juntamente com altos níveis de desigualdade social, padrões de consumo exacerbados e

liberdade política, dentre outros, seriam os fatores responsáveis pela alta incidência de crimes em países em desenvolvimento.

A conclusão dos estudos ora apresentados é que existe uma relação negativa entre crime e coesão social.

Observamos nos estudos aqui sintetizados, que as taxas de imigração, urbanização e tamanho populacional são indicadores costumeiramente empregados na mensuração do nível de coesão social. Logo, de acordo com a abordagem da desorganização social, presume-se que em ambientes sociais marcados por altas taxas de imigração, urbanização e grandes populações, encontrem-se taxas de criminalidade mais elevadas.

### 2.3.1 Fatores de Risco Sociais Associados

#### 2.3.1.1 Violência

Entre os fatores de risco, destacam-se a falta de capital social e a superposição de desvantagens e, entre os fatores de proteção, a presença de capital social, o acesso a direitos, em particular, o direito à saúde, à educação, à cultura e ao lazer.

A superposição de privações ou a presença de desvantagens concentradas (econômicas, educacionais, na estrutura familiar) tem sido considerada como fonte de risco para crianças e adolescentes.

Espera-se que, nas comunidades mais carentes, a existência de uma ampla agenda de necessidades a ser suprida, tanto individual como coletivamente, tenha impacto sobre a capacidade de a comunidade mobilizar os recursos locais, o capital social local, em prol das crianças e dos adolescentes da área, de modo a protegê-los das fontes de risco.

De acordo com pesquisa realizada pela ONU (2000), o percentual de chefes sem renda mais do que dobrou (115%) entre 1996 e 2000 na cidade de São Paulo. Sabe-se, ainda, que o grau de escolaridade dos pais é um dos fatores que explicam a escolaridade dos filhos, maior o grau de escolaridade dos pais maior a



probabilidade de que os filhos consigam se manter na escola e completem o ciclo básico, o que aumentaria, em tese, a probabilidade de que os filhos consigam obter melhores postos de trabalho .

Tomando a cultura como campo de luta e significações onde se constituem as diferenças, os Estudos Culturais, centralizam este conceito, tomando-o como marca da modernidade tardia e da constituição das identidades. Assim como as sociedades, as identidades estariam sendo constantemente “descentradas”, abaladas pelas diferenças que produziriam novas “posições de sujeito”, não se podendo mais falar em uma identidade sólida, unificada, mas em uma multiplicidade de posições a partir de articulações com o diferente (HALL, 2000).

Nesse sentido, e tomando a idéia contida em Hall, discorreremos sobre as crianças e adolescentes em situação de risco social, como sujeitos excluídos da sociedade.

Um dos problemas-produto de nossa época tem sido a infância e a adolescência, ou talvez, mais especificamente, o menor como a outra identidade da infância. Como lembra LARROSA (1998), a Psicologia, assim como a Pedagogia, preocupou-se em constituir e capturar uma essência da infância traduzindo seus medos, suas satisfações, necessidades, seus modos de sentir e de pensar. Paralelamente a essa constituição de uma infância dita normal, tivemos a constituição de outras infâncias, como a infância “marginal” ou a “infância de risco”.

Esta última, inventada nas últimas décadas, passou a ser objeto de programas sociais e instituições de assistência, e preocupação de nossas escolas, ocupados em garantir a educação e por que não dizer, a normalização desta infância. Os chamados crianças e adolescentes em situação de risco passaram a desafiar os programas de educação tradicionais como os de nossas escolas e logo foram encaminhados a programas especiais.

Não por acaso, nos espaços e práticas vinculados ao atendimento de adolescentes ditos em situação de risco, prevalece o estatuto de menoridade/inferioridade, expresso pela denominação menor. O termo menor é utilizado na referência ao infrator, inadaptado, abandonado, vítima de violência, de risco, em risco, à margem de uma infância ou adolescência dita como padrão ou “normal”.

SPINK (2001) situa algumas das novas modalidades da utilização da linguagem dos riscos ao serem apropriadas por diferentes campos disciplinares, visibilizando os modos pelos quais são constituídos, os modos pelos quais são falados e constituem diferentes sentidos.

Desta forma, a noção de risco “possibilita entender como são definidas as relações entre governantes e governados: ou seja, a quem compete legislar sobre os risco nas diferentes esferas do fazer humano” (Spink, 2000b, p.159-160). Assim, entra em cena o fenômeno da gestão dos riscos, e este passa a constituir-se então como uma forma de governo das populações. “Para cada risco, cria-se a necessidade de avaliação e regulação, com a conseqüente contratação de especialistas e criação de comissões técnicas responsáveis pela avaliação dos riscos” (SPINK, 2000b, p. 169).

#### 2.3.1.2 Drogas e comportamentos de risco

A escola pode protagonizar ambiente propício e apresentar situações favoráveis ao uso de drogas, entre as quais, a falta de senso comunitário e condições pedagógicas que não atendam às dificuldades de aprendizagem, propiciando o insucesso escolar.

Atitudes favoráveis ao uso de substâncias pelos funcionários da escola e pelos estudantes, regras e sanções ambíguas ou inconsistentes em relação ao uso de drogas e às demais condutas dos alunos; a disponibilidade de álcool, cigarro e outras drogas em locais próximo da escola são fatores de risco no domínio escolar.

Fatores de risco podem estar também no domínio da comunidade e da sociedade em geral. Entre eles podemos citar as posturas favoráveis para o uso e abuso de drogas, a falta de conhecimento ou consciência do problema pela comunidade, serviços inadequados para jovens ou falta de oportunidade para envolvimento social, disponibilidade das drogas, carência de leis ou de controle sobre o uso de drogas, empobrecimento, desemprego e subemprego, discriminação e preconceito.

Quanto à família, esta pode ser um fator protetor ou de risco para o consumo de substâncias psicoativas (MCKAY et al., 1991).

De acordo com VAN DER BREE et al. (1998), estudos na área da genética de indivíduos filhos de pais dependentes de álcool e/ou drogas apresentam risco quatro vezes maior de se tornarem dependentes.

Quanto às regras, crianças que crescem em um ambiente com regras definidas, geralmente são mais seguras e desenvolvem recursos internos para lidar com as frustrações.

Fatores de risco e fatores de proteção estão freqüentemente associados ao uso (não uso) de drogas. Dentre os fatores de caráter individual está a auto-estima, a autonomia, a tolerância à frustração, a religiosidade, os aspectos cognitivos, entre outros. Os sociais incluem questões relacionadas à inserção cultural, condição socioeconômica, vínculo escolar, vínculos familiares e/ou estabelecimento de uma relação de cuidado com um adulto de referência (dentro ou fora da família), entre outros.

Embora as expressões mais utilizadas sejam “fatores de risco” e “fatores protetores”, alguns autores preferem utilizar “fatores associados ao risco ou à proteção”, pois muitas vezes aquelas expressões são interpretadas de forma equivocadas. Fatores associados ao risco não podem ser interpretados como causais ou determinantes, nem mesmo considerados isoladamente indicativos de abuso de substâncias, uma vez que essa associação se dá por um somatório de fatores e/ou circunstâncias (des) favoráveis. Estes fatores também não são universais, podendo variar entre as populações e os contextos sociais (NOTO et al., 2004, p. 27).

Observa-se, por exemplo, que com o aumento da idade, aumenta a probabilidade de consumo abusivo. A associação da idade com o uso de drogas também é freqüentemente constatada entre estudantes (GALDURÓZ et al., 1997).

Nessa corrente, denuncia-se a inadequação de várias questões de inadequação do sistema social, como a situação de rua entre crianças e adolescentes, as condições de ensino das escolas, os sistemas familiares, etc, o que nos remete a uma ampla reflexão acerca das bases sociais e contemporâneas, alicerçadas, por exemplo, na competitividade e na valorização do consumo.

De acordo com NOTO et al., por exemplo, crianças e adolescentes em situação de rua relataram que pararam de estudar por motivos atribuídos ao afastamento de casa e/ou a necessidade de trabalhar, sendo os principais motivos para o afastamento da escola, outros também mencionaram o baixo rendimento escolar ou até mesmo o fato de terem sido expulsos. Interessante observar, que o consumo de drogas foi pouco citado como motivo de saída de casa ou da escola, dados esses que coincidem com os achados de outras pesquisas brasileiras, inclusive com os quatro levantamentos realizados anteriormente (2004, p. 36).

Conforme apontado por DE ANTONI et al., muitas famílias, embora vivendo em contextos extremamente desfavoráveis, superam suas dificuldades ao descobrir e/ou desenvolver suas potencialidades. O distanciamento das famílias está associado a uma série de aspectos culturais, da qualidade dos vínculos, das condições de vida, do grau de conflitos e outros fatores (1999, p.82).

Após o quadro apresentado, conclui-se que políticas públicas devem incluir as questões familiares em diferentes perspectivas, dentre as quais as preventivas da situação de rua, como a garantia das estruturas básicas de apoio aos cuidados das crianças (creches, escolas em período integral, etc.) estratégias de detecção precoce de jovens em situação de risco social, orientação familiar, abordagens comunitárias até programas de reinserção familiar/social.

### 2.3.1.3 A (in)disciplina na escola: uma reflexão sobre como tratar o assunto

Um grande impasse que tem sido historicamente enfrentado pela educação brasileira e tem colocado o país numa posição desfavorável no *ranking* mundial sobre qualidade de ensino, é o fracasso escolar.

Embora muito se discuta sobre o insucesso dos alunos expresso em termos de evasão e reprovação ou a baixa qualidade do ensino a chamada de fracasso dos incluídos, processos entendidos como faces da mesma moeda, pouco se avança no sentido de amenizar tal problema.

De acordo com estudos realizados pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC, apesar do incremento do número de matrículas, ainda há sérios problemas na

área da educação, como a repetência, a evasão e a qualidade de ensino. O resultado está no abandono da escola por parte de crianças e adolescentes, ou tem dificuldades de avançar nos estudos.

Essa situação se reflete nos números absolutos de alunos inscritos em cada nível de escolaridade, de acordo com a Tabela 1, em que apresenta na faixa etária de 15 a 17 anos de idade, em que os jovens deveriam estar no ensino médio (somente 32,6% do total da faixa etária estão matriculados).

QUADRO 2 – CRIANÇAS E JOVENS MATRICULADOS NA ESCOLA NO ANO DE 2004.

NÍVEL DE ENSINO	MATRÍCULAS	FAIXA ETÁRIA (%)
Fundamental	35.717.948	95,5
Médio	8.192.948	32,6
Superior	2.694.245	11,0

FONTE: Censo Escolar e Censo do Ensino Superior – Inep/MEC.

Os dados nos fornecem que os jovens apresentam uma taxa maior de exclusão do que de crianças. Isso ocorre também nos contornos raciais, pois a escolaridade média de um jovem negro com 25 anos está em torno de 6,1 anos de estudo, um jovem branco da mesma idade tem em torno de 8,1 anos de estudo.

Na história pedagógica brasileira, na de cada de 30, Lourenco Filho já denunciava este problema. A partir disso, várias análises têm sido feitas apontando diferentes enfoques para o fenômeno do fracasso.

Na década de 80, o grupo das teorias crítico-reprodutivistas, representadas pelos sociólogos em diferentes versões como a Teoria do Sistema de Ensino.

Enquanto violência simbólica, a Teoria da Escola Dualista (BAUDELLOT e ESTABLET, 1971) e a Teoria da Escola Enquanto Aparelho Ideológico de Estado (ALTHUSSER) desenvolveram análises nas quais chegam à conclusão de que a função precípua da educação consiste na reprodução da sociedade em que ela se insere.

A crítica a essa forma de compreender o fracasso levou à busca de outra forma de leitura dessa problemática, pois se entende que todas as abordagens utilizadas não foram suficientes para explicar convincentemente e nem contribuir para amenizar o fenômeno do fracasso em questão.

CHARLOT (2000, p.16) diz que "o fracasso escolar não existe; o que existe são alunos fracassados, situações de fracasso, histórias escolares que terminam mal. O autor aponta, ainda, que o que é caracterizado como violência, varia em função do estabelecimento escolar, do *status* de quem fala (professor, diretor, aluno), da idade e do sexo.

DEBARBIEUX (1999) afirma que a violência no cotidiano da escola associa-se a três dimensões sociais organizacionais distintas. A primeira relacionada à degradação do ambiente escolar. Em segundo, a uma violência que se origina de fora para dentro das escolas, que as torna sitiadas, manifestadas por intermédio de gangues, tráfico de drogas e da crescente visibilidade da exclusão social na comunidade escolar.

Em terceiro plano está um componente interno nas escolas, específicos de cada estabelecimento, ou seja, escolas que são violentas e outras que passam por situações de violentas.

Atrelado a isso, o fracasso tem sido apontado por diferentes autores como um grande problema do sistema escolar em diferentes países, e geralmente tem relação direta com a indisciplina, que produz efeitos negativos em relação à socialização e ao aproveitamento escolar dos alunos, e ela produz igualmente efeitos negativos em relação aos docentes.

Embora menos evidentes e imediatos esses efeitos não são menos nocivos, pelo que a indisciplina constitui hoje, juntamente com o insucesso escolar, o problema mais grave que a escola de hoje enfrenta em todos os países industrializados. (ESTRELA, 1994, p.97)

Muitas explicações e justificativas são eleitas por eles como verdadeiras. Alguns professores sentem falta das práticas despóticas e coercitivas da escola de outrora; outros vêm a indisciplina como reflexo da pobreza e da violência presentes na sociedade, de um modo geral; outros ainda atribuem o comportamento sem limites do aluno, à educação recebida na família. Outros tantos parecem compreender que a manifestação de maior ou menor indisciplina, no cotidiano escolar, está relacionada aos traços de personalidade de cada aluno; uma outra maneira ainda de justificar as causas da indisciplina na escola, bastante presente no ideário educacional, é tentar associar o comportamento indisciplinado ao desinteresse do aluno pelas atividades escolares.

A preocupação com a imposição de limites na educação dos jovens é uma questão complexa na sociedade atual. Este também é um fator freqüentemente apontado pelos professores como causa de indisciplina entre os alunos e na relação com os professores e a escola.

O psicólogo LA TAILLE (1999) faz uma reflexão sobre o conceito de limite. Ele aborda o tema de três formas diferentes e complementares: a primeira: pensar os limites como fronteiras a serem transpostas, tanto para a maturidade quanto para a excelência, especialmente as virtudes morais. A segunda: pensá-los como fronteiras a serem respeitadas, portanto não transpostas, questão central para a moralidade. A terceira: pensar os limites como fronteiras que a criança deve construir para proteger sua intimidade e privacidade.

Nessas abordagens, o autor enfatiza tanto os aspectos de desenvolvimento infantil quanto de educação. Mas "limite", no sentido comumente empregado, que interessa aos educadores em geral e que serve também para expressar uma queixa em relação à geração mais jovem, e o enfatizado na segunda forma: a fronteira que não deve ser transposta, a demarcação de um domínio que não deve ser invadido.

É importante que pais e educadores em geral, percebam que podem estar criando uma geração de prazer sem custos, pois muitos perderam a noção da medida de limite. A conseqüência direta disso e a indisciplina globalizada e a escola, instituição também responsável pela educação das crianças, está absorvendo boa parte dessa responsabilidade.

Se, por um lado, é praticamente impossível não reconhecer que essa questão dos limites no espaço familiar está, de fato, dificultando o trabalho escolar, por outro lado, a família não é a única responsável pela educação da criança e do jovem.

É de fundamental importância destacar o trabalho de FARIA (1994) que em sua dissertação de mestrado examina a questão das relações entre educação e disciplina. O autor faz uma análise dos discursos produzidos por professores e pesquisadores brasileiros, tomando como objeto teses e livros sobre a questão, mostrando a existência de dois modelos interpretativos: um que faz a análise privilegiando a categoria poder e tematiza as correlações desse mesmo poder com a vivência do problema da disciplina na escola, centrando seu foco na crítica e denúncia do autoritarismo tomando como referência a obra de Michel Foucault.

Outro que efetua a problematização da questão pela via da consideração das relações interpessoais e toma como referência o quadro das formulações teóricas que dão a base ao pensamento escolanovista, privilegiando a categoria espontaneidade.

AQUINO (1998) aponta para a necessidade de uma leitura fundamentalmente pedagógica da indisciplina, onde se possa compreendê-la inicialmente como um sinal, um indício de que a intervenção não está se processando a contento e que seus resultados não se aproximam do esperado.

Discorrendo sobre a idéia oportuna a respeito das novas re-significações das praticas escolares, ele sinaliza algumas premissas pedagógicas fundamentais sugerindo alguns princípios éticos que são apontados como balizadores do trabalho docente.

O primeiro elemento básico apontado por AQUINO (1998) é o de que a ação do professor deve ater-se ao seu campo de conhecimento e suas regras particulares de funcionamento. Na relação professor-aluno, núcleo do trabalho pedagógico deve haver a distinção entre os papéis de aluno e de professor. O terceiro dado importante é que *a sala de aula, contexto privilegiado para a administração de conflitos, é o espaço onde se devem equacionar os obstáculos para atingir uma possível excelência profissional*. O último princípio ético apontado como elemento básico é o *contrato pedagógico*.

O código de regras comuns, definido no inicio do ano letivo ou do curso, restrito ao campo do conhecimento acumulado, deve ser explicitado para todos os envolvidos a fim de que sejam partilhadas e conhecidas por aqueles que se encontram no jogo escolar, mesmo que elas tenham de ser lembradas ou transformadas todos os *dias*.

Outro autor que sugere uma leitura fundamentalmente pedagógica da indisciplina é FURLAN (1998). Este autor mexicano afirma a existência de poucas pesquisas realizadas neste campo por pedagogos de formação e que a escassez de investigações é tida flagrante como a importância atual desta problemática.

De acordo com FREUD, (1973), a psicanálise afirma que a agressividade tem seu fundamento no instinto de morte e de extinção. Ele aponta que o homem é agressivo por instinto e que a sociedade não pode impedir totalmente os impulsos agressivos. Instintos de agressividade são importantes para a sobrevivência das



espécies e adaptação ao meio social, entretanto quando essa exacerba os limites da naturalidade, transforma-se em violência, que é uma agressão gratuita, sem sentido, complementa.

Já BANDURA (1997) não acredita que a frustração explique por via causal e por si só a conduta agressiva. De acordo com a teoria da aprendizagem social aprende-se a violência e ela está submetida aos mesmos princípios de toda aprendizagem na sociedade. Desta forma, a observação das condutas agressivas que reforçam a aprendizagem de ações violentas. O autor aponta ainda que se aprenda a violência por imitação. Aprendemos a ser violentos imitando comportamentos agressivos.

Como aponta DELAFRANCE (1998, p. 34), “se a educação é a que recebemos de nossos pais quando pensam que nos educam, e se a escola é uma sociedade em miniatura, não tem sentido que a instituição escolar se isole dos problemas que a população jovem experimenta e percebe em seu contexto social”. Aponta ainda que a violência e a agressividade dos alunos são respostas à violência institucional.

Desta forma parece mais correta uma instituição escolar aberta aos conflitos sociais e uma escola capaz de enfrentá-los com respostas consensuais do que uma escola preocupada exclusivamente com os conhecimentos instrutivos.

#### 2.3.1.4 Outro tipo de violência: a policial

O aumento da criminalidade e da violência policial no Brasil, na década de 90 e início de 2000, vem obrigando governo e sociedade civil a se organizarem para fazer frente ao desrespeito aos direitos humanos e para resguardar o Estado Democrático de Direito, fortalecendo desta forma a cidadania civil.

As denúncias de vítimas da violência policial são constantes e nem sempre esclarecidas e punidas exemplarmente. Policiais e autoridades admitem essa prática com a maior naturalidade, apesar de reconhecerem que ela compromete a imagem das corporações e atentam contra os direitos humanos.

Precisamos entender que a cultura da violência é uma construção social, surge e desenvolve-se em contextos sociais onde as redes de solidariedade estão em crise ou passando por mudanças profundas.

A violência desenvolve-se também dentro de organizações que não respeitam as regras e as normas aproveitando-se da falta de controle dos serviços oferecidos à população. A ideologia do militarismo, ainda presente nas corporações policiais, precisa ser, de vez, (des)construída e desvalorizada como orientadora das práticas dos profissionais da segurança do cidadão.

Essa ideologia não condiz com o perfil dos profissionais de segurança e não contribui para o fortalecimento da cidadania civil numa sociedade marcada pelo Estado de Direito.

Em algumas Academias de Polícia, ainda permanece nos currículos a idéia do "policial guerreiro" e da existência de um "inimigo da sociedade" que precisa ser derrotado a todo custo, a fim de resguardar os nossos valores e preservar a vida e a propriedade. Essa cultura acaba por reforçar a violência no ofício de polícia, conforme demonstra o trabalho desenvolvido por ALBUQUERQUE (1999). Nesse trabalho, o autor demonstra a relação estreita entre o currículo existente na Academia de Polícia associada com essa imagem guerreira, militar, em que se celebra um tempo no qual a polícia tinha prestígio, o monopólio da força bruta, e era por isto legitimada.

CHAVIGNY (2000) afirma que o papel da polícia na América Latina foi definido erroneamente, pois "muitos políticos de forma impensada aceitam um modelo semimilitar no qual o papel da polícia é 'combater' o inimigo 'crime', incorporado à pessoa do criminoso".

Esta definição do papel da polícia é que tem gerado uma interpretação equivocada da missão do policial em garantir segurança para si e para sociedade. É com base nesse modelo de polícia que vários governos vêm planejando suas políticas de segurança e ditando as práticas de controle social baseadas no aumento da repressão ao crime de forma violenta.

Esse modelo é responsável, em grande medida, pelo desvio de conduta, pela violência policial e pela não-efetivação do Estado de Direito no Brasil. O modelo semimilitar veicula que, para ser "eficiente" em sua missão de controlar a população e de "combater o inimigo", é preciso fazer uso constante da força ilegítima para

imobilizar os oponentes da lei. Outra prática que tem extrapolado os limites legais do uso da força é a representada pela utilização indiscriminada da arma de fogo, a exemplo do que ocorre no Rio de Janeiro, onde é grande o número de mortos e feridos em confronto com a polícia (CANO, 1997).

Por essas razões é que CALDEIRA (2000) afirma que existe um hiato entre a legalidade formal e a cidadania. Essa cisão entre democracia formal e práticas de controle social deu origem ao que ela denomina de "democracia disjuntiva". Essa disjunção reflete-se no descompasso entre cidadania política e cidadania civil. A tradição de uma cultura autoritária, violenta, enraizada como costumeira somada ao *gap* e ao descompasso entre a lei e a cidadania civil, faz com que a democracia não se efetive para a maioria da população, visto que ela não tem razão de não terem acesso aos instrumentos legais de defesa dos seus direitos, configurando-se naquilo que TAVARES DOS SANTOS (1993) denominou de "cidadania dilacerada".

A prática de controle social baseada numa cultura autoritária e no uso ilegítimo da força (excesso de poder) vem comprometendo o Estado Democrático e atentando contra os direitos humanos. Nesse contexto, trabalho com a hipótese de que as universidades e as academias têm um papel de destaque na formação de uma polícia que atue de acordo com as normas e preceitos democráticos.

Para finalizar, reproduziria uma tese de O'DONNELL e PINHEIRO (1997) segundo o qual: "em países de democracias recentes a transição para o Estado de Direito se dá em dois momentos: o primeiro de resgate da ordem jurídica legítima e segundo momento é aquele em que colocamos em prática as conquistas da nova ordem democrática".

Para a construção de um modelo de desenvolvimento baseado na "sustentabilidade democrática", torna-se fundamental pensar uma formação dos sujeitos fundada na ótica civil-democrática (SINGER, 1996), que concebe a educação como formadora do cidadão crítico e que reivindica igualdade e justiça social, apontando para uma necessária articulação entre trabalho e meio ambiente, buscando desvelar os determinantes econômicos, políticos, sociais, culturais e ideológicos da precarização do mundo do trabalho e da degradação socioambiental.

### 2.3.1.5 Alternativas para a superação das violências

A literatura nacional enfoca processos de macro-referência, como a pobreza, cultura de violência, desencanto ao lugar da educação (escola), recursos disponíveis pelo sistema de ensino e sua qualidade, assim como qualifica o tipo de democracia, ou o que se denomina como “espaço estrutural da violência” e sua “ressonância no espaço social” ( SPOSITO, 1998).

A alta agressividade, intolerância, segregação racial, eugenia, discriminações diversas, roubos, furtos, homicídios, intolerância no trânsito, dentre outras, constituem formas de violência verbal, simbólica, física e institucional.

Certamente, esses tipos de violência são gerados no ambiente social, e têm como sabemos raízes na educação, saúde, economia, religião, e outros que, deságuam em órgão de controle social como a Polícia Militar.

Como superar isso? Naturalmente, os organismos policiais, mesmo com seus aparatos bélicos e de treinamento especial, não podem opinar e executar as políticas de primeira necessidade humana, como as já citadas, apesar de hoje a segurança, de acordo com a ONU (2000), ser colocada ao lado das pautas de discussões nacionais e internacionais de educação, saúde e economia.

O caminho apontado pela ONU (2000) é a concepção do trabalho em rede social, que será discutido no próximo capítulo.

Entende-se que a grande alternativa para essa questão, será condensar as políticas públicas sociais que proporcionam seguridade nacional e, que atualmente não mantém os diversos programas unidos por objetivos comuns, trabalhando de maneira isolada.

Naturalmente, todo programa bem estruturado possui uma contextualização pedagógica, mesmo que na área de segurança pública, como o caso do PROERD, Patrulha Escolar Comunitária e Projeto POVO e outros. Assim, se acredita que é por intermédio da educação que serão alcançados os melhores patamares de desenvolvimento, em especial as que envolvessem políticas públicas para a juventude, como defendem CASTRO e ABRAMOVAY (2000).

Tomamos essas instâncias da sociedade, representadas em diversos tipos de comunidades humanas, como práticas de governamentalidade ou de administração social que como explicadas por POPKEWITZ e LINDBLAD (2001) ao

se referenciar as estatísticas educacionais, "...permite não apenas realizar intervenções imediatas ou futuras na vida de seres humanos individuais, como também faz com que as mudanças nas condições das pessoas produzam alterações no tipo de pessoas que são", o que proporcionará auferir elevados resultados sociais para organizações como a Polícia Militar.

Essas instâncias, ao se proporem como interventoras sobre populações ou realidades específicas, lançam mão da produção de categorias de pessoas sobre as quais vão intervir, tais como a *de* risco.

## 2.4 REDES NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Entre as diversas significações que "rede" possui, apesar de não se limitar somente a elas, buscam-se para a Polícia Militar na relação com a comunidade e nos seus processos internos os seguintes significados: sistema de nodos e elos; uma estrutura sem fronteiras; uma comunidade não geográfica; um sistema de apoio ou um sistema físico que se pareça com uma árvore ou uma rede.

A rede social, derivando deste conceito, passa a representar um conjunto de participantes autônomos, unindo idéias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados.

O conceito de redes é tributário de um conflito permanente entre diferentes correntes nas ciências sociais, que criam os pares dicotômicos: indivíduo/sociedade; ator/estrutura; abordagens subjetivistas/objetivistas; enfoques micro ou macro da realidade social, colocando cada qual a ênfase analítica em uma das partes. Por exemplo, a antropologia estrutural entende as redes como descritivas, servindo para identificar o caráter perene das organizações e dos comportamentos sociais.

Já a linha do individualismo metodológico desconstrói essa concepção, privilegiando o ponto de vista do agente que produz sentido, e as relações sociais na formação do seu agir. As redes surgem como um novo instrumento em face dos determinismos institucionais.

Por outro lado, o trabalho pessoal em redes de conexões é tão antigo quanto a história da humanidade, mas, apenas nas últimas décadas, as pessoas passaram a percebê-lo como uma ferramenta organizacional. Como apontado por LIPNACK &

STAMPS, "o que é novo no trabalho em redes de conexões é sua promessa como uma forma global de organização com raízes na participação individual. Uma forma que reconhece a independência enquanto apóia a interdependência. O trabalho em redes de conexões pode conduzir a uma perspectiva global baseada na experiência pessoal" (1992, p.19).

Houve grande investimento acadêmico nos estudos de redes a partir do campo das relações internacionais, tendo significação na história recente das ciências políticas. A origem da reflexão se dá ao fim da II Guerra Mundial e tem progresso com o fim da Guerra Fria, quando há redefinição dos atores nas relações internacionais. Novos caminhos de pesquisa surgem nascidos a partir da reflexão de ordem e desordem nos sistemas políticos, ligados à elaboração da noção de globalização (COLONOMOS, 1995).

Nas redes sociais, há valorização dos elos informais e das relações, em detrimento das estruturas hierárquicas. Hoje o trabalho informal em rede é uma forma de organização humana presente em nossa vida cotidiana e nos diferentes níveis de estrutura das instituições modernas.

O estudo das redes coloca assim em evidência um dado da realidade social contemporânea que ainda está sendo pouco explorado, ou seja, de que os indivíduos, dotados de recursos e capacidades propositivas, organizam suas ações nos próprios espaços políticos em função de socializações e mobilizações suscitadas pelo próprio desenvolvimento das redes.

Mesmo nascendo em uma esfera informal de relações sociais, os efeitos das redes podem ser percebidos fora de seu espaço, nas interações com o Estado, a sociedade ou outras instituições representativas. Decisões micro são influenciadas pelo macro, tendo a rede como intermediária.

Desde os estudos clássicos de redes sociais até os mais recentes, concorda-se que não existe uma "teoria de redes sociais" e que o conceito pode ser empregado com diversas teorias sociais, necessitando de dados empíricos complementares, além da identificação dos elos e relações entre indivíduos.

A análise de redes pode ser aplicada no estudo de diferentes situações e questões sociais e estabelece um novo paradigma na pesquisa sobre a estrutura social. Para estudar como os comportamentos ou as opiniões dos indivíduos dependem das estruturas nas quais eles se inserem, a unidade de análise não são

os atributos individuais (classe, sexo, idade, gênero), mas o conjunto de relações que os indivíduos estabelecem através das suas interações uns com os outros. A estrutura é apreendida concretamente como uma rede de relações e de limitações que pesa sobre as escolhas, as orientações, os comportamentos, as opiniões dos indivíduos.

A análise de redes não constitui um fim em si mesmo. Ela é o meio para realizar uma análise estrutural cujo objetivo é mostrar em que a forma da rede é explicativa dos fenômenos analisados. O objetivo é demonstrar que a análise de uma díade (interação entre duas pessoas ou entidades) só tem sentido em relação ao conjunto das outras díades da rede, porque a sua posição estrutural tem necessariamente um efeito sobre sua forma, seu conteúdo e sua função.

De acordo com DEGENNE e FORSE, a função de uma relação depende da posição estrutural dos elos, e o mesmo ocorre com o status e o papel de um ator. Uma rede não se reduz a uma simples soma de relações, e a sua forma exerce uma influência sobre cada relação (1994, p 12).

As redes nas ciências sociais designam normalmente, mas não exclusivamente, os movimentos fracamente institucionalizados, reunindo indivíduos e grupos em uma associação cujos termos são variáveis e sujeitos a uma reinterpretação em função dos limites que pesam sobre suas ações.

É composta de indivíduos, grupos ou organizações, e sua dinâmica está voltada para a perpetuação, a consolidação e o desenvolvimento das atividades dos seus membros.

Nos espaços informais, as redes são iniciadas a partir da tomada de consciência de uma comunidade de interesses e/ou de valores entre seus participantes. Entre as motivações mais significativas para o desenvolvimento das redes estão os assuntos que relacionam os níveis de organização social-global, nacional, regional, estadual, local, comunitário. Independentemente das questões que se busca resolverem, muitas vezes a participação em redes sociais envolve direitos, responsabilidades e vários níveis de tomada de decisões.

De forma diferente das instituições, as redes não supõem necessariamente um centro hierárquico e uma organização vertical, sendo definidas pela multiplicidade quantitativa e qualitativa dos elos entre os seus diferentes membros, orientada por uma lógica associativa. Sua estrutura extensa e horizontal não exclui a

existência de relações de poder e de dependência nas associações internas e nas relações com unidades externas (COLONOMOS, 1995, p. 24).

Estudar a informação através das redes sociais significa considerar as relações de poder que advêm de uma organização não-hierárquica e espontânea e procurar entender até que ponto a dinâmica do conhecimento e da informação interfere nesse processo.

Assim, a análise de redes sociais trabalha com alguns conceitos desenvolvidos dentro da própria metodologia. Uma definição simples, porém eficaz, de rede é dada por EMIRBAYER e GOODWIN (1994) de que as redes sociais constituem um conjunto de relações ou ligações sociais entre um conjunto de atores (e também os atores ligados entre si).

A partir dessa idéia, surgem conceitos fundamentais para a compreensão de um estudo de redes sociais. Em primeiro lugar, chamamos atores ou elos às pessoas que se comunicam em uma dada rede. Novos conceitos próprios desta metodologia surgirão adiante, ao longo da apresentação dos dados.

Como o conceito de redes sociais é um dos pilares do estudo, a idéia de perceber a estrutura social existente no universo empírico através das relações, e não apenas dos atributos individuais, atravessou todo o processo de estudo. Essa foi uma utilização teórico-conceitual das redes sociais.

#### 2.4.1 Análise de Acordo com a Teoria de Redes Sociais

Uma rede pode ser definida como um conjunto de nós conectados, em que estes nós podem ser pessoas, grupos ou outras unidades, e as ligações podem ser simétricas ou assimétricas. O termo rede social refere-se ao conjunto de pessoas em uma população e suas conexões. A análise de redes sociais baseia-se no pressuposto da importância das relações entre unidades que interagem, isto é, relações definidas como ligações entre unidades constituem componente fundamental das teorias de redes. As regularidades ou padrões de interação dão origem às estruturas, que de acordo com ALMEIDA et al. (1999, p. 3), tem origem nas práticas sociais



Quando se fala em práticas sociais, estamos nos referindo a tomar estas práticas para além de sua dimensão profissional e técnica, ou seja, para além de uma aplicação imediata e direta dos conhecimentos técnico científicos. Estamos nos referindo a tomar em consideração a dinâmica social, ou seja, as inter-relações de cada âmbito de prática com as demais, seja na produção do conhecimento, na reprodução sócio-econômica e política e na inserção dos sujeitos.

Desta forma, na definição de práticas sociais, parte-se da categoria trabalho, considerando-as enquanto práticas constitutivas da sociedade (SCHRAIBER, 1996). Estamos, então, tomando em conta que a política social não se apresenta neutra e não se faz somente com saberes e práticas técnicas, ainda que necessite destes para constituir-se como um trabalho social em dada sociedade, reconhecido por ela e intervindo nela.

A perspectiva das redes sociais não focaliza os atributos das unidades autônomas individuais, as associações entre estes atributos ou a utilidade de um ou mais desses atributos no sentido de predizer o nível de outro. Esta perspectiva visualiza as características das unidades sociais como propriedades emergentes dos processos estruturais ou relacionais e focaliza as propriedades dos sistemas relacionais em si.

COLLINS (1988) afirma, a respeito da Teoria de Redes, que "a vida social é relacional; somente porque, por exemplo, negros e brancos ocupam tipos particulares de padrões nas redes em relação uns aos outros é que "raça" se torna variável importante" (1988, p 413).

Assim, na Teoria de Redes, as ligações relacionais entre os atores são primárias, enquanto os atributos dos atores são secundários. O conceito de rede enfatiza o fato de que cada indivíduo tem ligações com outros indivíduos; cada um dos quais, por seu turno, está ligado a alguns ou a muitos outros, e assim por diante.

A análise de redes sociais tenta resolver problemas que fogem ao padrão. Os dados analisados pelos métodos de rede são bastante distintos daqueles habitualmente encontrados nas Ciências Sociais e do Comportamento. No referencial tradicional de análise de dados pressupõe-se que se dispõe de um conjunto de medidas tomadas de unidades individuais ou casos, originando assim o familiar arranjo de dados de "casos-por-variáveis".

O pressuposto de independência amostral das observações das unidades individuais permite que se aplique quantidade considerável de técnicas do arsenal

de análise estatística para determinado espectro de questões investigadas. Entretanto, a análise de redes sociais está explicitamente interessada na inter-relação das unidades sociais.

As dependências entre as unidades são medidas como variáveis estruturais. As teorias que incorporam idéias de redes distinguem-se pelas proposições a respeito das relações entre as unidades sociais. Essas teorias argumentam que as unidades não agem independentemente umas das outras, pelo contrário, influenciam umas às outras.

## 2.5 OS PRINCIPAIS PROJETOS DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

### 2.5.1 A Concepção de Polícia Comunitária

O policiamento comunitário é uma concepção de policiamento que ganhou força nas décadas de 70 e 80, quando as organizações policiais em diversos países da América do Norte e da Europa Ocidental começaram a promover uma série de inovações na sua estrutura e funcionamento e na forma de lidar com a criminalidade.

Em países diferentes, as organizações policiais promoveram experiências e inovações com características diferentes. Mas, algumas destas experiências e inovações são geralmente reconhecidas como a base de um novo modelo de polícia, orientada para um novo tipo de policiamento, mais voltado para a comunidade, que ficou conhecido como policiamento comunitário (BAYLEY e SKOLNICK, 2001)<sup>9</sup>.

As alternativas de contenção da violência, quer sejam repressoras ou preventivas, são sem dúvida o maior desafio encontrado pelos gestores públicos.

---

<sup>9</sup> De acordo com BAYLEY e SKOLNICK (2002, p. 52) um estilo de policiamento comunitário centrado no estabelecimento de postos de polícia denominados Koban foi implantado no Japão após a 2ª Guerra Mundial, resultado da combinação de um modelo tradicional de polícia desenvolvido no Japão no século XIX e ideais democráticos norte-americanos. Entretanto, foi apenas nas décadas de 70 e 80, com o desenvolvimento de experiências de policiamento na América do Norte e Europa Ocidental que esse tipo de policiamento tornou-se mais conhecido internacionalmente.

Segundo FOUCAULT (1977), a criminalidade, enquanto desmonte da ordem social, transforma-se em um dos tipos de contra poder mais destacados no seio da sociedade, por sua expansividade e seu teor ofensivo; entende ele que resta à sociedade montar um sistema de controle e vigilância que garanta a prevenção muito mais presente, que a repressão contínua.

Assim, sugere Foucault, que o poder instituído produza um conhecimento específico sobre criminalidade, e assim coloque a sociedade em uma posição defensiva frente à criminalidade.

Como convivemos com uma criminalidade complexa (criativa, grupal, mobilizadora, etc.), não se pode ser simplório nos mecanismos de defesa que também devem ser complexos. Isso remete à idéia da ambiência criminosa.

Conforme BAYLEY e SKOLNICK (2001), quatro são as inovações consideradas essenciais para o desenvolvimento do policiamento comunitário:

- organização da prevenção do crime tendo como base a comunidade;
- reorientação das atividades de policiamento para enfatizar os serviços não emergenciais e para organizar e mobilizar a comunidade para participar da prevenção do crime;
- descentralização do comando da polícia por áreas;
- participação de pessoas civis, não-policiais, no planejamento, execução, monitoramento e/ou avaliação das atividades de policiamento.

Estudos de processos de implantação do policiamento comunitário em diversos países apontam quatro fatores cruciais para a implantação e consolidação deste tipo de policiamento (BAYLEY; SKOLNICK, 2001, p. 233-236):

- envolvimento enérgico e permanente do chefe com os valores e implicações de uma polícia voltada para a prevenção do crime;
- motivação dos profissionais de polícia por parte do chefe de polícia;
- defesa e consolidação das inovações realizadas;
- apoio público, da sociedade, do governo e da mídia.

Estes estudos apontam também as principais dificuldades para a implantação e consolidação do policiamento comunitário (BAYLEY; SKOLNICK, 2001, p. 92):

- a cultura tradicional da polícia, centrada na pronta resposta diante do crime e da desordem e no uso da força para manter a lei e a ordem e garantir a segurança pública;

- a expectativa ou a demanda da sociedade pela pronta resposta diante do crime e da desordem e pelo uso da força para manter a lei e a ordem e garantir a segurança pública;

- o corporativismo dos policiais, expresso principalmente através das suas associações profissionais, que temem a erosão do monopólio da polícia na área da segurança pública, e conseqüentemente a redução do emprego, do salário e dos benefícios dos policiais, além daquele decorrente do crescimento da segurança privada, e também o aumento de responsabilização dos profissionais de polícia perante a sociedade;

- a limitação de recursos que a polícia dispõe para se dedicar ao atendimento de ocorrências, a investigação criminal e a organização e mobilização da comunidade, especialmente se a demanda pelo atendimento de ocorrências e investigação criminal é grande (seja em virtude do número de ocorrências e crimes e/ou pela pressão do governo e da sociedade);

- a falta de capacidade das organizações policiais de monitorar e avaliar o próprio trabalho e fazer escolhas entre tipos diferentes de policiamento, levando em consideração sua eficácia, eficiência e legitimidade;

- a centralização da autoridade na direção das polícias, e a falta de capacidade da direção de monitorar e avaliar o trabalho das unidades policiais e profissionais de polícia;

- as divisões e conflitos entre os policiais da direção e os da ponta da linha, entre policiais experientes e os policiais novos — e, no caso do Brasil, uma dificuldade adicional seria a divisão e o conflito entre os policiais responsáveis pelo policiamento ostensivo na polícia militar e aqueles responsáveis pela investigação criminal na polícia civil;

- as divisões e conflitos entre a polícia e outros setores da administração pública;

- as divisões e conflitos entre grupos e classes sociais no interior da comunidade.

Diante destas dificuldades, há sempre o risco da oposição e da resistência a experiências e inovações visando a implementação do policiamento comunitário, dentro e fora da polícia. Mas há também um risco de que o policiamento comunitário venha a ser implantado como mais uma atividade especializada, atribuída a

unidades e a profissionais especializados, pouco integrados às unidades responsáveis pelo patrulhamento, atendimento a ocorrências e investigação criminal.

Ou mesmo o risco de que as unidades policiais, quando passam a ter a responsabilidade de fazer o policiamento comunitário, dêem menos valor às atividades de policiamento comunitário do que às atividades tradicionais de polícia. Por exemplo, designando para estas atividades menos tempo, menos recursos e/ou profissionais menos qualificados.

O papel das lideranças da polícia é, portanto, fundamental para iniciar e sustentar experiências e inovações visando à introdução do policiamento comunitário. Frequentemente as dificuldades são apresentadas como uma explicação ou justificativa para a não-implantação do policiamento comunitário ou para as limitações e deficiências no processo de implantação do policiamento comunitário. Há muitos casos em que a explicação ou justificativa é válida. Mas há também muitos casos em que a explicação ou justificativa simplesmente mascara a falta de visão, vontade e/ou capacidade de ação das lideranças da polícia.

Para entender a dinâmica da ambiência criminosa, necessário se faz conceituar Defesa Social e Segurança Pública.

A Defesa Social é um conjunto de diretrizes que orientam as ações de controle da criminalidade. Vai, pois, além da repressão, da investigação da punição, preocupa-se com a multicausalidade do crime e na forma de intervir nas causas do fato criminoso e, assim, controlar sua incidência.

A perspectiva da Defesa Social é, dessa forma, mais abrangente do que a da segurança pública, que se limita a trabalhar repressivamente o fato ocorrido atribuindo-lhe um juízo de valor que implicará em uma punição.

O movimento que definiu as premissas básicas da defesa social data de 1945, é marcado pelo dizer de Marc ANCEL (1998), que define a defesa social como “uma tomada de consciência acerca de necessidades sociais e éticas novas, em face das antigas estruturas e tradições obsoletas”.

A estrutura da ambiência criminosa propõe-se justamente a preencher estas necessidades sociais e éticas novas, e possibilita trabalhar segurança pública na perspectiva da Defesa Social.

Entende-se oportuno uma breve referência a duas teorias frequentemente suscitadas quando do estudo da base teórica do Policiamento Comunitário, vez que

seus conteúdos auxiliam no entendimento das etapas finais da intervenção comunitária.

A teoria do “Patrocínio Normativo” defende que a maioria das pessoas tem boa vontade e irão cooperar com as outras para facilitar a construção de um consenso (SAWER, 1975).

Outra teoria é a “*Communnity Involvement Glencoe*”, cuja teoria coloca que para que uma comunidade desenvolva uma iniciativa, deverá refletir sobre os padrões básicos desta comunidade, e para que a comunidade se congregue para dar início a este novo esforço, pelo menos dois dos maiores grupos da comunidade deverão concordar em que o projeto é válido e, que é consistente com as suas atitudes, valores, normas e objetivos.

A teoria “Social Crítica” procura responder como e por que as pessoas se juntam para corrigir e superar os obstáculos socio-econômicos e políticos que os impedem de satisfazer suas necessidades (FAY, 1984).

As três idéias centrais desta teoria são: o que e onde as pessoas devem ser informadas sobre as circunstâncias, antes de pleitear as mudanças. O poder, em que as pessoas precisam agir para melhorar suas condições; e a emancipação, em que as pessoas podem atingir a liberação através da reflexão e da ação social.

Esta teoria envolve a análise crítica dos problemas da comunidade a fim de que os Cidadãos e os Policiais Comunitários possam ser esclarecidos, e depois dotados de poder e, finalmente emancipados para tornarem-se completamente eficazes no trabalho conjunto de resolução de problemas.

Essas duas teorias nos remetem à importância de conhecer a comunidade em seus aspectos históricos, seus conflitos passados, seu processo de desenvolvimento, e as suas políticas atuais, antes de elaborarmos a estratégia de implantação do Policiamento Comunitário. Na verdade esse Plano de Intervenção não pode afastar-se da identidade, da personalidade daquela Comunidade, daí, porque é essencial o estudo prévio da área, antes de iniciarmos qualquer iniciativa de intervenção, como também por mais semelhantes que sejam duas ou mais comunidades, não podemos utilizar as mesmas estratégias de intervenção.

Observamos que alguns autores os confundem com objetivos e lhes concedem uma valoração tal que, não raro, percebemos que representam não só um desvio da função do policial, mas também uma sobrecarga; quando na realidade

o policiamento comunitário, não exige que o policial abandone o policiamento tradicional, mas que o aprimore, atribuindo-lhe uma dimensão social.

Nas instituições com resistência às mudanças, estes desvios doutrinários difundem-se rapidamente e criam mitos em relação às funções do policial comunitário, que se não forem destruídos com uma argumentação convincente e demonstrações práticas podem provocar rejeição à prática comunitária.

Quando na realidade “no que diz respeito à polícia, o único modelo compatível com a democracia é o de uma organização policial que pertença a comunidade, com vocação para promover a dignidade humana” (ALBERTO, 1998).

Assim, BONDARUK e SOUZA (2003) conceituam a atividade de Polícia Comunitária como:

... um conceito mais amplo que abrange todas as atividades voltadas para a solução dos problemas que afetam a segurança de uma determinada comunidade, que devam ser praticadas por órgãos governamentais ou não. A Polícia Comunitária envolve a participação das seis grandes forças da sociedade, freqüentemente chamadas de "os seis grandes". São eles a polícia, a comunidade, autoridades civis eleitas, a comunidade de negócios, outras instituições e a mídia.

A seguir enumeramos as dúvidas e temores mais comuns dos policiais que se esquivam de participar do projeto, e dos que chegam à capacitação, que antecede a inserção no projeto de polícia comunitária, de acordo com pesquisa realizada por SANTANA (2002), no Estado de Pernambuco.

Acredita a autora que o resultado pode ser aplicado às realidades dos policiais dos Estados e advém de uma concepção muitas vezes equivocada, desviada, que não só a polícia, mas também as sociedades têm da polícia comunitária.

A autora aponta que primeiramente o policial entende o ato de convocar a comunidade, como algo aleatório, como um “corpo a corpo”, “porta a porta”, até que lhe é esclarecido que quando nos referimos à comunidade, o fazemos no sentido de um grupo de pessoas com objetivos comuns. Assim convocamos a comunidade escolar, a dos comerciantes, a religiosa e o conselho comunitário como representante das demais (SANTANA, 2002).

Quanto à concessão de poder, entendem que passaram a ser comandados, dirigidos pela comunidade, que passará a decidir pela polícia. Esta participação, como não poderia deixar de ser, deve ocorrer dentro de limites democráticos de co-

participação e responsabilidade; a comunidade expõe as suas prioridades, a polícia, as condições que possui e ambas buscam as soluções.

É importante reconhecer o potencial que a comunidade pode oferecer às Organizações responsáveis pela segurança pública na resolução de problemas que afetam diretamente a vida de ambos: comunidade e Polícia. A contribuição pode variar desde a identificação de problemas até o planejamento de uma ação para combater e solucionar os problemas de segurança pública, em seu sentido mais amplo.

No que se refere à solução de problemas ligados à qualidade de vida e aos grupos vulneráveis, o policial-militar, em regra, não possui o conhecimento nas áreas citadas, como as Corporações não possuem os meios para realização dessas atividades. No entanto, sabemos que os problemas mais importantes para a população podem não ser os mais importantes para a polícia. E, no caso de não o ser, esta deve ser um elo de ligação entre a comunidade e outras agências públicas.

Sabemos que as desordens, as situações de desequilíbrio social e as deteriorizações urbanas e ambientais, se não corrigidas a tempo poderão acarretar problemas mais sérios, entre eles o agravamento da criminalidade (SANTANA, 2002).

De acordo com o apontado por FILHO (1995. p. 117),

O Policial comprometido com a comunidade da área vai ter na segurança um papel semelhante ao do Pronto-socorro no setor da Saúde. Às pessoas querem ser atendidas, entretanto, poucos são os casos que demandam um encaminhamento ao Hospital. No policiamento, a maioria dos casos, devem ser resolvidos na base, não exigindo encaminhamentos aos distritos policiais e a Justiça. Muitos casos são resolvidos com simples orientação. Esse contexto faz aumentar a credibilidade na organização, aliviando a sobrecarga de custos desnecessários com os deslocamentos de veículos policiais, o morador tem a certeza de encontrar um policial amigo, conhecido e confiável”

Atualmente, conforme apontado por SANTANA (2002), o maior desafio enfrentado pela polícia no modelo comunitário é motivar e sustentar a participação do público, pois o contato direto e permanente com a adversidade e a insegurança social costuma ter um efeito negativo nos esforços de organização e mobilização social, onde em vez de unir as pessoas em torno de sentimentos de indignação e finalidade comum, o crime parece minar a capacidade de organização comunitária.



Assim, a autora propõe que, além do conhecimento da área, seja realizada uma investigação para identificar o tipo de comunidade, se preciso for com o auxílio de assistentes sociais dos policiais já em atuação na área, e se possível o setor de inteligência.

Uma interessante investigação foi realizada por NETO (2004), pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo e Secretário-Executivo do Instituto São Paulo Contra a Violência, em pesquisa realizada com 13 Coronéis da Polícia Militar do Estado de São Paulo acerca de suas experiências e impressões sobre a implantação e sistematização da polícia comunitária nas comunidades.

Eles apontaram de forma unânime que as dificuldades na implantação do policiamento comunitário derivam não apenas de fatores externos, mas também de fatores internos à Polícia Militar e, que estão freqüentemente relacionados aos externos, sendo que muitas dificuldades apontadas pelos coronéis coincidem com pesquisas internacionais citadas pela literatura especializada.

Entre as dificuldades de natureza interna à polícia, citadas pelos Coronéis, chama atenção a dificuldade de gestão da organização, particularmente para planejar, implementar, monitorar e avaliar uma mudança organizacional, que implica uma certo grau de descentralização do comando, com a participação de policiais de todos os setores da organização e lideranças da comunidade.

Neste sentido, parece importante procurar compreender as razões pelas quais a Polícia Militar implementa de forma paralela e quase segregada os processos de implantação do policiamento comunitário e da gestão pela qualidade, apresentados como exemplo da busca de excelência e, eventualmente, verificar a possibilidade de integrar os dois processos em benefício do aperfeiçoamento da atuação da polícia na prevenção do crime e da melhoria da segurança pública.

A seguir serão descritos os tipos conceituais de polícia comunitária no Paraná, ressaltando que o entendimento da PM3, setor responsável pelo planejamento da Polícia Militar, considera as atividades de Polícia Comunitária apenas as realizadas pelo “Projeto Povo” e pela “Patrulha Escolar Comunitária”.

Para o entendimento de alguns aspectos sobre polícia comunitária, tem-se o trabalho desenvolvido para defesa social, que produz resultados sobre as necessidades sociais. As teorias citadas remetem à importância de conhecer a

comunidade em diversos aspectos, o que permite ao policial-militar o exercício na solução dos problemas que afetam a segurança comunitária.

Nesse enfoque, percebemos que o trabalho realizado pelo Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD, através de seus agentes de prevenção, policiais-militares formados para o trabalho com educação preventiva, também alcança os atributos necessários para o desempenho do policiamento comunitário. Assim, será caracterizado esse policial-militar e a atividade que o PROERD desempenha na sociedade, como um dos braços da Polícia Comunitária.

Importa salientar, que quando falamos em prevenção, de acordo com Buarque de HOLANDA (1995, p. 9), “... é o ato ou efeito de prevenir, que significa evitar, dispor, com antecipação e chegar antes de.” Do ponto de vista sociológico, “prevenção refere-se a tudo aquilo que possa ser realizado no sentido de impedir ou reduzir qualquer ação anti-social ou que efeitos na saúde física ou mental de indivíduos ou grupos, e seu principal meio se dão pela educação” (BUCHER, 1989, p. 67).

Assim, podemos perceber que quando falamos em prevenção, não podemos confundir a atividade em que a polícia realiza o trabalho com viaturas em Ponto Base – PB, ou o policiamento em duplas de policiamento a pé, dentre outros. A isso, denominaremos de atividade de controle da criminalidade, conforme apontado por OLIVEIRA (2003, p. 67)

Já é hora de se pensar na responsabilidade social dos indivíduos e das organizações, não só na manutenção da ordem pública como na sua construção, e, conseqüentemente, na prevenção da criminalidade, sob pena de cairmos no terrível círculo vicioso: maior repressão, mais criminosos nas ruas, maior policiamento nas ruas, e assim indefinidamente. Manuel Lopez Rey, estudioso do fenômeno da criminalidade, distingue que prevenção significa programas ou políticas para evitar que a pessoa se torne delinqüente. Controle é o policiamento nas ruas para evitar que as pessoas já se tornaram criminosas tenham oportunidade de delinqüir.

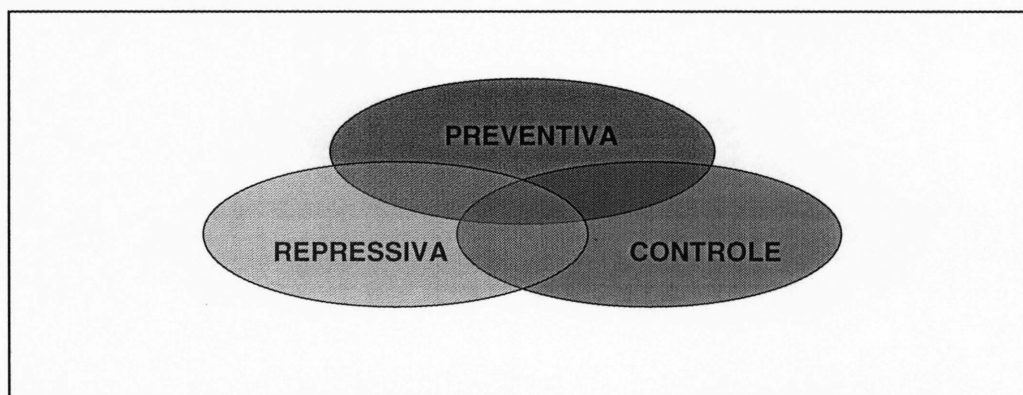
A partir do momento em que a polícia desempenha sua atividade no cumprimento da ação de prisão, cumprimento de mandados, e outros, aí se concretiza a ação de repressão policial.

Nesse sentido, conceitualmente não se pode afirmar que o trabalho realizado pelo Projeto Povo e pela Patrulha Escolar Comunitária são de cunho preventivo, pois o pressuposto básico é que haja a ação educativa pedagógica.

O Projeto Patrulha Escolar Comunitária possui traços de ação preventiva, no momento em que desenvolve apenas na quarta fase as palestras aos seus públicos, o que se pode caracterizar como uma atividade híbrida que circula entre a atividade de repressão, controle (contenção) e preventiva.

A adoção do PROERD como atividade de Policiamento Comunitário, vem preencher a lacuna da ação eminentemente preventiva nas comunidades, caracterizado pela Figura 2.

FIGURA 2 – AS CONCEPÇÕES DE ATIVIDADE DE POLÍCIA MILITAR



#### 2.5.1.1 A Polícia comunitária na Polícia Militar do Paraná

A Polícia Militar do Paraná - PMPR tem sua missão estabelecida através da Diretriz Geral de Planejamento e Emprego da PMPR, na qual encontramos a seguinte afirmação: "no contexto sistêmico da defesa social, a Polícia Militar assume papel de relevância na preservação da ordem pública, prevenindo ou inibindo atos anti-sociais, atuando repressivamente na restauração da ordem pública, adotando medidas de proteção e socorro comunitários ou atuando em apoio aos órgãos da administração pública no exercício do poder de polícia que lhe couber." (DIRETRIZ N.º 004/2000 - PM/3).

Desta forma, de acordo com a PM/3, uma das concepções de policiamento ostensivo empregado na PMPR, é o "Policiamento Comunitário", materializado na forma do "policiamento ostensivo geral".

De acordo com os já citados conceitos de policiamento comunitário, a PMPR concebe como princípio de policiamento ostensivo e "entendido como a conjugação

de todas as forças vivas da comunidade (a própria comunidade, a comunidade de negócios, as autoridades cívicas eleitas, as polícias todas, as outras instituições e autoridades e a mídia), sob a coordenação de policiais especialmente designados, no sentido de preservar a segurança pública, prevenindo e inibindo os delitos ou adotando as providências para a repressão imediata. Deve ser entendida também como uma filosofia de atuação da Polícia Militar, marcada pela intensa participação da comunidade na resolução dos problemas afetos à Segurança Pública." (DIRETRIZ N.º 002/2004 - PM/3).

A polícia comunitária deve ser pensada não como filosofia, mas como uma concepção, no sentido de geração (de idéias, projetos), faculdade de perceber (a comunidade, a própria polícia), de produzir conhecimento por intermédio da intrusão social.

Essa concepção tem por base a crença de que os problemas sociais terão soluções cada vez mais efetivas, à medida que haja a participação da população na sua identificação, análise e discussão a partir de problemas comuns.

Nesse sentido, a PMPR adota as seguintes premissas de policiamento comunitário:

- A prioridade da atuação preventiva da Polícia Militar, ao agir para evitar que delitos ocorram, como atenuante de seu emprego repressivo;
- A presença do policial-militar na maior parte do tempo junto à comunidade específica para a construção de uma identidade comunitária com os participantes desta;
- A parceria, cooperação e envolvimento da comunidade com a PMPR na identificação em conjunto dos problemas que lhes causam desconforto, assim como, a discussão compartilhada e na busca de alternativas viáveis para a resolução dos problemas;
- A promoção de respostas rápidas aos anseios sociais da população assistida pelos policiais-comunitários, no que se refere à necessidade de proteção e socorro, obtidos por intermédio de levantamentos periódicos realizados com a comunidade;
- A preferência pelo emprego do policiamento no processo a pé, mais próximo e em contato mais estreito com as pessoas;

- A pronta resposta ao maior número possível de acionamentos dos serviços da Polícia Militar;

- A transparência das atividades desempenhadas pela polícia, de forma a permitir um maior controle e participação no planejamento operacional, pela população;

- A visão sistêmica da defesa social e da segurança pública e gestão compartilhada das políticas públicas;

- Atuação do policial-militar como partícipe do processo de planejamento e protagonista das ações para a solução de problemas, nos momentos em que se realiza a coordenação de reuniões para a coleta de informações com a população;

- Promover a idéia de necessidade de maior envolvimento comunitário, na busca de melhores condições de vida das populações, que garantirá maior confiabilidade nos serviços oferecidos pela PMPR.

A PMPR adota no policiamento comunitário a atividade específica da polícia, que compreende todas as ações policiais decorrentes de estratégias específicas pertinentes ao planejamento dessas ações, no que se refere à proteção do cidadão.

A atividade e policiamento comunitário incluem, então, para o desenvolvimento da atividade de polícia, os atributos do policiamento tradicional realizados pelo policial-militar.

A Diretriz Geral de Planejamento e Emprego da PMPR (DIRETRIZ nº 004/2000 - PM/3) traz que o emprego operacional dos efetivos da PMPR enfatiza a ação preventiva e a segurança objetiva e segurança subjetiva.

No que se refere à ação preventiva, o emprego das frações deve obedecer a um criterioso planejamento, elaborado em bases realísticas e dado estatísticos confiável, que atente para as informações pertinentes à defesa pública e aos anseios e às necessidades da comunidade. Com isso propicia a aplicação de recursos humanos e materiais nos horários e locais de maior risco.

O patrulhamento preventivo (proativo), executado com inteligência, decorrente de planejamento cuidadoso, com escolha de itinerários e locais de Ponto Base (PB) estabelecidos com critérios científicos pela análise das informações especiais e temporais, inibe a oportunidade de delinquir, interrompendo o ciclo da violência. Se não for possível agir diretamente sobre a vontade do agente, a Polícia Militar deve restringir a oportunidade de ação do delinqüente, dando ênfase à ação preventiva. A

presença ostensiva, correta e vigilante do policial-militar nos locais de risco, a qualquer hora, inibe a ação do delinqüente. A ação de presença da PM reduz os riscos e estabelece um clima de confiança no seio da comunidade.

O segundo ponto, referente à segurança objetiva e segurança subjetiva, nos diz que o verdadeiro ambiente de segurança é obtido pela combinação do aspecto objetivo, que é a ausência real de riscos e perigos, desiderato dos órgãos de defesa social, com o aspecto subjetivo, definido como crença nessa ausência de riscos (sensação de segurança), a ser cultivada e reforçada na comunidade.

A Polícia Militar deverá mobilizar-se para evitar os riscos e amenizar os medos a que está sujeita a população, e também para proporcionar-lhe um ambiente de confiança em seu trabalho. Mais uma vez ressalte-se a necessidade de se cuidar, permanentemente, da integração e interação da PM com a comunidade, com o fim de alcançarem seus objetivos comuns, por meio da cooperação mútua, da unidade de propósitos e da ação solidária.

No Paraná, a concepção de policiamento comunitário tem atualmente como referenciais dois projetos desenvolvidos pela PMPR: o Policiamento Ostensivo Volante (Projeto POVO) e a Patrulha Escolar Comunitária.

#### 2.5.1.2 O Projeto POVO

O Projeto POVO (Policiamento Ostensivo Volante), foi lançado no ano de 1993, já, na época, ao dispor que uma viatura ficasse designada para o atendimento de um determinado bairro, cujo objetivo era que o policial-militar se identificasse com aquela comunidade, para a integração e resolução de problemas em conjunto, conforme a teoria prevê. A permanente troca de informações, visava a redução da criminalidade e da sensação de insegurança, promovendo um aumento da resistência ao crime na implantação de técnicas preventivas e, igualmente, eliminando as condições que afetam a manutenção da ordem pública.

Atualmente o Projeto, após ser reestruturado, considerando-se a dinâmica evolutiva social, foi adaptado às novas realidades de polícia e às tecnologias

adequadas às estratégias do policiamento comunitário, como projeto institucional da Polícia Militar do Paraná e do Governo do Estado.

Nesse projeto, a preservação da ordem pública por meio da polícia ostensiva, em um subsetor no atendimento das ocorrências policiais, e iniciadas através de solicitação da comunidade, ou pelos policiais-militares, determinação superior ou acionamento, colhe da comunidade local os anseios que permitirão melhorar a atuação preventiva e subsidiar o escalão superior no planejamento estratégico e operacional.

Em síntese, a atuação policial no Projeto POVO é realizar a atividade de "policiamento ostensivo", como principal característica da atividade policial-militar, que também destaca a chamada "ação de presença", tanto real quanto potencial, e que obedece ao princípio da "responsabilidade territorial".

Secundariamente, a atividade ainda obedece aos princípios da "aplicação" e da "antecipação", balizados pelos princípios e procedimentos adotados no policiamento comunitário.

O Projeto POVO é o tipo de Policiamento Ostensivo Geral, que adota os processos de policiamento "a pé" e "motorizado", nas modalidades de "patrulhamento" e "permanência", de circunstância "ordinária", "urbano", "diuturno", "desdobrado no terreno", com "limites de responsabilidade" territorial e geográfica definida e desenvolvida na comunidade para interação e integração, com os objetivos específicos que se seguem:

- Orientar a prevenção de delitos ou dissuadir sua prática, pela presença efetiva do policiamento ostensivo;
- Atender de maneira rápida, eficiente e eficaz as ocorrências policiais;
- intensificar o patrulhamento nos locais e horários de risco, de forma a reduzir as oportunidades para a prática de delitos;
- proporcionar maior acessibilidade e conseqüente participação da comunidade nos assuntos de segurança pública;
- ampliar e consolidar a permanência do policial-militar junto da comunidade para torná-lo conhecido e participante nas soluções dos problemas de segurança individual e comunitária, localizados ou próprios de bairros, no setor de atendimento da Estação POVO.

### 2.5.1.3 A Patrulha Escolar Comunitária

#### 2.5.1.3.1 A indisciplina que pode gerar violência ou a paz na escola

Percebe-se que a utilização do termo “violência”, nos trabalhos mais recentes (CANDAU, 1999; NASCIMENTO, 1999; PERALVA, 1997; CARDIA, 1997; GUIMARAES, 1996), passa a ser empregado sem nenhum receio em ser considerado pesado demais para os conflitos que a escola tem enfrentado.

O conceito de indisciplina parece ter sido incorporado ao de violência. E, se antes procurávamos entender e encontrar alternativas para trabalhar com crianças indisciplinadas (bagunceiras demais, apáticas, agressivas ou desinteressadas), hoje somos levados a refletir como é possível desenvolver ações em uma escola onde o clima de insegurança e medo, promovido por alguns alunos ou grupos de alunos, cria uma sensação de impotência e estresse permanentes.

Na literatura existente sobre o assunto, o que se encontra é uma variedade muito grande de definições a respeito do termo “violência”. A palavra é utilizada para denominar os mais diversos atos e a noção que se tem da mesma é, por princípio, ambígua: antecipadamente podemos concluir que não existe uma violência, mas uma multiplicidade de manifestações de atos violentos, cujas significações devem ser analisadas dentro do contexto social e histórico em que ocorrem.

É possível, assim, considerar a objetividade e a subjetividade da violência. É possível observar a violência de maneira universal. Quantificar, dizer objetivamente que tal fenômeno é violento. Por outro lado, não se afere muito bem o que considerar violento, o que a sociedade decreta 'ser violência' e, muitas vezes, o que um grupo crê ser violência não é considerado por outro (WAISELFISZ, 1998, p. 145).

Não se pode negar que o termo “violência” passou por uma reconceitualização e isso se deve principalmente ao reconhecimento dos direitos sociais e ao aumento do exercício da cidadania vivenciada pela população, pois muito do que antes não era considerado como sendo violência, atualmente é assim considerado. Como exemplo disso, citamos os conflitos de trânsito, as ofensas e discussões verbais, as desavenças, as agressões, o assédio sexual, o racismo, o



trabalho infantil, os pais que batem nos filhos, a mulher que é espancada pelo marido, o que era tratado na esfera privada, passa a ganhar visibilidade na esfera pública. Hoje, portanto, esses acontecimentos são vistos com outra ótica e deixam de ser práticas costumeiras de regulação das relações sociais.

A palavra “incivilidade” também tem aparecido em trabalhos recentes (LATTERMAN, 2000; PERALVA, 1997) para referir-se à gama de problemas com os quais a escola se defronta, tais como: pequenos furtos, agressões verbais e físicas, humilhações, brigas e descaso pela escola, representando um meio termo entre os conceitos de violência e indisciplina, considerando-se que apenas o termo violência, tal como tem sido usado, não é suficiente para explicar o que ocorre dentro das escolas:

A violência não está só na escola, ela faz parte de um todo maior, possui diferentes dimensões, é um fenômeno multicausal e plural. Para compreender tal fenômeno faz-se necessário o levantamento dos fatores estruturais e culturais que a envolvem, analisando-a no interior de um espaço teórico mais complexo.

Para CANDAU (1997) o estudo da violência através de sua dimensão estrutural enfatiza que a mesma é conseqüência da crise econômica, da miséria e do empobrecimento da população. Já a dimensão cultural, refere-se às profundas modificações ocorridas no sistema de valores e relações sociais no Brasil (expressa através da quebra de laços de solidariedade na sociedade e da crise das relações sociais tradicionais).

CARDIA (1997) constata em recente estudo que o aumento da violência vem ocorrendo principalmente com jovens, do sexo masculino, moradores das grandes cidades e, também, jovens moradores das cidades do interior. De acordo com a autora, hoje a faixa etária de risco é aquela situada entre 15 e 24 anos de idade.

O jovem tende mais à violência devido às características de sua faixa etária, somadas aos estímulos propiciatórios oferecidos pela sociedade contemporânea. A sociedade hoje possui um perfil indutor à violência, pois o protótipo de indivíduo que oferece ao jovem como modelo de identificação “é o do caráter frio, racional, egocêntrico, não afetivo, voltado para o culto do transitório ou efêmero e para a busca obsessiva do status material, utilizando-se de fontes de prazer evasivas e alienantes, evitando fragilizar-se em relações afetivas que visem tão somente privilegiar o convívio” (OSÓRIO, 1999, p. 531).

De acordo com TIGRE (2004), pesquisadora da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, em investigação realizada com policiais-militares que atuam na Patrulha Escolar Comunitária, daquela cidade, a presença da polícia na escola traz uma certa segurança a todos e segundo os policiais-militares entrevistados, o objetivo de seu trabalho é basicamente promover a prevenção de problemas, propiciando mais segurança aos professores e alunos da escola no momento em que passam por ela.

Na avaliação da pesquisadora, a visão dos policiais-militares é de que o problema mais persistente que enfrentam é o uso de drogas, principalmente o alcoolismo, que parece ser uma grande preocupação dos diretores, professores e pais.

Os policiais-militares percebem nos alunos que se queixam, estranhamente, que não há punição para os seus atos e referem-se à impunidade como sendo um dos aspectos que contribuem para a geração da violência na escola. Eles exigem mais punição e também suspensões, dentro do imediatismo que lhes é característico. Atitudes que a escola nem sempre pode e deve adotar.

A autora (TIGRE, 2004) aponta ainda que impunidade é percebida como algo grave pelos profissionais que atuam nas escolas, os quais, admitem que os alunos que infringem regras deveriam ser punidos com maior rapidez, mas isso nem sempre acontece, e quando ocorre, nem sempre são utilizados os mesmos critérios para estabelecer a punição, o que é logo percebido pelos alunos. Na opinião dos entrevistados:

As causas mais apontadas como responsáveis pelo aumento da violência escolar citadas pelos sujeitos da pesquisa, referem muito mais a aspectos socioculturais do que aos estruturais. Os mais citados foram: a família, que está desestruturada e não acompanha a vida escolar dos filhos, a impunidade, a inversão ou ausência de valores morais, éticos e religiosos, o desinteresse, as más companhias, o desrespeito, a falta de diálogo e as drogas. Alguns professores destacam ainda o desinteresse e a falta de perspectiva de futuro da sua clientela.

Essa sobrecarga da função da escola deve-se à grande transformação que ocorreu na organização familiar nas últimas décadas: a família nuclear<sup>10</sup>, patriarcal, cujo modo de organizar as relações do casal na sociedade industrial é baseado na

divisão sexual do trabalho, em que a mulher é relegada ao âmbito privado, dá lugar a uma grande diversidade de formas familiares.

De acordo com ISHIDA, hoje, se formos aplicar o que os alunos, professores e mesmo os pais, pedem em termos de punição, estaríamos cometendo um crime de tortura, possível da sanção prevista no artigo 233 do ECA: a submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância à tortura<sup>11</sup>, a pena ao responsável, pode ser de um a cinco anos de reclusão (2000, p. 401).

As sanções na escola consistem basicamente em: advertência verbal; advertência escrita com notificação e ciência pelos pais e responsáveis; encaminhamento à Orientação Educacional; suspensão temporária das aulas, devendo o aluno permanecer na escola, realizando atividades dos conteúdos ministrados em sala de aula, garantindo-se ao mesmo o direito de fazer as avaliações e os trabalhos; e, em último caso a transferência para outro estabelecimento de ensino, em caso de absoluta incompatibilidade com o regime disciplinar da escola.

Medidas pedagógicas aplicadas a certos alunos parecem não surtir o efeito esperado. Também se refuta a idéia de que é apenas a impunidade na escola que gera a violência. Jesus JARES (2001), aponta que na própria relação pedagógica entre aluno e professor, pode haver violência. Portanto, é errônea a idéia de que apenas a aplicação da norma no ambiente escolar resolveria todos os problemas de indisciplina.

Professores bem preparado podem utilizar a indisciplina, por exemplo, como fator motivador à construção de uma cultura de paz. A construção do conhecimento nem sempre está na ordem das coisas. Muito do que imagina ser indisciplina não corresponde ao que os professores apontam ser. Esse é o grande cuidado que a escola deve ter.

Outro aspecto relevante está na adoção de sistemas de segurança internos e de monitoramento permanente. A educação sempre será o divisor de águas entre as sociedades desenvolvidas. No caso da indisciplina manifesta nos ambientes de ensino, deve-se buscar estratégias adequadas para cada grupo, como montar grupos de teatro, bandas de música, desafios cooperativos através de gincanas e esporte, dentre outros. O importante, de acordo com BUCHER (1989) é criar o que

denomina de cultura de prevenção, não apenas nas escolas, mas fundamentalmente na mente dos alunos.

#### 2.5.1.3.2 Alguns aspectos sobre a Patrulha Escolar Comunitária

Em um breve histórico, a Patrulha Escolar surgiu no ano de 1994 e foi implementada no ano de 1997 por meio do Projeto Galha Azul. A Polícia Militar, ao ser por vezes interpelada pelos dirigentes de estabelecimentos de ensino, observou um elevado índice de problemas de perturbação da ordem social através de atos de indisciplina por parte de alunos, que causam com freqüência ações violentas, bem como o assédio de traficantes, o uso de substâncias psicoativas na frente e próximo das escolas.

Para minimizar a questão, buscou-se desenvolver uma ação direcionada especificamente para a segurança das escolas da rede estadual e municipal de ensino com o objetivo de reduzir em seus limites de atuação, comportamentos ou atividade indesejáveis que colocassem em risco o bem-estar e a segurança das crianças e dos adolescentes, assim como as famílias, comunidade escolar e entorno social.

A ação de polícia ostensiva preconizada pelo Projeto Galha Azul era desenvolvida por duplas de policiais-militares femininas que realizavam suas atividades por intermédio do "patrulhamento motorizado" e de "permanência" em áreas internas, externas e adjacentes aos estabelecimentos de ensino da Capital, complementando com visitas programadas a eles, com a finalidade de ampliar a sensação de segurança e a proteção às crianças e aos adolescentes que freqüentavam nossas escolas.

Com os resultados positivos do projeto "Patrulha Escolar", que ganhou força perante o público a que se destina, sendo então, integrado aos projetos institucionais da PMPR, como concepção de policiamento comunitário.

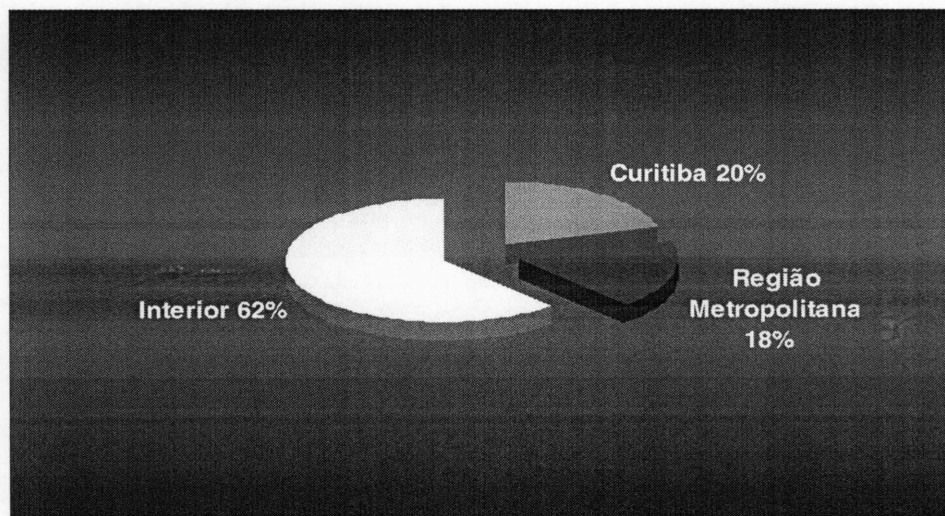
Atualmente, o Projeto encontra-se em sua terceira fase e, com Status e estrutura de projeto de Governo do Estado.

O Policiamento Escolar também é citado na Diretriz nº 004/2000-PM/3 como orientação particular para o planejamento e execução de atividades operacionais, executado na forma de Patrulha Escolar Comunitária, pautando-se com princípios de "policiamento ostensivo" em "ação de presença" que deve atuar precipuamente preventivamente, e atuar supletivamente na repressão a crimes e a atos infracionais.

Importante salientar que o trabalho realizado pela Patrulha Escolar Comunitária, não é de prevenção, mas através do hibridismo que conjuga as atividades preventivas com a repressiva de polícia militar.

A função desse trabalho é a aproximação da escola e do seu ambiente, ampliando a segurança no local e seu entorno. Esclarecer dúvidas acerca do trabalho policial, através do assessoramento à escola quanto à segurança física das instalações e pela interação com a comunidade escolar e com as autoridades locais, conforme os estabelecimentos de ensino contido no Gráfico 1.

FIGURA 3 – NÚMERO DE ESCOLAS ATENDIDAS PELA PATRULHA ESCOLAR COMUNITÁRIA 1º SEMESTRE LETIVO DE 2006



FONTE: PEC/2006

O Projeto atual foi desenvolvido em cinco etapas, que são:

a. Avaliação das instalações do estabelecimento de ensino, interna e perimétrica, quanto à sua segurança física que proporciona. Nessa ocasião, são realizadas sugestões de aprimoramento e adaptações necessárias, com a emissão

de "laudo de segurança" para instruir solicitações de recursos oficiais às alterações necessárias;

b. Coleta de informações na comunidade escolar para formulação de diagnósticos e para o estabelecimento de metas a curto, médio e longo prazos, na identificação de problemas comuns, na busca de soluções práticas;

c. Concretização da fase anterior que culmina com a tomada de providências e mudanças nos procedimentos;

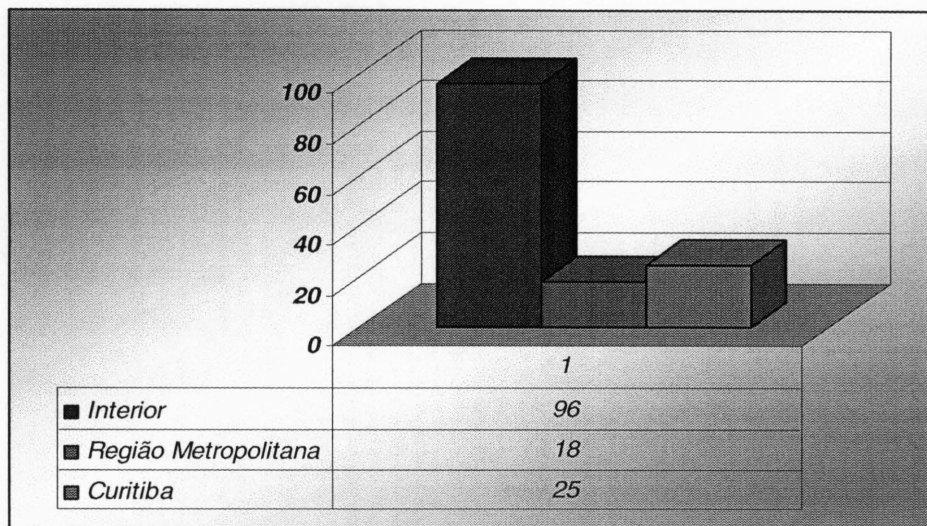
d. Na quarta fase, são realizadas palestras para a comunidade escolar, alunos, pais, professores e funcionários;

e. Na última fase, ocorre a elaboração do Plano de Segurança para o estabelecimento e ensino.

A Patrulha Escolar Comunitária também é uma forma de policiamento ostensivo nos processos "a pé" e "motorizado", conforme Gráfico 2, nas modalidades de "patrulhamento" e "permanência", de circunstância "ordinária", "urbano" e "diuturno", desenvolvido com a comunidade para interação e integração, com a concepção de polícia comunitária e que tem por metas:

- Proporcionar ao ambiente escolar um local seguro e tranquilo para alunos e professores e com segurança concreta aos pais e familiares;
- Prestar atenção adequada ao uso e tráfico de drogas nas escolas e em suas proximidades;
- Ampliar e consolidar a permanência do policial-militar na comunidade para torná-lo conhecido e participante nas soluções dos problemas de segurança;
- Promover maior aproximação entre as escolas e as Unidades Operacionais de Área, a fim de proporcionar maior conscientização dos alunos por meio de projetos, palestras ou debates dirigidos pela Polícia Militar, para o fornecimento de informações necessárias e que possibilitem a detecção e solução adequada de fatores que causam risco à segurança;
- Incentivar e apoiar atividades culturais, desportivas e de lazer para a comunidade escolar, programas comunitários de amparo e proteção à criança e ao adolescente, campanhas de educação preventiva sobre drogas, de segurança no trânsito, de proteção ao meio ambiente, de retorno às aulas, e outras.

FIGURA 4 – NÚMERO DE VIATURAS UTILIZADAS PELA PATRULHA ESCOLAR COMUNITÁRIA ATÉ O 1º SEMESTRE LETIVO DE 2006



FONTE: PEC/2006

#### 2.5.1.4 O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD

Observa-se no sistema policial brasileiro, que uma das metas dos órgãos de repressão ao tráfico é a guerra contra as drogas, que se alicerça basicamente em três pontos fundamentais: erradicação das culturas de vegetais psicotrópicos, supressão do tráfico transcontinental e repressão do comércio clandestino no interior de seus territórios. Esquece-se, todavia, do trabalho fundamental ou de base, que é a prevenção com aqueles que ainda não tiveram contato com as drogas.

No ano de 1983, nos Estados Unidos, o Departamento de Polícia de Los Angeles, após diagnosticarem falhas nos organismos de repressão ao tráfico e aos usuários de drogas, desenvolveu um programa educacional que visa prevenir crianças em idade escolar dos males causado pelo uso das drogas e conseqüências advindas, como a violência, criado, então, pela Professora Ruth Rich e equipe de educadores, que desenvolveram em conjunto com o Departamento de Polícia daquela localidade.

Foi, então, desenvolvido um programa denominado “*Drug Abuse Resistance Education - DARE*”, que vai além dos tradicionais projetos sobre prevenção ao uso

das drogas, pois ensina as crianças a reconhecerem e a resistirem às classes dessas substâncias psicotrópicas, e principalmente identificarem pressões pessoais e de grupos, da mídia e outros canais.

A criação do programa foi motivada pela permanente oferta de drogas, mais especificamente o tabaco e o álcool, aos estudantes da rede de ensino. Ao observar que os resultados alcançados apenas pela repressão policial, no tocante à apreensão de drogas, não surtia efeito significativo, pois o trabalho policial transitava entre o traficante e o usuário, sendo que o primeiro requer repressão e, o último, prevenção, foi então, estabelecida uma estratégia que alcançasse a criança na faixa etária entre 9 e 12 anos de idade, preparando-a para ingressar na adolescência.

O Programa está presente atualmente nos 50 Estados Americanos e em 58 países nos cinco continentes, e já beneficiou ao redor do mundo aproximadamente 48 milhões de crianças que participaram do *DARE*, inclusive no Brasil, onde está inserido em todos os Estados.

Diante do crescente poder de atração das drogas, que ilude e enganam as crianças, jovens e adultos, as organizações governamentais e não governamentais relacionadas direta ou indiretamente à segurança pública, têm-se empenhado, de várias formas, com investimentos altíssimos, a fim de coibir as ações criminosas, neste sentido, as quais, conforme os indicadores vêm de forma assustadora destruindo nossa sociedade.

Pesquisas científicas concluem que os esforços encontram maior eficácia quando se adota uma postura educacional, preventiva, de cunho estratégico, como apontado por CRUZ, que “o trabalho de prevenção deve achar lugar e todos os meios possíveis para alcançar resultados concretos. A educação formal constitui um desses meios que deve estar associado a inúmeros outros recursos para obter-se resultado efetivo” (CRUZ, 1991, p.128).

No Brasil, em 1992, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro – PMERJ foi a primeira Corporação Policial Militar a adotar o Programa *DARE* entre crianças de rede pública e particular de ensino no Brasil.

A PMERJ objetivava na ocasião, desenvolver uma estratégia de segurança pública, para aproximar o policial-militar da comunidade, através do conceito de “polícia comunitária”, que é o de diminuir os hiatos entre esse órgão repressor de segurança pública para a condição de preventivo, com a contínua aproximação da



polícia militar e do cidadão, com o fim de convidá-los a se tornarem protagonistas de ações preventivas na área da segurança pública.

Essa transformação começaria pela criança, já na fase transicional para a adolescência, em uma conquista contínua do espaço destinado a esses futuros cidadãos do presente.

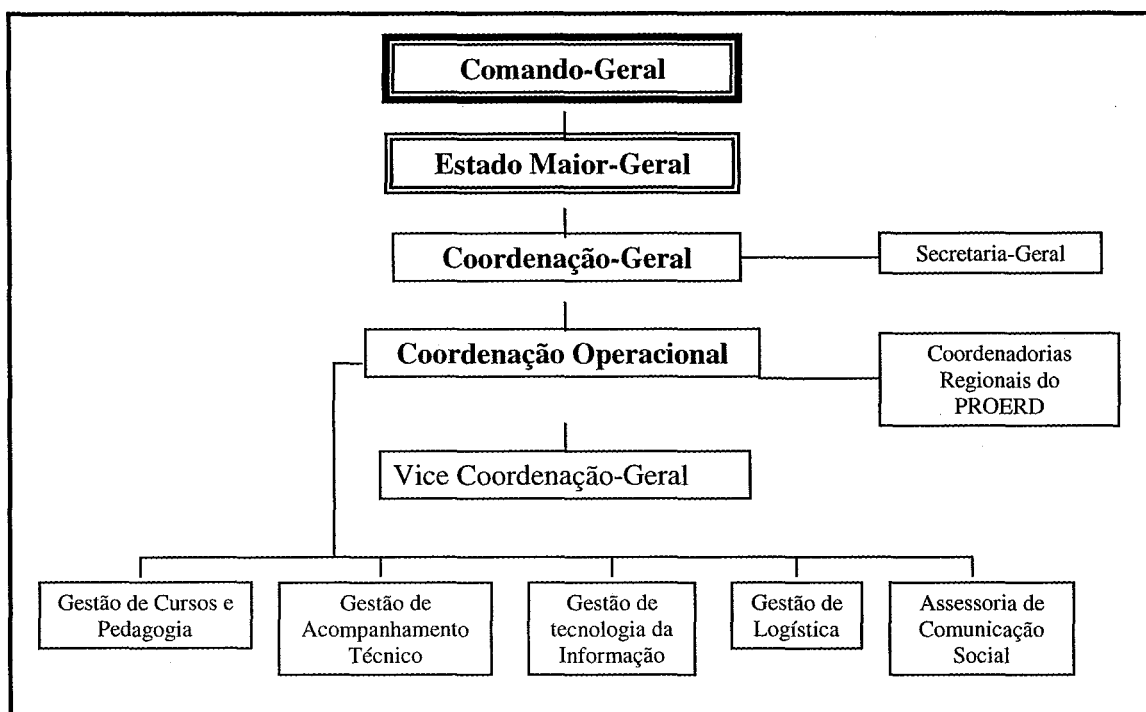
No Paraná, o Programa foi implantado a partir do segundo semestre do ano de 2000, inicialmente em oito municípios, sendo que atualmente encontra-se instalado em 175 cidades no Estado.

O PROERD possui na PMPR a vinculação direta ao Chefe do Estado-Maior da PMPR, conforme Figura 1.

A partir do ano de 2005, a Coordenação Estadual desenvolveu o Projeto de implantação do Sistema da Qualidade PROERD, inédito em todo país e, que prevê a criação de Gestões nas áreas de Cursos e Pedagogia, Acompanhamento Técnico, Tecnologia da Informação, Logística e a Assessoria de Comunicação Social, conforme Figura 5. Ainda foi desenvolvida a concepção de “Educador Social do PROERD”, em substituição ao termo “Instrutor”, conforme será descrito na seqüência.

Para o adequado desenvolvimento da política de educação preventiva no interior do Estado, cujo PROERD representa o maior trabalho na área, foi criada o termo “Coordenador Regional”, que prevê maior autonomia aos Oficiais que desenvolvem as atividades regionais nas Unidades do Estado.

QUADRO 3 – ORGANOGRAMA DO PROERD NA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ DE ACORDO COM A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE QUALIDADE



FONTE: Projeto do Sistema da Qualidade PROERD Paraná.

A Coordenação Estadual, a partir de agosto do ano de 2005, passou a denominar de “Educadores Sociais do PROERD”, os policiais-militares que são formados no currículo mínimo para atuação em sala de aula. O motivo é que esses profissionais, como atuam no ambiente da escola, necessitam formação específica para o desempenho de sua atividade como educador.

O Programa, como encontra disseminado nas principais cidades do Estado, e atua em escolas das redes pública e particular de ensino, privilegia todas as classes sociais. Isso prevê a necessidade de melhoria contínua no processo de formação do policial-militar que atua no PROERD, como quesito para a qualidade, cujo produto final são alunos com conceitos delineados e bem construídos acerca da cultura de prevenção na família, na escola e na sociedade.

Em uma investigação realizada por ALVES (2001) que teve por fim traçar o diagnóstico do consumo de drogas entre estudantes do ensino fundamental e comparar a tendência do uso de drogas entre 5 levantamentos realizados nas 10 capitais nos anos de 1987, 1989, 1993, 1997 e 2004, comparou os fatores de relacionamento familiar, aspectos pessoais, uso de drogas entre estudantes do

Brasil e de outros países. Como resultado da análise, de maneira sintética, pôde-se observar especificamente em Curitiba que:

- Estudantes que tinham feito uso na vida<sup>10</sup> de drogas apresentaram maior defasagem escolar (22,8%) comparando-se aos que nunca haviam utilizado (15,4%)

- As classes sociais A e B foram as que apresentaram maior percentagem no uso na vida;

- Predomínio de uso no sexo masculino, exceto quanto ao uso pesado. Observou-se maior percentagem de usuários a partir dos 16 anos, apesar do uso na faixa etária de 10 a 12 anos ser expressivo (12,7% de uso);

- As drogas mais utilizadas, excetuando-se álcool e tabaco, forma pela ordem: solventes, maconha, ansiolíticos, anfetamínicos e anticolinérgicos. O total estimado de uso na vida de drogas, na rede estadual de ensino, foi de 21,6%;

- Observou-se o predomínio de uso na vida para homens: maconha, cocaína, tabaco, álcool, energético e esteróides anabolizantes. Nas mulheres, o predomínio de uso na vida ocorreu para antetamínicos e ansiolíticos.

Na Região Sul do Brasil, observou-se que maior defasagem escolar para os que tinham feito uso de drogas foi de 16,1% contra 8,1% para os que nunca haviam feito uso. A maior percentagem de uso segue a tendência da média nacional para as classes A e B.

Quanto o “uso na vida” e “uso no ano”, houve prevalência para o sexo feminino, enquanto que “uso pesado” e “uso freqüente” foram mais comuns em homens. Constatou-se maior percentagem de uso para a idade de 16 anos e na faixa etária de 10 a 12 anos o número também foi expressivo, 9,6%.

O total estimado de uso na vida de drogas na rede estudantil de ensino foi de 21,6%. Houve predomínio de uso na vida entre os homens para solventes, crack e energéticos. Nas mulheres o predomínio foi para anfetamínicos, ansiolíticos, tabaco e álcool.

---

<sup>10</sup> São usados em epidemiologia as terminologias adotadas pela OMS quanto à periodicidade de uso de drogas: Uso na vida: uso pelo menos uma vez na vida; Uso no ano: uso pelo menos uma vez nos últimos doze meses; Uso no mês ou recente: uso pelo menos uma vez nos últimos trinta dias; Uso freqüente: quando a pessoa utilizou droga(s) seis ou mais vezes nos últimos trinta dias; Uso pesado: utilizou drogas diariamente no mês.

FIGURA 5 - USO NA VIDA DE DROGAS PSICOTRÓPICAS POR 48.155 ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DAS REDES MUNICIPAL E ESTADUAL DO BRASIL.

Tipos de usos <sup>o</sup>	Sexo %†			Idade (anos) %†				
	M	F	NI <sup>□</sup>	10-12	13-15	16-18	>18	NI <sup>□</sup>
Uso na vida	23,5	21,7*	23,7	12,7	23,1	29,2	34,7	25,1
Uso no ano	20,4	18,8*	20,6	10,2	20,3	26,5	29,2	21,3
Uso no mês	15,6	13,9*	16,1	7,6	14,5	20,4	24,0	17,6
Uso frequente	3,5	2,6*	3,4	1,3	2,9	4,7	5,1	3,3
Uso pesado	2,3	1,7	2,3	0,9	1,9	3,0	3,6	2,2

FONTE: CEBRID, 2004.

Em nível nacional, de acordo com a pesquisa, a relação entre escola pública e privada apresentou grande discrepância. Na Região Norte, a proporção foi de 8:1 e na Região Sul foi de 1:1. Observa-se nesse sentido que a confiança no ensino público é pouca. A defasagem escolar continua com percentagens elevadas. Alunos que fizeram uso na vida faltaram mais às aulas em comparação aos que nunca experimentaram drogas.

Constatou-se que o uso na vida de tabaco teve significativa diminuição em função da proibição das propagandas de cigarro.

Drogas ilegais como álcool e tabaco foram as drogas com a menor média de idade para o primeiro uso (12,5 e 12,8). A maconha aparece com uma média de idade de 13,9 anos e a cocaína com 14,4 anos para o primeiro uso. Recomenda-se que as estratégias de prevenção devam começar a partir dos 10 anos de idade.

Como se percebe, o uso de drogas não é de exclusividade de determinadas classes econômicas e o uso de drogas diferencia-se para os gêneros masculinos e femininos.

#### 2.5.1.4.1 A formação do Policial PROERD

Para que o policial-militar atue no Programa, são necessários alguns requisitos como o voluntariado, ter alguma experiência em atividades sociais ou educacionais, ter dois anos de efetivo serviço na Corporação e estar no bom comportamento.

No processo de seleção, estão previstas a seleção com a presença de psicólogo, pedagogo e equipe técnica de Mentores e Másteres do PROERD, em dinâmicas de grupo e entrevista individual, que possuem caráter eliminatório, seguindo-se critérios técnicos próprios para a seleção de pessoal.

Assim, foi desenvolvido um currículo próprio para a formação desse profissional, que passa agora a trabalhar com a educação preventiva às drogas e à violência, para alcançar as quartas e sextas séries do ensino fundamental e currículo para pais, bem como, o trabalho nas comunidades.

O currículo para a formação dos policiais-militares prevê os seguintes conteúdos e as competências necessárias à formação dos profissionais:

- Habilidades e conhecimentos para reconhecer e resistir à pressão dos companheiros ou grupos quando do oferecimento de álcool, cigarros ou outras drogas;
- Desenvolver a auto-estima;
- Aprender técnicas de como ser seguro;
- Maneiras de resistir às drogas;
- Aprender alternativas positivas ao não-uso de drogas;
- Aprender a lidar com o estresse e resolver conflitos;
- Resistir ao envolvimento com gangues;
- Redução da violência;
- Conseqüência dos atos de vandalismo e violência;
- Tomada de decisões;
- Construir habilidades de comunicação;
- Noções de cidadania;
- Aprendizagem de atividades interativas com a participação de grupos em aprendizado cooperativo.

Um ponto de grande relevância na aplicação do PROERD, e constatado em pesquisa, reside no vínculo afetivo que o policial-militar do PROERD desenvolve com os alunos, em função da relação pedagógica e da aproximação propiciada por esse profissional em sua atividade de docência. Esse vínculo contribui para o denominado aprendizado cooperativo, que se procede em uma relação triangular entre o Aluno, o Professor e o Policial-Militar Instrutor do PROERD, em regime de

cooperação mútua, que constitui de acordo com estudos nos campos da educação, tornar significativo qualquer aprendizado.

A formação desses profissionais foi projetada para estimular os estudantes a resolverem os principais problemas na faixa etária que se encontram, e neste contexto pode ser incorporada como parte integrante do currículo, oferecendo assuntos como saúde, ciências, estudos sociais, literatura e outros pertinentes.

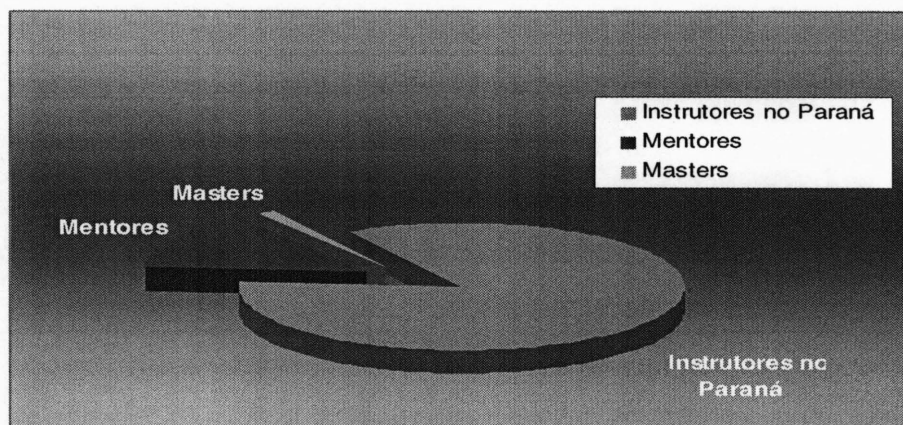
Esses educadores possuem ainda a missão legal baseadas nos campos de estudos em segurança pública – polícia comunitária e educação preventiva, de acordo com as políticas contidas na Matriz Curricular da Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP, da Secretaria Nacional Sobre Drogas – SENAD, da Lei de Diretrizes e Bases – LDB por intermédio dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN e do DARE Internacional, conforme os seguintes pressupostos:

- Estabelecer condutas técnicas pedagógicas unificadas para atuação do policial-militar em sala de aula, na atuação com o PROERD;
- Atuar como multiplicador das informações sobre educação preventiva sobre drogas e violência, através de ações de valorização da vida;
- Desenvolver o PROERD nas escolas do Estado do Paraná com qualidade e compromisso com o resultado final.
- Estabelecer uma estratégia preventiva para reforçar os fatores de proteção, em especial referentes à família, escola e comunidade, que favorecem o desenvolvimento da resistência em jovens que poderiam correr o risco de envolverem-se com drogas e problemas de comportamento violento.
- Concentrar esforços no desenvolvimento de competência social, liberdades de comunicação, auto-estima, empatia, tomada de decisões, resolução de conflitos, independência e objetivo de vida.

O Programa possui em sua estrutura, Instrutores que são formados no Currículo Básico de 80 horas aula para os Currículos de quarta e sexta série do ensino fundamental, e 40 horas aula para o Currículo para pais. Ainda na estrutura, os Mentores, que recebem formação suplementar de 40 horas aula, e que possuem a atribuição de formar os educadores sociais do PROERD – Instrutores e fiscalização dos protocolos de aplicação do Programa com os Instrutores em sala de aula e, os Másteres que realizam a Coordenação Pedagógica dos Cursos do PROERD.

A Figura 7 apresenta o total de policiais-militares existentes no Programa, até o primeiro semestre do ano de 2006, com a previsão de expansão contínua de Instrutores no Estado, e atualização profissional de todos os Instrutores ainda com formação no Currículo de 17 lições PROERD, para os Currículos de 10 e 5 lições do Programa.

FIGURA 6 – CATEGORIA DE POLICIAIS-MILITARES DO PROERD ATÉ O PRIMEIRO SEMESTRE DO ANO DE 2006



FONTE: Coordenação Estadual do PROERD.

#### 2.5.1.4.2 Modalidades de Currículos do PROERD

O Programa tem como foco principal os alunos das quartas séries do ensino fundamental. O Programa com 17 lições é desenvolvido pelo policial-militar através de uma lista de tarefas e procedimentos a cada lição. Tais procedimentos apresentam linhas muito similares à pedagogia do condicionamento, que tem como objeto a mudança comportamental. O currículo com 17 lições está calcado basicamente em cinco estratégias de ensino: fazer com que o aluno compreenda os efeitos das drogas no organismo, as consequências do uso da droga, maneiras de resistir às pressões, conhecer formas de violência e conhecer alternativas positivas.

A partir do ano de 2005, a Coordenação Estadual está em fase de implantação do denominado “Currículo Atualizado” do PROERD. Nessa versão, serão aplicados currículos de 10 lições para as quartas e sextas séries do ensino fundamental, bem como o curso para pais, que possui 5 lições.

O “currículo atualizado” foi desenvolvido por pesquisadores das Universidades de Akron e Califórnia, apresentam características importantes para a construção de projetos de prevenção bem sucedidos, conforme especifica o Manual do Instrutor da 4<sup>a</sup> série (2004, p. 5):

- os riscos sociais, legais e físicos, bem como as conseqüências de curto prazo decorrentes do uso de cigarro, álcool, maconha, inalantes e outras drogas lícitas e ilícitas;
- as crenças comuns dos alunos sobre a extensão do uso de substâncias pelo seu grupo são geralmente distorcidas, porém, podem ser examinadas reflexivamente e mudadas através da compreensão da real extensão desse uso por seu grupo;
- diálogo, afirmação, estratégia de negação e outras práticas de resistência são centrais para se poder lidar com o desejo e as pressões para fazer uso da drogas;
- Estratégias de prevenção ao uso de drogas bem sucedidas necessitam de envolvimento de pais e líderes comunitários, intervenções de agentes ao longo dos anos, aprendizado significativo para os alunos e tempo suficiente para as discussões e aprofundamento na sala de aula para ampliação em sua prática cotidiana.

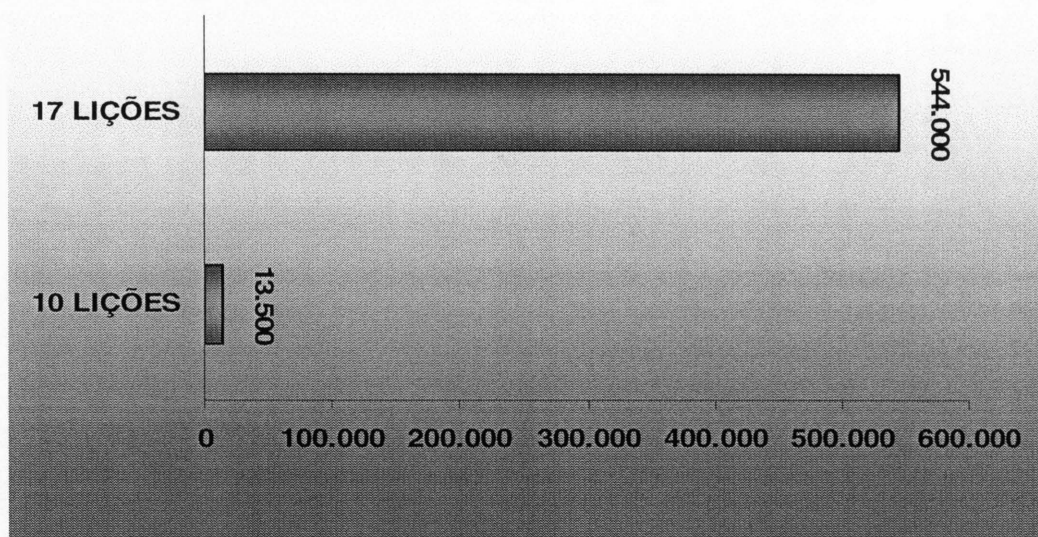
De acordo com o Manual do Facilitador, o “currículo atualizado” prevê o uso da facilitação como ferramenta de trabalho do Instrutor do PROERD e aponta que o novo papel desse educador “é ser facilitador da construção coletiva do conhecimento, um mediador da aprendizagem, indo assim ao encontro das demais teorias pedagógicas” (2004, p. 5).

Importante frisar que de acordo com o citado Manual, ao Instrutor é que cabe instigar, estimular os alunos para “construírem juntos o novo conhecimento, valorizando e colocando em primeiro plano as discussões dos alunos nas atividades realizadas nas equipes” (2004, p. 6). Nesse modelo, BECKER aponta que “o educador é um auxiliar do aluno, um facilitador” (2001, p. 19).

O Paraná possui atualmente 544mil alunos formados no currículo de 17. lições e 13,5mil formados no currículo com 10 lições, de acordo com a Figura 7.



FIGURA 7 – RELAÇÃO DE ALUNOS FORMADOS NOS CURRÍCULOS PROERD DE 17 E 10 LIÇÕES



FONTE: Coordenação Estadual do PROERD na PMPR.

A mudança de currículos se procedeu em função do próprio desenvolvimento sociocultural da escola e da família, cuja educação, que trabalha com a lógica do conhecimento, deve acompanhar todas as mudanças decorrentes desses ambientes. Como o Currículo de 17 lições foi desenvolvido entre os anos de 1981 e 1983 e em alguns países como o Brasil a prática educativa é diferenciada da norte-americana, como a epistemologia do conhecimento (condutista para construtivista) e nas ações lúdicas (competição para cooperação), houve necessidade da reconceptualização dos cursos do sistema PROERD no Paraná.

O currículo para a sexta série, intitulado de “Investindo em sua própria vida”, constitui também uma recente adaptação do programa norte-americano, com o diferencial de ter sofrido permanentes contextualizações em diferentes ambientes educacionais e classes sociais. Assim, do programa original, resta basicamente os títulos e a estrutura pedagógica e didática, pois o conteúdo original muito se assemelha à diferente realidade brasileira.

Assim, esse currículo tem por finalidade conhecer a influência dos diferentes tipos de mídia, resistir à pressão de grupo ou individual e exercitar responsabilidades sociais.

Um dos principais problemas que a escola hoje vive é o que os educadores denominam de indisciplina na escola e isso tem-se mostrado de várias maneiras,

tais como: o professor percebe não ter mais autoridade sobre seus alunos, os pais ou responsáveis não cumprem adequadamente seus papéis de cuidadores. E o que ocorre é que todas essas pendências sociais deságuam na escola.

Nos dias de hoje, com a dinâmica social em todos os seus aspectos, a formação deve apresentar-se como um processo contínuo que se inicia antes do exercício das atividades pedagógicas, prossegue ao longo da carreira e permeia toda prática profissional. Isso não é percebido apenas pelo professor que tem que se manter atualizado durante sua vida profissional, mas ocorre acentuadamente a procura por pais de maiores informações acerca da educação de seus filhos.

Os professores e outros profissionais que atuam no campo da educação preventiva às drogas e violência, têm buscado um complemento em suas formações.

Assim, para suprir essas demandas e alcançar essa parcela social de educadores, seja natural ou formal, o PROERD previu o Curso de Pais, que trata de assuntos como: sobre drogas, maneiras de resistir às pressões de grupos ou individuais, conhecer o pensamento dos adolescentes e como observar e cuidar da família.

A partir da adoção do Currículo Atualizado, a Coordenação Estadual iniciou o uso do termo “Educador Social”, que conceitualmente, atua nos campos da educação não formal, em ações sócioeducativas e de inserção social.

De acordo com BAPTISTA (2005), as atribuições do educador social é a de “educar para o desenvolvimento humano e isso implica em ter em conta pessoas, os seus rostos, as suas necessidades, os seus desejos e as suas escolhas”. Nesse sentido, os educadores sociais apresentam-se como especialistas de mãos vazias, como defende Jean VASSILEF (1998). O termo “mãos vazias” se refere ao fato desse educador, o policial-militar que atua no PROERD, trabalhar em regime de voluntariado.

A transição de “Instrutor” para “Educador Social”, deu-se mais em função de uma necessidade de situar esse sujeito no ambiente da educação. Outro fator que condiciona a transição do termo se insere na definição da prática educacional social, referendado no que o conteúdo do Programa propõe.

Para a viabilização desses cursos, o Programa está em fase de adaptação no Paraná do Currículo Atualizado do PROERD, de acordo com o Planejamento Anual para o Ano de 2005, quando foi realizado o “1º Curso de Formação de Educadores

Sociais do PROERD – Instrutores”, no mês de setembro de 2005 no município de Maringá – PR.

O Planejamento Anual para o Ano de 2006 previu três cursos de formação e um curso de atualização.

A primeira etapa, ocorrida no mês de março de 2006, formou 30 policiais-militares no “1º Curso de Formação de Educadores Sociais do PROERD – Mentores”, realizado nas dependências da Academia Policial Militar do Guatupê, em São José dos Pinhais - PR. Após, no mês de maio de 2006, a formação de 31 policiais-militares no “2º Curso de Formação de Educadores Sociais do PROERD – Instrutores”. A terceira etapa atualizará os 120 instrutores do currículo de 17 lições existentes, para o currículo de 10 lições, que ocorrerá no mês de setembro de 2006. E, ao final dos planejamentos para a formação de pessoal, todos os policiais-militares que compõem o sistema PROERD no Paraná, serão qualificados para o currículo de país.

#### 2.5.1.4.3 Ações de Parceria desenvolvidas pelo Programa através de Resolução Conjunta

Através da Resolução Conjunta, celebrada entre as Secretarias de Estado da Segurança Pública, da Educação e da Justiça e Cidadania, o Programa realiza ações em consoante a implantação do que se denomina “cultura de prevenção”, em todas as estratificações sociais onde os organismos governamentais subordinados possam ter penetração.

Com a Secretaria de Estado da Segurança Pública o Programa possui a parceria com o Departamento de Trânsito – DETRAN, ações como:

- Semana de Trânsito;
- Mutirão pela Vida;
- Lição de Educação no Trânsito (Curitiba e Região Metropolitana);
- além de trabalhos pontuais realizados com os Batalhões de Trânsito -

BPTran e Rodoviário – BPRv.

Desenvolve, ainda, trabalhos com a Assessoria dos Conselhos Comunitários, através do Mutirão Ilha do Mel, com envolvimento da Coordenação Estadual do

PROERD e das Coordenadorias Regionais do PROERD e assessoria técnica ao trabalho desenvolvido no campo da educação preventiva com a Coordenação Estadual da Patrulha Escolar Comunitária.

Com a Secretaria de Estado da Educação, o Programa mantém ligação técnica pedagógica através da Assessoria de Relações Interinstitucionais – AREI, e realiza assessoria em projetos educacionais no campo da educação preventiva como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, o Mutirão Metropolitano e pesquisa em comunidades quilombolas, além da participação de integrantes do PROERD em todas as etapas do Festival de Artes da Rede Estudantil – FERA.

A Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, por intermédio do Conselho Estadual Antidrogas – CONEAD e da Coordenadoria Estadual Antidrogas – CEAD, desenvolvem trabalhos como a Semana de Prevenção – PREVIDA e a discussão acerca dos limites de aplicação e sistematização educacional do Decreto Governamental, que determina a aplicação da cidadania plena em todos os níveis de formação da rede pública, do ensino fundamental ao superior. Compete ao PROERD o trabalho junto com as famílias.

#### 2.5.1.4.4 Outras parcerias realizadas pelo Programa

A Secretaria de Estado da Comunicação Social, tem prestado apoio para a divulgação do Programa em diversos meios de comunicação, bem como eventos de âmbito nacional, como o “3º Encontro Nacional do PROERD”, realizado no mês de julho de 2005, que congregou mais de 750 pessoas e representações de 22 Estados brasileiros.

Outras parcerias, como as da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e do Instituto Ambiental do Paraná, propiciam discussões e a elaboração da Lição sobre conscientização ambiental, que será dentre em breve lançada como atividade suplementar ao Programa.

O Paraná Esporte e o Centro de Educação Física da PMPR promovem aos alunos que participam do PROERD, ações de lazer através de atividade desportiva.

O Movimento Nacional em Defesa da Criança Desaparecida do Paraná – CriDesPar, que articula de maneira integrada as ações de busca de crianças desaparecidas nas escolas e palestras preventivas sobre Pedofilia.

O programa “181 – Narcodenúncia”, que é aplicado à comunidade escolar pelos educadores sociais do PROERD, para contribuir à eliminação do tráfico nas escolas e seu entorno.

Com o trabalho conjugado da Patrulha Escolar Comunitária e Projeto Povo, os Educadores sociais do PROERD divulgam os trabalhos realizados pela Polícia Militar, com o fim de coletivizar e tornar mais sociáveis e confiáveis à população.

#### 2.5.1.4.5 Atividade pontuais de informação em educação preventiva

Outras ações são realizadas com as comunidades locais com frequência, como é o caso de palestras em empresas, escolas, clubes de mães, centros comunitários, igrejas, e outros, com o fim de disseminar conhecimentos de educação preventiva e articular com as comunidades os pressupostos da preservação da ordem pública.

Toda a aplicação do Programa no início de cada etapa de Curso do PROERD na escola gera um encontro com os pais ou responsáveis, que tem por finalidade convidá-los a acompanharem seus filhos em toda trajetória durante as dez semanas em que o educador social do PROERD estiver com os alunos. Essa palestra promove um forte vínculo afetivo entre os alunos e o policial-militar e torna esse agente de prevenção como um referencial de segurança pública local, pois trabalha com a educação preventiva pura.

#### 2.5.1.4.6 Assessoria realizada nas Escolas

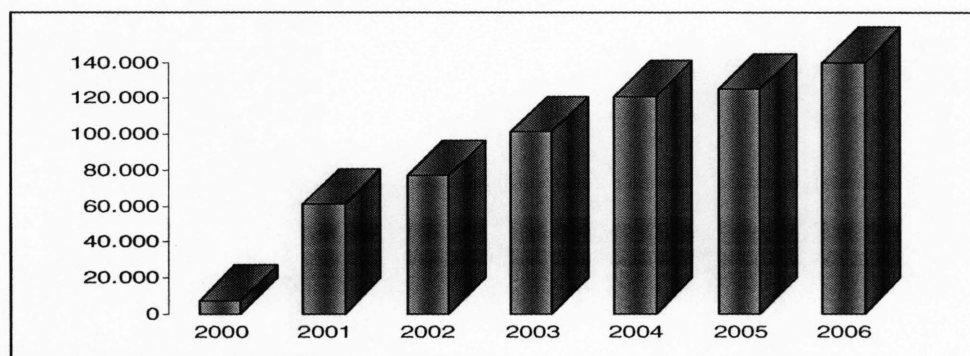
Quando falamos aqui em situação de risco, estamos nos referindo aos fatores de risco sociais em que estão expostos os indivíduos, a família e, em especial a escola. Assim o Programa presta assessoria no campo preventivo, através de seus agentes de prevenção, os educadores sociais do PROERD. Tal trabalho é

desenvolvido através de palestras aos professores e comunidades locais e tem alcançado elevados índices positivos, como a percepção por parte de pais e professores na diminuição dos níveis de agressividade de alunos e dos próprios pais ou responsáveis, fruto do trabalho realizado com os alunos na concepção da mudança nas condições de ensino na escola.

Como citado por MORAIS (1989, p. 149), o filósofo polonês SUCHODOLSKI<sup>11</sup> diz o que a escola deve ter perante as demandas sociais, pois “se quisermos educar os jovens para tornarem-se verdadeiros e autênticos artífices de um mundo melhor, é necessário que o educador o ensine a trabalhar para o futuro, e compreender que o futuro é condicionado pelo esforço do nosso trabalho presente”.

Todas as pessoas que se beneficiam do Programa, a saber: alunos das quartas e sextas séries do ensino fundamental, pais, professores e o vasto entorno social das escolas, através dos currículos de aplicação do PROERD, que são realizados em curso regular, bem como outras atividades pontuais como palestras, feiras, *workshops*, e outros.

FIGURA 8 - ALUNOS ATENDIDOS NO ESTADO DO PARANÁ, ATÉ O PRIMEIRO SEMESTRE DO ANO DE 2006



FONTE: Coordenação Estadual do PROERD.

O Gráfico 1, representa a formação de alunos desde o segundo semestre do ano de 2000, e apresenta a tendência de crescimento em função da formação de novos Educadores Sociais do PROERD. Observa-se o aumento de 24,07% na formação de alunos das quartas séries do ensino fundamental que participaram do PROERD. Isso se dá em razão das políticas adotadas pela Coordenação do

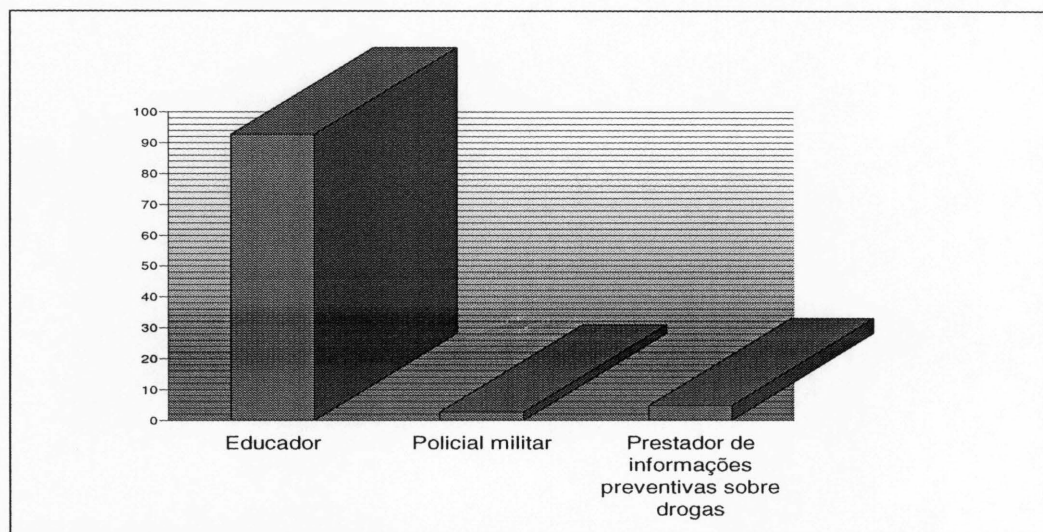
<sup>11</sup> A pedagogia e as grandes correntes filosóficas, p. 120.

PROERD, na formação de policiais-militares nos Cursos do Programa e pelo trabalho mais aproximado nas comunidades escolares.

Em pesquisa realizada no período de maio a junho de 2006 pela Coordenação Estadual do PROERD, em que participaram 150 pais ou responsáveis de duas escolas da Região Metropolitana de Curitiba, das quais, uma escola pública municipal e uma escola particular, buscou-se verificar qual a concepção que os pais têm acerca do policial-militar que atua no PROERD e qual o papel que esse desempenha perante seus filhos.

Questionados acerca de qual papel o policial-militar que atua no PROERD desempenha, os pais ou responsáveis responderam em maior percentual, que vêem o policial militar do PROERD como educador, conforme Figura 9, o que comprova a eficácia do Programa na condição de ação de Polícia Comunitária no âmbito Preventivo.

FIGURA 9 - CONCEPÇÃO DOS PAIS SOBRE O PROERD REFERENTE AO NÍVEL DE SATISFAÇÃO CONSOANTE OS OBJETIVOS PROPOSTOS



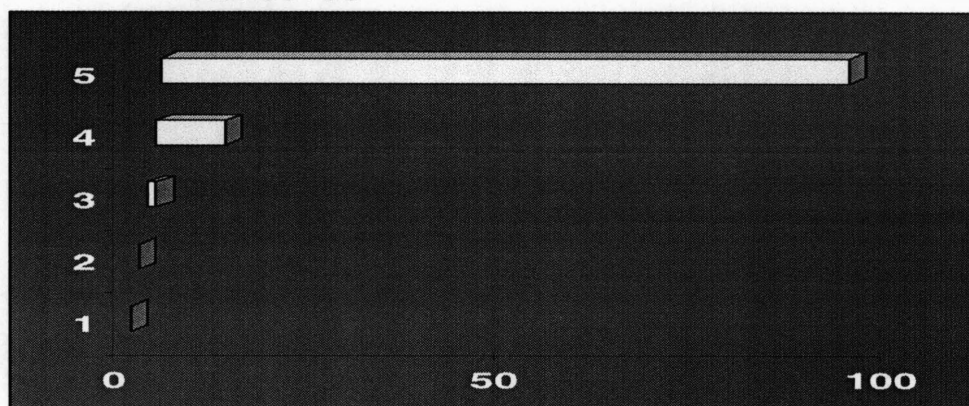
FONTE: Coordenação Estadual do PROERD.

Os pais ou responsáveis, ainda na mesma pesquisa, admitem que o PROERD é uma ação da Polícia Militar em parceria com a escola, que reduz os índices de uso de substâncias psicoativas, a demanda de drogas e a violência, conforme o nível de satisfação apontado no Gráfico ....

Eles concebem, ainda, que as propostas preventivas devam ser destinadas não apenas a prevenir o uso indevido de drogas, mas a resgatar toda uma dimensão

humana desrespeitada. Reputam, ainda que seja uma tarefa difícil e complexa, pois envolve o ato de restabelecer sentidos para a vida social, devolvendo valores e normas éticas baseadas no respeito à pessoa e às suas diferenças, bem como ao ambiente e às tradições culturais, religiosas e históricas.

FIGURA 11 - CONCEPÇÃO DOS PAIS SOBRE O PROERD REFERENTE AO NÍVEL DE SATISFAÇÃO CONSOANTE OS OBJETIVOS PROPOSTOS



FONTE: Coordenação Estadual do PROERD.

## 2.5.2 OS PRINCIPAIS PROJETOS DE REFERÊNCIA NO CAMPO SOCIAL

### 2.5.2.1 O Serviço de Assistência Social da PMPR

Nessa etapa de discussão serão abordados os principais aspectos de alguns dos serviços no campo social realizados pela Polícia Militar do Paraná.

O primeiro programa abordado será o Serviço de Assistência Social - SAS da PMPR, que está estruturado em Setor Social, que tem como objetivo abordar e encaminhar, após diagnóstico social, o pessoal que necessita de intervenção ou apoio psicológico, médico, jurídico, de clínicas especializadas, programa de apoio alimentar e outros.

O Setor Psicológico que visa identificar problemas que necessitam de intervenção, avaliação e acompanhamento de Policiais-Militares envolvidos em ocorrências de alto risco, programa de recuperação de dependentes químicos e alcoolistas, acompanhamento da Justiça Terapêutica (o Código Penal Militar



considera o alcoolismo crime e nessas condenações a auditoria da Justiça Militar tem aplicado medida de segurança com acompanhamento do SAS/DP). O Projeto Vida (banco de sangue), o Projeto Bem Viver, cujo objetivo é realizar trabalho voltado para inativos e pensionistas; o Grupo Resgate, que é voltado para reforço no tratamento de pessoas dependentes de álcool e outras drogas; a Clínica de Atendimento Psicossocial que realiza atendimento multidisciplinar; o Programa Trabalhando o Estresse que é voltado para praças da Corporação e, cuja atividade principal é constituída com técnicas de relaxamento, dinâmicas de grupo, acompanhados com passeios em parques e bosques onde são desenvolvidas todas as atividades.

Ainda é realizado o treinamento gerencial com habilidades sociais (projeto piloto desenvolvido para oficiais da Corporação); Cultos Ecumênicos e Grupo de Alcoólicos Anônimos.

Para compreender de maneira concreta as ações e a necessidade da implementação dessas, serão abordados alguns assuntos referentes e que tangem a comunidade miliciana.

#### 2.5.2.1.1 Considerações Sobre a Prevenção ao Uso de Drogas e os Fatores de Risco Associados

Quando se fala em drogas, a maioria das pessoas tem como representação substância psicoativa para uso ilícito, que são alvos de investigações e ações de cunho repressivo. Esquece-se que essas não são as mais consumidas no Brasil, nem as que mais geram dependências, obedecendo a uma lógica intrínseca (e às vezes perversa) ao próprio funcionamento dessa sociedade.

Ainda, a procura de droga não está ao alcance de mecanismos de intimidação repressiva e que a questão crucial dos “fatores de risco” na população se constituem em questões de saúde pública e de educação.

A partir dos enunciados anteriores, LUZ (1992, p. 98) nos traz que qualquer substância, enquanto produto químico e de modo como às pessoas com ela se relacionem, possa, ou não ser consideradas drogas, levando-se em conta aspectos de cultura (muitas plantas e substâncias são utilizadas em rituais específicos e místicos sem que, em nenhum momento, os historiadores façam referência ao uso contínuo e abusivo, denotando qualquer vínculo de dependência); de terapia (a utilização da morfina, por exemplo, com fins medicinais); da legislação (drogas legais e ilegais); do social (drogas “leves” ou drogas pesadas); do misticismo (águas bentas, por exemplo, e que “curam”).

Segundo a autora (2001, p. 6) “o termo droga, à luz da prevenção, não interessa quando desvinculado de um sujeito ou grupo social que lhe dê significado, em função de sua disponibilidade para usar droga. Isso também se define que a prevenção se refere ao abuso de drogas, não cabendo à educação proibir o seu uso”.

BUCHER (1993) traz a idéia de que qualquer tipo de intervenção relacionada à prevenção, deve conter valores humanos que, em especial, no caso da intervenção terciária, possui uma relação direta com o processo relacional entre os atores envolvidos, pacientes e equipe terapêutica, onde diz

A idéia de prevenção, qualquer que seja o seu conteúdo, seja bem sucedida, encontre receptividade na população alvo e surta efeitos tangíveis, é fundamental que as suas ações sejam norteadas por idéias construtivas, por valores humanos claramente pensados e enunciados, por objetivos baseados em uma concepção humana do humano do homem, em suma, balizas bem definidas, que levem em conta as características psicológicas e sociais do ser humano sobre o que se quer intervir.

A OMS (1992, p.17), traz que as intervenções no campo da prevenção em saúde pública são tradicionalmente caracterizadas em três níveis: a prevenção primária, secundária e terciária:

- Prevenção primária: caracterizada pelo conjunto de ações que procura evitar o uso de drogas, visando diminuir a probabilidade de novas pessoas começarem a usar;
- Prevenção secundária: conjunto de ações que procura evitar a ocorrência de complicações para as pessoas que fazem o uso ocasional de drogas;
- Prevenção terciária: conjunto de ações que, a partir de um uso problemático de drogas, procura evitar prejuízos adicionais e/ou reintegrar na sociedade os indivíduos com problemas mais sérios.

De acordo com NOTO (2004, p. 64) a literatura internacional aponta a um outro tipo de classificação, em que estão implícitos os conceitos de fatores associados à proteção e ao risco, considerando-se a multiplicidade de fatores envolvidos no uso abusivo e na dependência de drogas. Essa classificação é denominada de “intervenções universais, seletivas e indicadas”.

Enquanto a classificação tradicional (primária, secundária e terciária) o foco é o grau de envolvimento do indivíduo com a droga, ou seja, em um escalonamento progressivo, a presente classificação centra-se nas características do indivíduo ou na população:

- Intervenções universais: programas destinados à população em geral, supostamente sem qualquer fator específico associado ao risco;
- Intervenções seletivas: ações voltadas para populações com um ou mais fatores associados ao risco para o uso indevido dessas substâncias;
- Intervenções indicadas: incluem intervenções voltadas especificamente para pessoas identificadas como usuárias ou com comportamentos direta ou indiretamente relacionados ao uso indevido de substâncias.

GILVARY (2000, p. 61), nesse modelo deixa implícita a importância da análise das características da população-alvo ao se planejar uma intervenção. Assim, programas universais, quando aplicados a populações que apresentam vários fatores de risco, que demandariam programas seletivos podem ser efetivos ao que se propõe.

O uso de substâncias psicoativas afeta, diretamente, a cognição, capacidade de julgamento, humor e as relações interpessoais, áreas que, freqüentemente, já estão comprometidas mesmo na adolescência normal (MILLER et al, 1991).

De acordo com KANDEL (1982, p. 60), o prejuízo na capacidade de processar novas informações, juntamente com as alterações na capacidade de concentração e retenção podem prejudicar o desempenho no trabalho e outras atividades sociais e familiares das pessoas que fazem uso de álcool e/ou drogas.

Fatores de risco podem estar também no domínio da comunidade e da sociedade em geral. Entre eles podemos citar as posturas favoráveis para o uso e abuso de drogas, a falta de conhecimento ou consciência do problema pela comunidade, serviços inadequados para profissionais de certas áreas ou falta de oportunidade para envolvimento social, disponibilidade das drogas, carência de leis ou de controle sobre o uso de drogas, empobrecimento, desemprego e subemprego, discriminação e preconceito. Quanto à família, esta pode ser um fator protetor ou de risco para o consumo de substâncias psicoativas (MCKAY et al., 1991).

De acordo com VAN DER BREE et al. (1998), estudos na área da genética de indivíduos filhos de pais dependentes de álcool e/ou drogas apresentam risco quatro vezes maior de se tornarem dependentes.

Esses estudos apontam ainda que fatores ambientais e genéticos interagem: a hereditariedade foi maior para o abuso/dependência de cocaína, estimulantes, maconha, álcool, enquanto que os fatores ambientais contribuíram mais para o uso inicial e ocasional das mesmas.

Quanto às regras, crianças que crescem em um ambiente com regras definidas, geralmente são mais seguras e desenvolvem recursos internos para lidar com as frustrações.

O consentimento ou estímulo ao uso de drogas, lícitas ou ilícitas, pela família, bem como a violência doméstica ou a manifestação de expectativas irreais de desenvolvimento para a criança ou o adolescente, além da falta de supervisão e disciplina familiar, constituem fatores de risco para o consumo indevido de drogas.

Fatores de risco e fatores de proteção estão freqüentemente associados ao uso (não-uso) de drogas. Dentre os fatores de caráter individual está a auto-estima, a autonomia, a tolerância à frustração, a religiosidade, os aspectos cognitivos, entre outros. Os sociais incluem questões relacionadas à inserção cultural, condição socioeconômica, vínculo escolar, vínculos familiares e/ou estabelecimento de uma relação de cuidado com um adulto de referência (dentro ou fora da família), entre outros.

Embora as expressões mais utilizadas sejam “fatores de risco” e “fatores protetores”, alguns autores preferem utilizar “fatores associados ao risco ou à proteção”, pois muitas vezes aquelas expressões são interpretadas de forma equivocadas. Fatores associados ao risco não podem ser interpretados como causais ou determinantes, nem mesmo considerados isoladamente indicativos de abuso de substâncias, uma vez que essa associação se dá por um somatório de fatores e/ou circunstâncias (des) favoráveis. Estes fatores também não são universais, podendo variar entre as populações e os contextos sociais (NOTO et al., 2004, p. 27).

Observa-se, por exemplo, que com o aumento da idade, aumenta a probabilidade de consumo abusivo. A associação da idade com o uso de drogas também é freqüentemente constatada entre estudantes (GALDURÓZ et al., 1997).

Nessa corrente, denuncia-se a inadequação de várias questões de inadequação do sistema social, como a situação de rua entre crianças e adolescentes, as condições de ensino das escolas, os sistemas familiares, e outros.

Essas considerações nos remetem a uma ampla reflexão acerca das bases sociais e contemporâneas, alicerçadas, por exemplo, na competitividade e na valorização do consumo. Essas reflexões, também justificam o trabalho preventivo, cuja preocupação deve permear todo o corpo diretivo da Corporação, para o público interno, ou seja, os policiais-militares que apresentam quadro de dependência química.

O investimento de recursos financeiros e de pessoal (especialistas e formação adequada) promoverá a melhora nas relações entre superior e subordinado, desenvolvimento profissional desses policiais-militares e maior consistência na vida familiar e social desses sujeitos.

Conforme citado por WOLTER, OCHELISKI, MODESTI (2002, p. 23), em

92 concomitantemente com o advento de Programas de Qualidade Total, Reengenharia, Reestruturação de Empresas, surgem trabalhos de avaliação confiáveis metodologicamente, o objetivo é a prevenção primária, no que se refere a educação de um estilo de vida; a secundária, tratando de indivíduos com abuso do álcool sem dependência; e na terciária a diminuição do estigma e implantação de cuidados com o indivíduo facilitando a sua reabilitação. O método de Qualidade Total facilita a comunicação e o enfrentamento do problema, dá condições de lidar com o estresse, melhoria de qualidade de vida e relacionamento com subordinado e pares. E a questão da dependência química, entra como um dos tantos itens que permeiam a saúde do indivíduo.

RAMOS (1997), citado por WOLTER; OCHELISKI; MODESTI (2002) apontam que em todos esses anos de implantação de programas, verificou-se que continua sendo de interesse do serviço social, em que envolvem médicos e recursos humanos, que necessitam convencer os diretores da empresa, acerca da importância da utilidade de programas de saúde, visando a melhoria da qualidade de vida.

O autor, ainda, afirma que em relação aos programas de alcoolismo em empresas, muitos têm como cerne do trabalho o desempenho funcional, outros vêem a dependência química como doença e poucos têm a visão de saúde global do funcionário, prevenindo e tratando problemas de saúde, diminuindo custos e obtendo melhor produtividade, por exemplo, redução do absenteísmo.

O autor exemplifica através de exemplos de programas realizados com empresas:

REDUC/Petrobrás relata que dependentes de álcool e outras drogas faltavam 162 dias por ano com atestados médico antes do tratamento e 89 dias por ano após tratamento (18 meses) com queda de 45,1% do número de faltas.

A Cia. Minuano de Alimentos (RS) na pesquisa com 16 alcoolistas, antes e depois do tratamento, no período de 1 ano, a redução de faltas foi de 46%. Como o álcool tem efeito depressor no SNC, observa-se no alcoolista índices de acidentes de trabalho até 3 vezes mais do que em não alcoolistas.

Conforme WOLTER; OCHELISKI: MODESTI (2002, p. 25), “a REDUC/Petrobrás pesquisou grupos de alcoolistas tratados, e verificou-se redução de 80% de acidentes dentro e fora da empresa, quando comparado o ano anterior e posterior ao tratamento. A empresa Minuano encontrou em 1993, 34,4% de CAGE+ na amostra de empregados pesquisados, sendo que 82% usavam álcool, 23% medicamento e 2% outras drogas.

Outro exemplo na organização de programas de prevenção terciária, citado por WOLTER; OCHELISKI: MODESTI (2002, p. 28) está a Polícia Civil de São Paulo onde há uma Divisão de Prevenção e Educação - DIPE, que tem por atribuição o relacionamento com o público externo, visando desenvolver programas e cursos de prevenção ao uso indevido de entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, bem como elaborar convênios e encaminhar dependentes a orientação ou tratamento.

A ação é realizada por intermédio de um Serviço Social, que envolve assistentes sociais, psicólogos e voluntários, age como intermediador entre quem precisa de tratamento e os especialistas dessa área. Essas atividades de prevenção são desenvolvidas através de cinco programas WOLTER; OCHELISKI: MODESTI (2002, p. 29):

PEDE - Programa de Encaminhamento de Dependentes, cuja finalidade é atender, avaliar e encaminhar às entidades terapêuticas os usuários e dependentes que procurarem ou forem encaminhados à DIPE;

PROFAM - Programa de Orientação Familiar, que objetiva atender, avaliar e encaminhar as entidades e profissionais da área de orientação, familiares ou responsáveis por usuários ou dependentes químicos que procurarem ou forem encaminhados à DIPE;

PROEPOL - Programa de Orientação e Encaminhamento de Policiais, que objetiva atender policiais envolvidos com dependência química, que procurarem ou forem encaminhados à DIPE, para programas, entidades terapêuticas ou profissionais da área; igualmente, encaminhar familiares de policiais envolvidos com dependência química, para aconselhamento em entidades ou profissionais da área;

PROAVAL - Programa de Pesquisas e Avaliações, que tem por finalidade elaborar pesquisas na Área de Encaminhamento, através de casos atendidos, por entidades e profissionais de terapia;

PROMEM - Programa de Atenção aos Menores Desassistidos, uma experiência-piloto no atendimento de menores desassistidos envolvidos com drogas, e que perambulam pelo centro velho de São Paulo.

Sobre a profissão policial militar, constata-se que é uma atividade profissional muito estressante. Estudos realizados por COOPER citado por SOUZA e GUERRA (1996), revelam que a atividade policial é a segunda atividade mais estressante entre 117 atividades estudadas. Em seu trabalho diário, o Policial-Militar convive com riscos de morte, violência, catástrofes, acidentes e toda gama de tragédias humanas, que o deixam vulnerável aos sentimentos de ansiedade e angústia. Além disso, seu trabalho comporta trocas de turnos, exposições às diversas intempéries, impondo-lhe um desgaste físico, que também é fonte de estresse.

REHFELDT (1989) citado por WOLTER; OCHELISKI; MODESTI (2002) designa os fatores de estresse físico e mental como causas de prevalência de alcoolismo em categorias profissionais.

Os autores citam a Pesquisa de Qualidade de Vida, realizada no ano de 2000, com policiais-militares representados em todo território paranaense, com a amostragem de 10.632 policiais militares, cujo efetivo geral era de 18.000 funcionários WOLTER; OCHELISKI; MODESTI (2002):

O público pesquisado em sua maioria do sexo masculino, variam entre 25 a 29 anos, casado, com 2º grau completo, professam a religião católica, não moram em casa própria e possuem veículo automotor. Em relação a outra atividade remunerada, a grande maioria não possui e seu cônjuge não trabalha. Atualmente pagam empréstimos pois a renda familiar é insuficiente para suprir as necessidades. Nos últimos seis meses alguns estiveram com atestados médicos por problemas de saúde. Consideram-se nervosos, de humor oscilante e algumas vezes alteram-se desproporcionalmente à situação. Para diminuir o estresse fazem atividade física, ouvem música e conversam com amigos. Uma parte representativa já pensou em suicídio. Consideram o alcoolismo uma doença e a falta de estrutura familiar e psicológica também parece ser fator de risco para o uso ou abuso de bebida. Preferem a cerveja como bebida com uso em ocasiões sociais. Quando bebem é mais fácil dizer o que pensam sem se preocupar tanto com a opinião dos outros. Uma pequena fração costuma beber ou usar drogas pela manhã para diminuir o nervosismo ou ressaca e sentem a necessidade de diminuir a quantidade de bebida alcoólica ou droga que ingerem, e até parar. Quando se preocupou em diminuir a quantidade de bebida ou parar com o beber não buscou ajuda, quando o fez, procurou amigos. Atualmente usam álcool e tabaco. Uma parte da amostra relata que a atividade policial militar facilita a ingestão de álcool e outras drogas, devido a tensão, pressão de superiores e estresse. Tiveram transtornos administrativos em decorrência do uso de álcool e drogas. Na sua crença consideram “droga pesada” “*crack*” e “*cocaína*”. Muitos desconhecem o apoio psicológico e social na organização.

### 2.5.2.1.2 As ações Desenvolvidas pelo Serviço de Assistência Social da PMPR

#### Atividade de Prevenção Primária:

As ações desenvolvidas na PMPR com vista à prevenção primária focam no sentido da precaução da ocorrência (profilaxia) bem como desenvolvimento de atividades e programas, que visem intervir antes que surja algum problema, no sentido de instruir, informar e educar com vistas à manutenção da saúde.

A estrutura do sistema de educação para a saúde, previsto no SAS, através do programa “Trabalhando o Estresse”, é realizado por intermédio de uma equipe multidisciplinar, cuja finalidade visa elevar o nível de qualidade de vida dos Policiais, atingindo com isto uma melhoria efetiva nos serviços prestados à comunidade.

Como já foi citada anteriormente, a atividade operacional do policial é muito estressante, considerada um fator de risco, que pode acarretar na busca pelo álcool.

O Programa de Avaliação e Acompanhamento de Policiais-Militares Envolvidos em Ocorrência de Alto Risco – PROAAR consiste em um serviço de atendimento e apoio aos militares envolvidos, sem considerar posto ou graduação, com oportunidade a uma assistência biopsicossocioespiritual, buscando seu equilíbrio após experiência traumática.

Outra atividade prevista é o treinamento gerencial com desenvolvimento de habilidades sociais, como atividade desenvolvida com os Oficiais da Corporação, que é constituída de várias atividades terapêuticas visando fortalecer o equilíbrio do Oficial frente às diversidades do dia-a-dia no comando da tropa.

#### Prevenção Secundária na PMPR:

Nesse nível de prevenção e, visando o diagnóstico precoce e o tratamento, voltamos a citar as atividades desenvolvidas pelo SAS.

Pelo setor de apoio psicológico e social tem-se:

A Identificação e diagnóstico do problema, que se materializa quando o policial-militar chega ao SAS encaminhada pelo seu Comandante, pelos familiares ou levado pela necessidade de tratamento. O processo de identificação ocorre por meio dos sinais ( indicadores ) que vão se manifestando com a progressão do beber. Quando há suspeita de alcoolismo, a equipe técnica faz um levantamento de todos



os aspectos da vida do PM. Este procedimento tem por intuito chegar à confirmação do diagnóstico e subsidiar a realização da abordagem.

A Abordagem do problema com o Policial, que se procede quando não existe uma rigidez de quem efetua esta atividade, ela é realizada por qualquer membro de equipe técnica. Esta conta, ainda, com a participação de PM em recuperação (GRUPO RESGATE), a quem cabe fornecer dados de sua experiência vivida, o que facilita a identificação do abordado com os fatos apresentados.

O Encaminhamento do Policial para tratamento, que ocorre quando uma vez abordado o problema com o policial-militar, procede-se o encaminhamento para tratamento junto aos recursos da comunidade: internamento integral ou hospital dia, atendimento ambulatorial (também disponível na clínica de atendimento psicossocial da PMPR), NAPS e CAPS e grupos de mútua ajuda.

O Acompanhamento e monitoramento do tratamento por equipe técnica, recebendo maior atenção a área mais afetada pela doença (orgânica, emocional, funcional ou social). O acompanhamento varia desde visitas hospitalares e/ou domiciliares, quando ocorre afastamento do trabalho para tratamento, até o acompanhamento direto do PM pelo serviço médico, psicológico e social da Organização. Todo o trabalho é subsidiado por contatos periódicos com o PM, membros de sua família e com o setor de trabalho.

Os Grupos de apoio é recomendado para quem não esteja intoxicado; se estiver é encaminhado para internamento, sendo, portanto uma atividade de tratamento.

#### Prevenção Terciária na PMPR:

Neste nível de prevenção, o objetivo primordial é evitar a recaída, buscando recursos para reintegrar o PM à sociedade, à volta às atividades policiais bem como o retorno ao seio familiar:

Essa atividade é realizada por meio de:

Grupos de Apoio, como o AA, NA, ALANOM, Amor Exigente e outros, dentro de uma classificação acadêmica, figuram tanto na prevenção secundária agindo como tratamento, como também na terciária com o caráter principal de reabilitação.

Os PM e seus familiares são encaminhados para os grupos da comunidade, onde encontram pessoas em abstinência, com o intuito de trocar experiências,

discutir seus problemas e, mediante participação no grupo, reaprender regras de convívio social, podendo voltar a bem integrar-se ao trabalho, à família e à sociedade.

Os NAPS e CAPS, como núcleos de atenção psicossocial e/ou centros de atenção psicossocial, estão presentes nos dois últimos níveis de prevenção, visando o tratamento e a reabilitação do Policial Militar.

Vale salientar, de acordo com WOLTER; OCHELISKI; MODESTI (2002), que todas as atividades desenvolvidas em prevenção, nos seus níveis, visam a identificação e ao diagnóstico precoce da dependência ao uso do álcool, pois se entende que quanto menor for o afastamento do policial-militar com problemas do seu ambiente natural, melhor o prognóstico. Assim, evitam-se técnicas de tratamento que utilizem altas doses de medicação, longas internações ou afastamento do trabalho por períodos muito longos, só recorrendo a esses recursos quando estritamente necessários.

#### 2.5.2.1.3 O SAS como Organismo Responsável pelas Ações e Políticas de Recuperação, Tratamento e Inserção Social da PMPR

A origem do Serviço Social na PMPR advém da Cruzada Social Cosme e Damião, criada no Comando do Cel QOPM Orlando Xavier Pombo, no ano de 1962 que auxiliava a Cruzada Social na elaboração de suas ações visando assistir principalmente a família do Militar.

Em razão da Portaria do Comando-Geral da PMPR nº 610 de 14 de junho de 1983, o Serviço Social desvincula-se da Cruzada Social e passa a ser subordinada à Diretoria de Pessoal, e figura como um órgão de apoio técnico e normativo, cuja finalidade é promover, orientar, estimular e desenvolver atividades biopsicossócio-espiritual, para a melhoria de qualidade de vida.

O SAS visa, ainda, proporcionar o bem-estar das inter-relações dos integrantes da Polícia Militar, efetivo ativo e inativo, bem como os seus familiares, através da sua missão orgânica, que é a promoção da saúde mental dos Policiais-Militares e seus dependentes, na identificação de problemas emocionais que

necessitem de pronta intervenção, e no desenvolvimento de ações de prevenção aos integrantes da PMPR e seus familiares, compreendendo atividades contínuas e eficazes direcionadas à saúde.

Após o exposto e, ao parafrasear NÓVOA (1998), no que se refere à identidade profissional como sendo uma construção que tem uma dimensão espaço-temporal. O autor aponta, ainda, que esta é construída sobre saberes científicos e técnicos como sobre referências de ordem ética e deontológica. É uma construção que as marcas das experiências feitas, das opções tomadas, das práticas desenvolvidas, das continuidades e descontinuidades, quer ao nível das representações quer ao nível do trabalho concreto, tem que ter uma lógica orgânica e organizacional, no caso do posicionamento do SAS no interior da estrutura de administração da Corporação.

O autor citado nos permite refletir e interpretar sobre a construção da identidade do SAS, ao longo de um processo histórico e, que nesse processo, organizou-se em torno das demandas dos públicos internos (policiais-militares e dependentes), por intermédio de um Programa de atividades sociais.

Isso revela e confirma que o SAS cuja estrutura administrativa e suas atividades orgânicas encontram-se fundamentadas no objeto da sua criação, sem o desvio da sua finalidade primeira, que é a vinculação e implementação desta na Diretoria de Pessoal, que permitirá o suporte legal e administrativo, em razão das políticas internas dessa Diretoria e da possibilidade de angariar recursos para a implementação das ações desse Serviço Social.

Por derradeiro, ainda, os serviços no campo social e de ações de polícia comunitária, como ficou claro em discussões anteriores, passa ainda nas corporações Policiais Militares pela desventura do descrédito, sem observar seus resultados concretos e a eficácia nas comunidades a que são disponibilizados esses serviços.

Conforme bem aponta a análise do Professor PhD. Belmiro Valverde Jobim Castor, da Universidade Federal do Paraná – UFPR, em que assinala que: “as máquinas públicas são resistentes às mudanças, a exemplo de organismos vivos, qualquer tentativa de perturbar seu equilíbrio interno, gera uma multidão de anticorpos que procuram expulsar os agressores da *pax burocrática*”.

Destaca, ainda, que é necessário desenvolver simultânea articuladamente três dimensões: rever as teorias básicas que guiam as organizações, modernizar o seu aparato tecnológico e adaptar suas estruturas organizacionais às novas realidades tecnológicas e ao novo quadro teórico. A tecnologia a que se refere o professor são as inovações no conhecimento, que trazem benefícios para as próprias organizações.

### 2.5.3 O Projeto Equoterapia

Hoje, no Brasil, as universidades têm aberto mais as portas para experiências que queiram comprovar a eficácia da zooterapia.

Pesquisadores da Faculdade de Medicina Veterinária, em parceria com a Faculdade de Odontologia, ambas da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), do campus de Araçatuba, iniciaram, em 2003, um projeto de pesquisa para investigar as reações que os animais provocam em crianças com necessidades especiais, como as que sofreram paralisia cerebral, as portadoras da Síndrome de Down e outros comprometimentos.

Em 1989 a ANDE-BRASIL (Associação Nacional de Equoterapia) oficializa a equoterapia no Brasil e em 1997 conseguiu o reconhecimento, pelo Conselho Federal de Medicina, como prática terapêutica. O Brasil faz parte da Federação Internacional com 26 países filiados e com associações legalmente habilitadas a conduzir a equoterapia de acordo com parâmetros internacionais reconhecidos ação de Equoterapia da América Latina.

O Projeto Equoterapia<sup>12</sup>, realizado no Regimento Coronel Dulcídio, tem como objetivo proporcionar ao portador de necessidades especiais o desenvolvimento de suas potencialidades, que visa a integração na sociedade, proporcionando ao praticante benefícios físicos, psicológicos, educativos e sociais. O trabalho é

---

<sup>12</sup> O Conselho Federal de Medicina (CFM), aprovou o parecer nº 06/07 que reconhece a equoterapia como o método e técnica direcionada aos programas de reabilitação de pessoas com necessidades especiais.

baseado em técnicas de equitação, sendo um tratamento complementar na recuperação e reeducação motora e mental.

O Núcleo de Equoterapia da Polícia Militar funciona nas dependências do Regimento de Polícia Montada Coronel Dulcídio, e hoje possui a capacidade de atendimento de até 70 pessoas, com mais de 80 crianças na lista de espera.

É um método terapêutico e educacional que utiliza o cavalo dentro de uma abordagem interdisciplinar, nas áreas de saúde, educação e equitação, buscando o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas portadoras de deficiência e/ou com necessidades especiais.

A prática da equoterapia objetiva benefícios físicos, psíquicos, educacionais e sociais de pessoas portadoras de deficiências físicas ou mentais e/ou com necessidades especiais:

a) deficiências físicas ou mentais causadas por:

- lesões neuromotoras de origem encefálica ou medular;
- patologias ortopédicas congênitas ou adquiridas por acidentes diversos;
- disfunções sensório-motoras.

b) necessidades especiais causadas por:

- necessidades educativas especiais;
- distúrbios:
  - evolutivos;
  - comportamentais;

de aprendizagem.

A equoterapia é aplicada por intermédio de programas específicos organizados de acordo com as necessidades e potencialidades do praticante, da finalidade do programa e dos objetivos a serem alcançados, com duas ênfases:

- A primeira, com intenções médicas, com técnicas terapêuticas, visando a reabilitação;
- A segunda, com fins educacionais e/ou sociais com a aplicação de técnicas psicopedagógicas, visando a integração ou reintegração sóciofamiliar.

As áreas de aplicação da Equoterapia são:

- Reabilitação, para pessoas portadoras de deficiência física e/ou mental;
- Educação, para pessoas com necessidades educativas especiais e outros;
- Social, para pessoas com distúrbios evolutivos ou comportamentais.

Esta atividade exige a participação do corpo inteiro, contribuindo, assim, para o desenvolvimento da força, tônus muscular, flexibilidade, relaxamento, conscientização do próprio corpo e aperfeiçoamento da coordenação motora e do equilíbrio.

A interação com o cavalo, incluindo os primeiros contatos, o ato de montar e o manuseio final, desenvolve novas formas de socialização, autoconfiança e autoestima.

Toda atividade equoterápica deve se basear em fundamentos técnico-científicos. O atendimento só poderá ser iniciado mediante parecer favorável em avaliação médica, psicológica e fisioterápica. As atividades devem ser desenvolvidas por equipe multiprofissional, que envolva o maior número possível de áreas profissionais nos campos da saúde, educação e equitação.

As sessões de equoterapia podem ser realizadas em grupo, porém o planejamento e o acompanhamento devem ser individualizados.

A segurança física do praticante deve ser uma preocupação constante de toda a equipe, tendo em vista:

- O comportamento e atitudes habituais do cavalo e às circunstâncias que podem vir a modificá-los, como por exemplo, uma bola arremessada ou um tecido esvoaçando, nas proximidades do animal;
- A segurança do equipamento de montaria, particularmente correias, presilhas, estribos, selas e manta;
- A vestimenta do cavaleiro, principalmente nos itens que podem trazer desconforto ou riscos de outras naturezas;
- O local das sessões onde possam ocorrer ruídos anormais que venham assustar os animais.

É sabido que cada indivíduo, portador de deficiência e/ou com necessidades especiais, tem o seu "perfil", o que o torna único. Isto evidencia a necessidade de formular "programas personalizados", que levem em consideração as exigências para aquele indivíduo, naquela determinada fase de seu processo evolutivo.

#### 2.5.4 O Programa Formando o Cidadão

Outro programa desenvolvido pela Polícia Militar é o “Formando o Cidadão”, que tem por finalidade, através de seus órgãos envolvidos, possibilitarem aos participantes do projeto, cidadania plena através da inserção social de crianças e adolescentes em situação de rua<sup>13</sup> (meninos), na faixa etária de 07 a 18 anos de idade, em uma proposta de convivência e de ação educativa que auxiliem o desenvolvimento integral, preparando-o para o exercício da cidadania.

Originalmente, o Projeto foi criado para ser aplicado no ambiente dos quartéis da Polícia Militar do Paraná, Corpo de Bombeiros e/ou Unidades do Exército existentes no Estado, com o fim de aproveitar sua estrutura física das instalações e de pessoal qualificado, para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua. De maneira sintética, o Projeto visa trabalhar através de atividades de lazer, esporte, culturais, oficinas de iniciação profissional, a complementação das atividades escolares, o resgate da auto-estima e o desenvolvimento psicossocial dos participantes.

O Projeto iniciou suas atividades no Paraná, com a mobilização das ações via Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, Secretaria de Estado da Segurança Pública, Ministério do Exército/5ª Região Militar/5ª Divisão de Exército e Provopar Estadual, que em parceria com as Prefeituras Municipais, Associações Comerciais e entidades não governamentais promoveriam o atendimento supra citado.

Atualmente, o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e a Secretaria da Criança e Assuntos da Família, o município interessado através de sua Secretaria Municipal que trata de assuntos relativos a

---

<sup>13</sup> De acordo com GREGORI (2000), a expressão crianças e adolescentes em situação de rua é fruto de uma evolução conceitual que partiu de termos populares como menores abandonados. Estudos realizados, especialmente ao longo da década de 1980, mostraram que na verdade, grande parte dessa população não estava “abandonada” como até então se imaginava. Ao contrário, muitos mantinham ainda mantinham os vínculos familiares, utilizando a rua como fonte complementar da renda da família ou até mesmo como alternativa de lazer. Nesse sentido essa parcela da população passou a ser denominada na rua, restringindo o termo de rua àquelas crianças e adolescentes que haviam rompido os vínculos familiares. O termo em situação de rua passou a englobar as duas populações: “de rua” e “na rua”.

criança e o adolescente, celebram convênio com as atribuições inerentes de cada parte.

Para a cidade de Curitiba, fazem parte ainda, a Associação Comercial do Paraná, Instituto Pró-Cidadania e a 1ª Vara da Infância e da Juventude de Curitiba. No interior do Estado, o convênio é celebrado entre o Governo Estado do Paraná e o município, ficando a critério de cada Unidade o prévio acordo para a realização de convênio com os órgãos assemelhados, e a participação da Junta Comercial local e as organizações não governamentais.

O Programa Formando Cidadão, na cidade de Curitiba é gerido pela Fundação de Ação Social – FAS e foi implantado em março de 1995 na unidade militar Regimento de Polícia Montada Coronel Dulcídio, da Polícia Militar do Paraná.

Hoje, o Formando Cidadão está em funcionamento nas unidades do Regimento de Polícia Montada Coronel Dulcídio, 13º Batalhão de Polícia Militar, ambas unidades da Polícia Militar do Paraná, 5ª Cia Com, 5º Blog, 27º Blog e 5º GACAP, unidades do Exército Brasileiro.

As ações do Formando o Cidadão são realizadas no interior dos quartéis, com acompanhamento de profissionais da área da educação, psicologia e educadores sociais das prefeituras municipais e a coordenação da Polícia Militar local.

O projeto visa a implementação dos serviços de atendimento social frente à população de rua, ou crianças, adolescentes e idosos vitimizados nos domicílios.

O projeto Formando o Cidadão na cidade de Curitiba/PR, foi ampliado e com o trabalho em parceria com a Prefeitura Municipal de Curitiba, através da Fundação de Ação Social criou-se o Projeto da Central de Resgate Social, que concentra o Programa Criança em Segurança, as ações integradas especiais para prevenção à exploração sexual infanto-juvenil e o SOS Criança, que serão abordados na seqüência.

O projeto Formando Cidadão tem como meta garantir aos meninos em situação de rua, o exercício e o acesso à cidadania, por intermédio de ações sócioeducativas que visem o seu desenvolvimento integral.

Tem, ainda, como objetivos secundários, o incentivo e acompanhamento do educando ao retorno do convívio familiar, uma vez que a situação de rua pode ter sido ocasionada pela quebra do contrato familiar.



Objetiva, ainda, oferecer complementação alimentar, através de três refeições diárias, uma vez que há uma diretividade na relação desempenho escolar e grau de nutrição, bem como proporcionar o reingresso e permanência na escola, para a garantia do sucesso escolar. A isso, por ocasião de convênio firmado entre o Governo do Paraná, com as Secretarias de Estado afiliadas, a Prefeitura local e a Associação Comercial do município, à possibilidade de bolsa-auxílio ofertada aos meninos, por ocasião dessas parcerias.

Outras ações previstas para a ampla proposta de trabalho é o conhecimento de atividades cívicas, a iniciação de atividades profissionais para a inserção no mercado de trabalho, a adoção como meio educativo do lazer através do esporte para a emancipação da consciência preventiva, a educação para a saúde (através de hábitos de higiene), e a realização de atividades artísticas.

Ainda é previsto no projeto o encaminhamento dos meninos aos serviços disponíveis na comunidade, quando necessário.

O projeto prevê no máximo o atendimento de 20 meninos em situação de rua, por quartel nos municípios.

A operacionalização do projeto Formando Cidadão fica a critério do interesse de implantação por cada município e, no diagnóstico para a instalação deste, deve-se observar a demanda de atendimento de meninos em situação de rua, a estrutura disponível e adequada da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Exército, bem como a existência, disponibilidade e interesse de Associações Comerciais e entidades não governamentais para a composição de parcerias.

Ao município cabe a capacitação de educadores sociais de rua para a abordagem de rua a ser adotada para o ingresso do menino no projeto, assim como, a definir com profissionais da área da educação e de promoção social, as ações programáticas, observando-se rigorosamente o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

As Unidades de Polícia Militar no Estado onde o projeto Formando Cidadão encontra-se em funcionamento, são realizadas no contraturno escolar, e devem estar em conformidade com as diretrizes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Atualmente, o projeto Formando Cidadão atende 20 meninos na faixa etária de 12 a 18 anos que, além do retorno à escola, o projeto proporciona aos

adolescentes a possibilidade de freqüentarem cursos e atividades como: curso de informática, educação física, música, noções militares, reforço escolar, cuidado com hortas, noções de primeiros socorros, ensino religioso e ainda palestras com temas diversos proferidas por policiais-militares e profissionais voluntários.

Um dos tantos objetivos do projeto é também conscientizar os adolescentes sobre os perigos do envolvimento com drogas e com o crime, contribuindo para que tenham uma nova postura de vida e com isso possam ter um futuro melhor.

Um dos referenciais no Estado do Projeto é o realizado na cidade de Ponta Grossa, na área do 1º BPM, e encontra-se estruturado da seguinte maneira.

Serviço Social: proporciona a continuidade aos trabalhos de preparo e formação dos adolescentes, integrando-as às suas famílias, à comunidade local e à sociedade em geral, promovendo o envolvimento entre adolescente, família, instituição e sociedade, através da autoconscientização, valorização e elevação da auto-estima, independente das dificuldades e problemas encontrados, desenvolvendo projetos na área do Serviço Social como:

- Projeto “Cidadão do Futuro” que vem em auxílio às necessidades do Projeto “Formando Cidadão”, propondo uma ação em defesa dos valores integrais dos adolescentes atendidos, voltando-se para o incentivo, para a auto-realização e para o desenvolvimento das potencialidades dos adolescentes como um todo, cujas ações sócioeducativas proporcionarão uma alternativa de ocupação do tempo livre;
- O Projeto “Abrindo horizontes” tem como objetivo geral oportunizar aos adolescentes do Projeto Formando Cidadão, um processo de formação, favorecendo-lhes o acesso à atividades culturais, educacionais e de lazer, que promovam o desenvolvimento da autoconfiança e auto-estima, contribuindo assim para o desenvolvimento de suas personalidades e potencialidades enquanto cidadãos.

Aulas de reforço escolar: que tem por objetivo implementar conhecimentos para os participantes do Projeto.

Instrução de Educação Física: realizado no Campus da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde foi disponibilizada pelo departamento de Educação Física, a utilização da piscina para aulas de natação uma vez por semana, com a

orientação de um estagiário daquele setor. Também realizam atividade física uma vez por semana.

**Noções Militares:** as orientações militares servem para a orientação das ações de cidadania, através de instruções de ordem unida e conhecimentos diversos sobre temas sociais.

**Curso de informática:** Disponibilizado gratuitamente, uma vez por semana em razão do convênio com a Associação Comercial local e com a possibilidade de emprego.

**Ensino religioso:** realizado com duas voluntárias para ministrarem aula de música, para formação de um coral.

**Aula de música:** ministrada por um policial-militar (Maestro) em parceria com o Núcleo Regional de Educação, que seleciona um aluno de cada escola da rede estadual com interesse em participar de fanfarra.

**Palestras com temas diversos:** o trabalho objetiva buscar temas atuais para a discussão entre os participantes, com o foco em educação preventiva, tais como: doenças sexualmente transmissíveis, câncer, sobre drogas, auto-estima, respeito ao idoso, todos com ênfase na valorização à vida.

**Atividades diversas:**

- Visitas à instituições como empresas, escolas especiais, asilos;
- confraternização de Páscoa, aniversários;
- participação em solenidades militares, em desfiles e recepção de autoridades;
- participação como apoio às formaturas do PROERD;
- Outros eventos promovidos pela sociedade;

No município de Ponta Grossa/PR foi criado o programa "Selo Social", através da Lei Municipal nº 7.193, que certifica as empresas e órgãos governamentais da cidade, que estejam de acordo com a legislação vigente e em dia com suas obrigações fiscais, assim como, pratique a Responsabilidade Social Interna e a Responsabilidade Social Externa".

No que se refere ao trabalho de marketing, a participação do 1º Batalhão no programa Selo Social, vem ao encontro com princípios do Policiamento Comunitário, em que a Polícia Militar interage de maneira proativa com a sociedade, com o apoio no combate ao crime, através das denúncias e na prestação concomitante da

Corporação na atividade de prevenção, através de palestras educativas e outras ações que levam ao conhecimento da comunidade as diversas atividades desenvolvidas pela Polícia Militar.

O projeto Formando Cidadão, que em Ponta Grossa iniciou suas atividades no ano de 2002, recebeu no ano de 2005 o "Selo Social", em função dos serviços prestados à comunidade, por perceber que uma instituição como a Polícia Militar, que tem seu legado histórico pautado na repressão, percebe a necessidade que a sociedade possui em desenvolver programas de atendimento a adolescentes em situação de risco social e pessoal, em face das suas demandas.

#### 2.5.5 O Projeto Resgate Social

Nas últimas décadas, a população trabalhadora vem cada vez mais se pauperizando em consequência de uma crise mundial que é agravada pela recessão e baixos salários. Associando-se a fatores scioeducacionais, esta mesma população tem ocupado novos setores, criando subempregos e/ou as diversas formas de sobrevivência, ocupando os lugares públicos.

Dentre estas formas encontradas, está a exploração do trabalho de crianças e adolescentes que vão para esses espaços acompanhados de adultos ou não, para a venda de produtos de fácil aquisição, para "guardarem" carros, esmolarem, e outros, em busca de geração de renda para complementação ou manutenção do orçamento familiar.

O resgate da cidadania e a superação de situações de risco vividas por crianças e adolescentes nas ruas, depende do entendimento de suas determinações.

Sabe-se, de modo geral, que esses vão às ruas para engrossar o orçamento familiar, buscar satisfação de suas necessidades pessoais e refugio de violência doméstica severa, sofrida na família.

Tem-se verificado como produto desse processo, concentração de adolescentes com idade entre 12 a 17 anos, morando na rua, assim como, o

aumento do número de mocós na região central e a intensificação do uso de drogas, passando da cola e inalantes para o crack (NOTO, 2004).

A compreensão dos motivos particulares e a verificação dos vínculos que cada criança ou adolescente apresenta com a própria família e com a rua é condição para qualquer atendimento adequado.

O primeiro contato com a criança ou adolescente geralmente ocorre em espaço aberto, sendo os encaminhamentos iniciais denominados abordagem. Este é um momento decisivo que pode determinar o sucesso ou dificuldades futuras, inclui tanto a necessidade de ações firmes de retirada de crianças e adolescentes de situações de risco pessoal ou social, quanto ações educativas baseadas na escuta diante da constatação de que posturas meramente repressivas não resolvem.

Toda a ação voltada a essa população que ainda mantém vínculos familiares, escolares e comunitários, tem caráter preventivo, pois potencialmente poderá tornar-se população crônica de rua.

Sob esta perspectiva foi estruturado o processo de abordagem nos 08 Núcleos Regionais da Secretaria Municipal da Criança, envolvendo vários agentes sociais, entendendo que somente através de uma ação compartilhada entre vários órgãos governamentais e comunitários, seria possível enfrentar esta problemática.

De acordo com informações dos educadores de rua, que desenvolvem o trabalho em conjunto com a Polícia Militar em Curitiba, atualmente estima-se a presença de 508 crianças e adolescentes/mês, das quais 350 são oriundas de Curitiba e 158 da Região Metropolitana.

O processo de abordagem de crianças e adolescentes em situação de rua é na rua desenvolvido no município de Curitiba, pela Secretaria Municipal da Criança. O Projeto teve início pouco depois da criação da própria Secretaria em 1992, após o surgimento da função de Educador Social, foi implantado o Projeto Brincando na Rua, buscando aprender quem é esse menino / menina. Da "paquera pedagógica" à implantação de Programas e Unidades que pudessem atender de fato essa população nos anos seguintes, houve a compreensão que mais do que saber quem ele é, como vive, o que pensa e como age na rua. O compromisso da Secretaria Municipal da Criança é o de resgatar com ele um lugar onde possa viver, pensar e agir como pessoa, indivíduo e cidadão. A partir de 1992, a Prefeitura Municipal de Curitiba amplia a rede de atendimento em Unidades de

Abrigos, Casas de Apoio e Repúblicas através de parcerias com Organizações Não Governamentais.

Em 1995, o processo de abordagem da Secretaria Municipal da Criança engajou-se a um projeto técnico político mais amplo. Juntamente com a Fundação de Ação Social, instituiu-se o Programa FAS SOS, com o objetivo de atender a população de rua e na rua de uma maneira geral, envolvendo adultos, crianças e adolescentes, servindo como grande centro de triagem e atendimento.

Em 1997, a Secretaria Municipal da Criança, descentralizou o atendimento à crianças e ao adolescente em situação de risco nas ruas, com o objetivo de atender a população de/na rua, através da vinculação com educadores sociais nas comunidades, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seus capítulos III e IV, implantando os Programas da Rua Para a Escola e Formando Cidadão.

O processo de atendimento descentralizado tem permitido aos educadores a interferência precoce nos processos de vinculação das crianças e adolescentes ao universo da rua.

O projeto visa desenvolver um trabalho sistemático de abordagem a crianças e adolescentes em situação de rua e na rua, de ambos os sexos, de 0 a 18 anos, através de uma ação integrada entre órgãos governamentais e não governamentais, dentre eles a Polícia Militar do Paraná, dando encaminhamentos às situações de urgência e de emergência, propiciando superação das situações de risco a partir de processo educativo e de promoção social.

O acesso ao serviço se dá da seguinte forma:

- Acionamento dos Educadores de Rua e o Programa SOS Criança;
- Procura espontânea da criança ou do adolescente;
- Condução através de outros serviços que prestam atendimento a crianças e adolescentes na rua ou em situação de rua;
- Abordagem de rotina dos educadores sociais da Secretaria Municipal da Criança e Programa FAS/SOS;
- Encaminhados pelo Conselho Tutelar.

### 2.5.6 Dilemas dos Projetos Sociais na Polícia Militar

Observa-se nas Unidades de Polícia Militar, o preconceito proveniente do desconhecimento do teor do Projeto por parte de alguns policiais-militares.

De acordo com a declaração de policiais-militares que desenvolvem o Projeto, com a convivência entre policiais e adolescentes observa-se a mudança de atitude e de postura em alguns policiais-militares que, por vezes, em razão da necessidade de realizarem estágio e serem obrigados a trabalhar com os adolescentes, passam a entender os propósitos do trabalho.

O projeto Formando Cidadão é uma ação social governamental da antiga Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família – SECR e mais alguns parceiros, entre eles a Polícia Militar do Paraná e Prefeituras Municipais.

O Projeto original previa a participação da SECR que se efetivaria através da viabilização de material de vestuário (calçado e uniforme), assessoramento técnico e capacitação relativa ao Estatuto da Criança e do Adolescente aos educadores sociais e outros envolvidos no projeto. Salienta-se que os materiais citados e outras ações foram disponibilizados apenas no início do projeto, sendo que atualmente o principal parceiro é a Prefeitura Municipal dos municípios onde se encontra implantada.

Como alternativas e propostas acredita-se na busca de novas parcerias com diferentes segmentos da sociedade, como as associações comercial e industrial dos municípios, clubes dos diretores lojistas, clubes de serviço e outros segmentos que possam contribuir para a inserção no mercado de trabalho para esses adolescentes, bem como descobrir novas estratégias de ação, para continuar a promover a garantia de qualidade e participação social destes.

Tais alianças, uma vez firmadas, deverão ser constituídas por intermédio de acordos formais, como os convênios, devidamente condicionado às atribuições das partes envolvidas. Essa concepção se dá, em função do pressuposto que a Polícia Militar do Paraná tem a responsabilidade no campo preventivo de segurança pública, o dever de articular ações com Prefeituras Municipais e outros organismos sociais, na contribuição da paz social, e na condição de melhoria de vida dos cidadãos.

## 2.5.7 Articulação de Ações de Polícia Comunitária e social na Polícia Militar: exemplos trazidos das Coirmãs

### 2.5.7.1 O Núcleo de Articulação de Ações Estratégicas da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro adotou a partir de maio de 2001, através da aprovação das “Instruções Provisórias para o funcionamento do Núcleo de Articulação de Ações Estratégicas – EMG/NAAE”, um núcleo de articulação para maior aproximação entre a Polícia Militar e a Comunidade.

O Núcleo tem por finalidade assessorar o Comandante-Geral acerca do planejamento e desenvolvimento de programas ou execuções de caráter preventivo ou repressivo, visando, especificamente determinadas práticas de delito que requeiram posturas estratégicas que complementem a atuação do policiamento ostensivo, ou venham a adequar o emprego institucional às mudanças sociais.

De acordo com a norma, o NAAE integra o Estado-Maior-Geral da PMERJ e é subordinado diretamente ao Chefe do Estado-Maior da Corporação.

Ao NAAE compete elaborar e propor normas técnicas para a Corporação nos campos julgados estratégicos pelo Comando-Geral, tais como programas de prevenção e repressão ao uso e tráfico de drogas, outras atividades repressivas diversas, policiamento comunitário, programa de recuperação de dependentes químicos, de valorização ambiental, dentre outros.

O Núcleo apóia, ainda a Diretoria de Ensino e Instrução nos assuntos estratégicos. Assessora o Comando-Geral nos protocolos de cooperação com outras entidades relacionadas aos seus assuntos estratégicos. Cumpre ainda a tarefa de exercer ação doutrinária, normativa e fiscalizadora em obediência à legislação em vigor.

Outra tarefa prevista é a de fazer tramitar documentos e o cumprimento de procedimentos entre os Programas e as seções, de modo a propiciar entrosamento, celeridade, controle e fiscalização das ações.

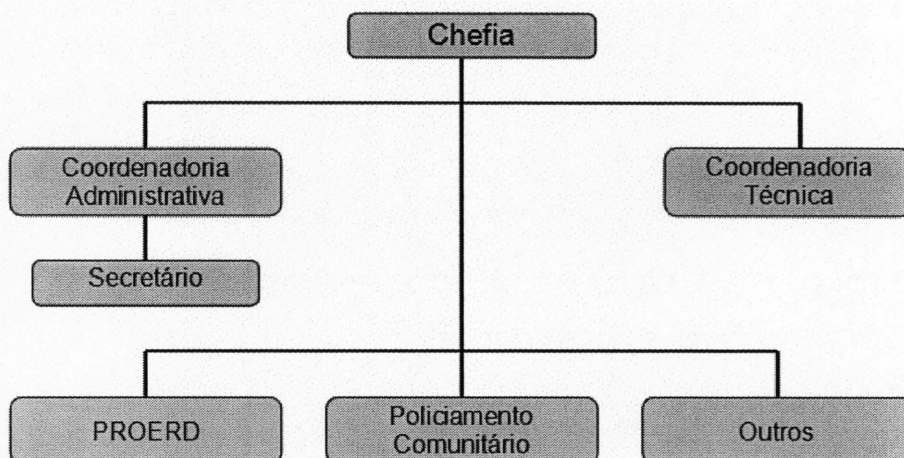
De acordo com a Figura 12, a estrutura orgânica, o NAAE é constituído de:

- Chefe;



- Coordenadoria administrativa; e,
- Coordenadoria técnica.

FIGURA 11 – ORGANOGRAMA DO NAAE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



Fonte: Instrução Provisória – 39 (EMG/NAAE)

A função de Chefe do EMG/NAAE é privativa de Oficial Superior, bem como as funções de Coordenador administrativo e Coordenador técnico. Já a função de Secretário é de Oficial Intermediário.

Quanto às funções de Coordenador Técnico, cabe a responsabilidade pelo planejamento, coordenação, orientação, execução e controle das atividades técnico-científicas.

A norma prevê que qualquer implantação de Programa ou Projeto deve passar por um colegiado, ou seja, um grupo de estudos definido pelo Chefe do Estado-Maior-Geral da PMERJ, para análise de propostas e viabilidade de sua implantação.

Observa-se, ainda, que na estrutura orgânica do NAAE, o PROERD, as atividades de Polícia Comunitária e outros Projetos e Programas encontram-se no mesmo nível de trabalho, entendendo-se que todas as atividades estratégicas, hoje demandam e tem a essência da concepção comunitária.

### 2.5.7.2 A Gerência Geral de Articulação e Integração Institucional e Comunitária da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco

O Manual de Serviços da Secretaria de Defesa Social do Estado do Pernambuco, através do Decreto nº 26.998/2004, consolida a organização administrativa da citada Secretaria e, prevê o detalhamento sua estrutura básica e competência de suas unidades, dentre as quais a Gerência Geral de Articulação e Integração Institucional e Comunitária.

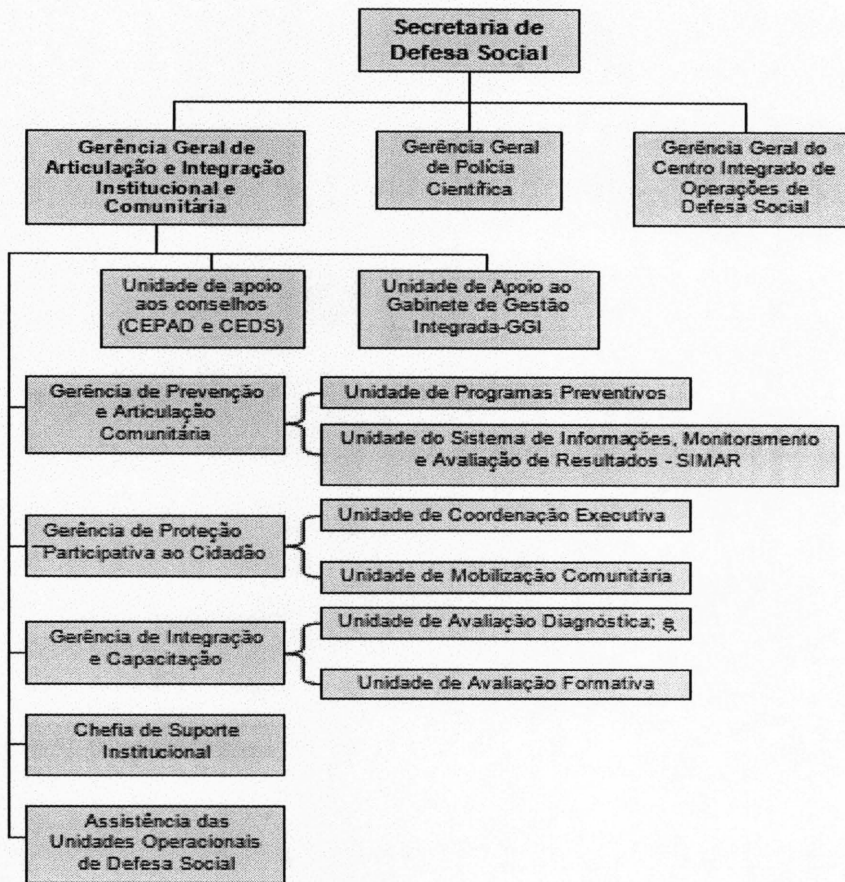
A Secretaria de Defesa Social – SDS é um órgão da administração centralizada, integrante do Núcleo Estratégico da Administração, por força do contido na Lei Complementar nº 49, de 31 de janeiro de 2003, e tem como atribuição institucional promover a defesa dos direitos do cidadão e da normalidade social, através dos órgãos de segurança pública, integrando as ações do governo.

No Manual, são previstas as Instruções de Serviço – IS, baixadas pelas Secretarias de Administração e Reforma do Estado, da Fazenda e do Planejamento, como órgãos centrais das atividades meio do Poder Executivo, e as Instruções de Serviço Interno - ISI, baixadas pela Secretaria de Defesa Social para normatizar os processos internos de sua competência.

A estrutura básica, por sistemas, é representada pela Secretaria Executiva de Coordenação, Secretaria Executiva de Ressocialização, Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiro Militar, gerências e superintendências administrativamente subordinadas ao Secretário de Defesa Social e, no caso das superintendências, vinculadas tecnicamente em sua atuação, às Secretarias de Planejamento, da Fazenda e de Administração e Reforma do Estado.

A Secretaria de Defesa Social possui três Gerências de apoio ao Secretário Estadual, das quais a “Gerência Geral de Articulação e Integração Institucional e Comunitária” está estruturada de acordo com o organograma contido na Figura 12.

FIGURA 12 – ORGANOGRAMA DA GERÊNCIA GERAL DE ARTICULAÇÃO E INTEGRAÇÃO INSTITUCIONAL E COMUNITÁRIA



Fonte: Manual de Serviços da Secretaria de Defesa Social.

A Gerência Geral de Articulação e Integração Institucional e Comunitária tem por finalidade promover a articulação e planejar ações visando à atuação integrada dos órgãos constitutivos da Secretaria de Defesa Social.

Assim, a Gerência-Geral possui as seguintes atribuições que, além de coordenar, operacionalizar, acompanhar e avaliar o processo de gestão comunitária, acompanha as ações de criação e implementação de projetos e programas de prevenção, convênios, contratos, educação corporativa, gestão do conhecimento, formação, desenvolvimento, treinamento, capacitação continuada, instrução, intercâmbio, pesquisa e produção científica, formulando políticas, propondo normas de certificações de competências profissionais e de validação de currículos de

cursos e capacitações para policiais, bombeiros e agentes penitenciários, para homologação.

### 2.5.7.3 Núcleo Integrado de Segurança Comunitária: uma experiência social

A proposta da Polícia Comunitária no Estado de Pernambuco, em seu projeto de gestão operacional, em implantação pela Secretaria de Defesa Social, prevê a criação de Núcleos Integrados de Segurança Comunitária compostos por três órgãos operativos de Segurança pública: Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar.

O trabalho baseia-se na descentralização do processo decisório e na cooperação em conjunto de estratégias de policiamento mais adequadas a cada comunidade, dentro de princípios democráticos de co-participação e responsabilidade.

O Projeto de Gestão Operacional Comunitária que concebe os Núcleos de Segurança Comunitária e os Núcleos Integrados de Segurança Comunitária, em fase de implantação, está promovendo uma mudança estrutural e cultural nas Instituições Policiais de Pernambuco.

Como pressuposto básico, trabalha-se a Defesa Social como conceito de maior abrangência que o de segurança pública, pois ela preocupa-se com a multicausalidade do crime propondo-se a intervir nas raízes dessas causas para controlar a incidência do fato criminoso, vai, pois além do fato criminoso, alcançando a pessoa sujeito do crime e sua inserção na ambiência criminosa.

Já a Segurança Pública trabalha repressivamente o fato ocorrido, lhe atribuindo juízo de valor que implica em punição.

Com a criação da Secretaria de Defesa Social – SDS, com a missão de promover a defesa dos direitos do cidadão e da normalidade social, através dos órgãos de Segurança Pública, integrando as ações do governo, surgia uma estrutura favorável para a implantação de um projeto de polícia comunitária.

No conjunto de programas e metas de defesa social, destaca-se o projeto de “Gestão Operacional Comunitária”, e encontra-se apoiado em três pilas: a Concepção, a Capacitação, Estruturação e o Gerenciamento.

Com o foco na capacitação, que tem por objetivo habilitar o policial para o exercício dessa concepção, busca o aprimoramento e desenvolvimento pessoal, ao repassar conhecimentos teóricos e práticos, para a aquisição de habilidades básicas do policiamento tradicional. Em Pernambuco, essa capacitação tem sido realizada em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco, mais precisamente pelo Centro de Ciências Sociais Aplicadas, e tem promovido o início da integração dos Órgãos Operativos, visto que a maioria das turmas é formada por Polícias-Militares, Policiais Civis e Bombeiros Militares.

A Estrutura Organizacional são as bases fixas de gerenciamento que possibilita a descentralização operacional, a aproximação com a comunidade e, no caso dos Núcleos Integrados, a interação dos Órgãos Operativos.

O Projeto prevê que os Batalhões se transformem em Comandos Operacionais de Áreas (COAS), que serão divididos em 12 áreas, 12 Núcleos de Segurança Comunitária, e para cada 12 dos NSC, haverá 2 Núcleos Integrados de Segurança Comunitária (NISC).

Os critérios de instalações dos Núcleos de Segurança no Estado de Pernambuco são a prevenção e a investigação do ato delituoso, competências que são distintas, porém, complementares.

O Sistema de Gerenciamento diz respeito, entre outros, à responsabilidade por área delimitada e a autonomia para resolução de problemas com a comunidade a que se vincula.

Além da mudança estrutural que consolida a descentralização operacional, o Projeto de Gestão Operacional Comunitária consolida os “Conselhos Comunitários de Defesa Social”.

Para viabilizar o projeto e iniciar a integração dos órgãos operativos, através da divisão de responsabilidade por áreas delimitadas, foi editado o Decreto nº 24.210/2002, que altera os limites territoriais das áreas de atuação da polícia civil e da polícia militar, tornando comuns os limites geográficos de responsabilidade territorial. Esse Decreto respalda juridicamente a implantação do Sistema de Geomapeamento, ligação em rede de todas as Unidades Policiais e para isso cria as

áreas de circunscrição de segurança da capital (CSC), nas quais haverá um mesmo órgão da polícia militar e um mesmo órgão da polícia civil responsáveis solidariamente pelo controle da criminalidade e pela integração da polícia com a comunidade.

A Comunidade: neste modelo, a comunidade é um pressuposto básico, e a mediação entre a participação comunitária é feita pelos conselhos comunitários de Defesa Social. O decreto nº 21.478, de 11 de junho de 1999, do governo do Estado, ativa o Sistema de Coordenação e Apoio dos Conselhos Comunitários de Defesa Social - CCDS, sob a coordenação da Diretoria de Relações Comunitárias e Sociais - DIRCS da SDS. Os CCDS têm o objetivo de instituir um modelo participativo de gestão do Sistema de Defesa Social, conjugando, coordenando e estimulando as forças disponíveis no Estado e na sociedade civil, visando a elevar a qualidade de vida na área de segurança.

Em análise final, observa-se que tanto o Núcleo de Articulação de Ações Estratégicas – EMG/NAAE, subordinado ao Chefe do Estado-Maior e vinculado ao Estado-Maior-Geral da PMERJ, como a Gerência Geral de Articulação e Integração Institucional e Comunitária da PMPE como órgão de apoio vinculado à Secretaria de Defesa Social realizam a intervenção estratégica nos espaços da sociedade e de interesse à Secretaria de Estado vinculada e concomitantemente à Polícia Militar correspondente.

As ações têm por fim proporcionar a alavancagem das políticas e estratégias de cada Corporação, através da articulação em setores específicos criados para criar e/ou realizar *benchmarkin* das melhores práticas no setor.

Importa, ainda, salientar que na análise comparativa dos objetivos do Núcleo de Articulação e da Gerência Geral, que ambos trabalham com o conceito de “polícia comunitária” e, tem o PROERD no mesmo nível de ação do policiamento comunitário, assim como outras ações preventivas e as de cunho social das Corporações, conforme especificados.

Assim, as duas estruturas organizacionais citadas como exemplos, vêm ao encontro das necessidades da Polícia Militar do Paraná, no que se refere ao repensar e reconceitualizar os atuais modelos de “Polícia Comunitária” e das demais ações sociais praticadas na Corporação. De acordo com autores já citados,

a população deseja respostas que tenham identidade com as suas demandas locais, comunitárias.

Não se pode pensar mais em uma Polícia Militar, Civil ou Corpo de Bombeiro que esteja descolado do discurso social e comunitário.

Na seqüência serão apresentados dois trabalhos que julga-se importantes para o desenvolvimento Institucional, no âmbito da educação corporativa e o olhar dos dirigentes na busca da melhoria da qualidade de vida dos policiais-militares, realizado através de um estudo com soldados da Polícia Militar de Santa Catarina.

#### 2.5.7.4 A Polícia Militar de Santa Catarina: a Formação de Seu Efetivo nas Bases Curriculares da SENASP

No campo da educação, a elaboração do Projeto de Implantação das Bases Curriculares para a Formação dos Profissionais da Área de Segurança do Cidadão no Ensino da Polícia Militar de Santa Catarina, que teve como ponto de partida as bases curriculares elaboradas pelo Ministério da Justiça, por intermédio de sua Secretária Nacional de Segurança Pública (SENASP).

Nesse projeto, foi designado um grupo de estudo, de diversos campos do conhecimento, para elaboração do projeto. A pesquisa buscou caracterizar o novo projeto que, como proposta, prevê a adoção de medidas para o atual contexto que aponta para a necessidade de mudança do modelo atual de formação policial, adotado pelo Estado de Santa Catarina.

Há o apoio do Ministério da Justiça, por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Pública, utilizando recursos estaduais e do Fundo Nacional de Segurança Pública para a readequação do ensino na PMSC, tendo como referência o documento publicado pelo Ministério da Justiça em 2000, denominado "Bases Curriculares Para Formação dos Profissionais de Segurança do Cidadão", a título de recomendação para as Polícias Estaduais e Federais.

Os resultados indicam que a aprendizagem e o ensino são processos interdependentes que devem se potencializar mutuamente para que ocorra uma

prática efetiva de ensino e uma aprendizagem significativa por parte do profissional em formação, e envolvem princípios pedagógicos e dimensões de conhecimento.

O trabalho realizado visa otimizar a capacitação dos recursos humanos da PMSC por meio da implementação das Bases Curriculares Para a Formação dos Profissionais da Área de Segurança do Cidadão no ensino da corporação, visando formar profissionais tecnicamente mais bem preparados e adequados à nova realidade social.

Assim, tem-se como metas a elaboração e implementação do Projeto Pedagógico do Ensino na PMSC para a implementação das Bases Curriculares Para a Formação dos Profissionais da Área de Segurança do Cidadão, vigente em Santa Catarina.

Para a realização dessas metas, houve a necessidade de requalificar e desenvolver no corpo docente permanente, a dedicação exclusiva às atividades de ensino, pesquisa e extensão na PMSC, visando a implementação das metas estabelecidas. Houve, ainda, a necessidade da readequação do espaço físico e administrativo da Academia Estadual de Polícia, assim como a criação da Academia Estadual de Polícia para a educação, formação e treinamento dos profissionais com a ênfase social em polícia comunitária.

Ainda como meta, a criação de um Instituto multidisciplinar de segurança pública para estudo e pesquisa da atividade policial e divulgação de trabalhos científicos, por meio de publicações periódicas (de caráter científico), relativas à formação dos profissionais da área de segurança do cidadão.

Tal mudança na concepção por parte dos dirigentes da PMSC procedeu-se em função de que apenas o esforço do aparelho policial estatal não tem produzido resultados significativos na história da dissuasão da criminalidade crescente, apesar dos tímidos esforços empreendidos para melhorar as condições de segurança para o cidadão.

A partir daí, para a Polícia Militar, política criminal passou a significar sinônimo de política social e fazer policiamento, integrar-se na comunidade e ser parceira em suas angústias e necessidades, busca da segurança e do sentimento de segurança.

Apesar da importância da mudança da política de gerenciamento das questões relativas à segurança pública, há um grande *déficit* epistemológico de o novo atuar, bem como quanto à suas possibilidades de mudança de perfil do policial.



O novo perfil de formação tem em vista o desafio de desenvolver um esforço que conduza, não somente, a uma compreensão mais integrada do fenômeno da violência e da segurança urbana, senão também com relação à análise de políticas práticas das diferentes estratégias que se têm adotado.

Assim é que no sistema policial, o seu paradigma<sup>14</sup> orientador exige mudanças frente aos desafios das atribuições constitucionais, o aumento dos índices de violência e o apelo da população pela aplicação plena dos seus direitos, num foco voltado, neste novo contexto, para a segurança, orientação e proteção do cidadão.

#### 2.5.7.5 Perfil da qualidade de vida dos policiais-militares: um estudo realizado com soldados da Polícia Militar de Santa Catarina – PMSC

A proposta do estudo realizado na Polícia Militar de Santa Catarina – PMSC foi traçar um perfil da qualidade de vida dos policiais-militares (soldados) que servem nas Organizações Policiais Militares - OPM, envolvidos no serviço operacional, de policiamento ostensivo preventivo e especial na cidade de Florianópolis, avaliando a sua qualidade de vida através dos seguintes fatores:

- a) hábitos de saúde;
- b) percepção da qualidade de vida;
- c) nível de estresse;
- e) condições socioeconômico-culturais.

De uma população de 860 policiais (742 homens e 118 mulheres), com idade variando entre 18 e 42 anos, foi obtida uma amostra de 382 soldados através de conglomerados e posterior seleção voluntária.

O instrumento utilizado para coleta de dados foram questionários adaptados de: BLAIR (1994), LIPP & ROCHA (1994), NAHAS (1994), ROBERTS (1989) e WOODRUFF (1992). Composto de questões abertas e fechadas, de forma a

---

<sup>14</sup> Para Thomas Kuhn “paradigmas são realizações científicas universalmente reconhecidas que durante algum tempo forneceram problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”. (...)“O paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade científica partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham um paradigma”. (A estrutura das revoluções científicas. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000, pp. 13 e 219)

investigar as dimensões biopsicossocioculturais. A análise estatística dos dados foi feita através do programa estatístico “SAS”.

Os resultados sugerem que o policial-militar possui uma boa percepção de qualidade de vida nos aspectos vida pessoal e familiar. Com relação à parte profissional, está bastante insatisfeito com sua remuneração, condições de trabalho e reconhecimento por seu comandante.

Envolve-se sem maiores problemas no aspecto social. Seus hábitos de saúde são de satisfatórios para bons e no âmbito da aptidão física apresenta características sedentárias (VELHO, 1994).

Diariamente a ação policial exige uma versatilidade de atitudes e comportamentos, tendo normalmente de lidar com as mais variadas situações, sendo em um momento o mediador de conflitos conjugais, em outro perseguindo traficantes; muitas vezes sua viatura serve de maternidade auxiliando parturientes, no próximo cruzamento pode atender a um acidente de trânsito.

Segundo TELES (1994), o homem possui inúmeras necessidades, sendo a maior parte delas aprendidas no convívio social, incluindo como básicas: o afeto, o contato, a aprendizagem, o espiritual, prestígio, aprovação, e outros.

KAPLAN & BUSH (1982) introduziram o termo “qualidade de vida relacionado à saúde” para separar os efeitos da saúde, da satisfação no emprego, o meio ambiente e outros fatores que influenciam a percepção da qualidade de vida.

BERGNER (1989) expressou seu desapontamento sobre a maneira como o conceito de qualidade de vida tem sido utilizado na literatura médica. Ela verificou que a grande maioria das medidas foi designada para avaliar o estado atual de saúde e notou que a utilização do termo “índice de condição de saúde” seria mais apropriada. Contudo, ela admite que o termo “qualidade de vida relacionada à saúde” tem obtido aceitação geral.

Num estudo de PEARLMAN & UHLMANN (1988), geralmente os pacientes em idade madura com doenças crônicas comuns consideravam sua qualidade de vida boa, sem maiores queixas. Porém, na percepção dos médicos, a qualidade de vida de seus pacientes era pior do que a dos próprios pacientes.

Esta exposição sintética da grande variabilidade de ocorrências que caracterizam o dia-a-dia do policial-militar, aliada à inexistência de pesquisas nesta população, conforme levantamento bibliográfico dos últimos 29 anos, realizado por

SILVEIRA; DUARTE; FONSECA (2005) leva ao interesse de investigar o que todo este acúmulo de emoções: ansiedades, frustrações, alegrias, tristezas, medos, tem provocado na qualidade de vida do policial-militar; como ele tem administrado seu tempo nos momentos em que não se encontra no quartel no intuito de integrar-se socialmente, aliviar tensões e buscar a felicidade.

Observaram-se nas classes socioeconômicas dos policiais-militares, que na classe "A" estão concentrados apenas 04 sujeitos, na classe "B" 82 sujeitos, a predominância na classe "C" com 220 sujeitos, que representam 57.6% do total da amostra, e finalmente na classe "D" encontraram-se 76 sujeitos.

Com relação às médias do tempo de serviço, dos policiais militares da cidade de Florianópolis, a seguinte distribuição foi observada: 29,32% estão situados entre 1 e 4 anos de serviço; 26,70% estão entre 5 e 8 anos; 23,82% encontram-se entre 9 e 12; 12,57% situam-se entre 12 e 16 anos de serviço e finalmente restando uma freqüência bastante pequena de 4,97% com mais de 16 anos.

Conforme o dado apresentado, pode-se concluir que 53,66% dos policiais que trabalham no serviço de policiamento ostensivo preventivo e repressivo, têm até 12 anos de serviço, ou seja, são relativamente jovens na carreira.

A percepção que o policial-militar possui a respeito do reconhecimento por parte de seu comandante, da qualidade do serviço que está realizando foi: 23,9% dos PM respondentes consideram que seus comandantes nunca reconhecem seu trabalho e outros 33,9% afirmam que isto ocorre raramente, perfazendo nestas 2 respostas um total de 57,8% de policiais-militares, que percebem este estímulo como ausente ou raro. Identificou-se também 23% dos policiais que acreditam que algumas vezes têm o reconhecimento dos seus comandantes, enquanto 10,2% sentem que são muitas vezes reconhecidos e finalmente 8,3% concordam que seus comandantes sempre reconhecem seu serviço. Para uma boa qualidade de vida no trabalho.

Percebeu-se a intensão dos policiais-militares em trocar de ocupação. Do total de PM avaliados 16,7% nunca pensam nesta possibilidade; 14,0% raramente pensam nisso; 32,8% algumas vezes pensam em trocar de profissão e finalmente 19,0% estão sempre com este pensamento. Acredita-se que para uma pessoa não ser levada a pensar freqüentemente em trocar de profissão, a precisa preencher alguns requisitos.

Segundo FERNANDES (1993), a satisfação no trabalho está relacionada com a percepção do trabalhador em conseguir satisfazer suas necessidades pessoais, ou seja, sobreviver com alguma segurança, interagir com os outros, ser reconhecido por suas realizações e ter oportunidade de melhorar sua habilidade e conhecimento.

O perfil da percepção subjetiva das atividades físicas diárias do policial-militar apresentou a seguinte característica; 28,4% afirmam passar a maior parte do tempo sentado, quando muito caminham de um lado para o outro; 52,5% caracterizam suas atividades diárias como moderadas, como: caminhar rápido, executar tarefas que requerem movimentação e 19,0% denominam suas atividades diárias como intensas, com longo tempo de duração, incluindo trabalhos pesados, esportes, e outros.

Num estudo longitudinal de 4 anos desenvolvido por TSAI *et al* (1987), para identificar os aspectos positivos proporcionado pelo “*Corporate Fitness*”, ou seja, Atividade Física na Empresa, aplicados a empregados que participavam do “*turnover*”, que são os turnos continuados, constatam que os praticantes das atividades tinham mais expectativas de permanecer no emprego e maior disposição para as atividades profissionais.

Nos resultados obtidos pela investigação do repouso, mais especificamente o sono, percebeu-se que 80 policiais sempre dormem bem; 183 conseguem dormir bem na maioria das vezes; 67 têm dificuldade para dormir bem e 44 raramente dormem bem. Somando, então, encontrou-se o seguinte aproximadamente 30% de policiais com problemas de sono, o que prejudica sobremaneira o repouso e a recuperação orgânica.

SILVA *et al* (1993) comenta que funções e atividades do homem são realizadas à base de energia nervosa produzida pelo cérebro e distribuída pelo sistema nervoso. Esta energia e seus condutores se consomem e se desgastam com as atividades. Para repor e proporcionar as funções de restauração do organismo, o homem necessita de oito horas de sono diariamente.

Quanto à atividade que os policiais têm desenvolvido na tentativa de obter alívio das tensões, que se acumulam no dia-a-dia, 169 policiais, ou seja, 52% “nunca” praticam nenhum tipo de relaxamento; 141 policiais (38%) afirmam que “algumas vezes” buscam algum tipo de relaxamento e 34 policiais (9,2%) dizem que “geralmente” buscam algum tipo de relaxamento para aliviar as tensões,

restabelecendo o humor, sendo este efeito correspondente a uma caminhada a uma velocidade de 6 Km/h, JIN (1991).

Constatou-se que o nível de estresse é grande em quase todos os batalhões e bastante semelhante entre eles, entretanto, no caso da Companhia de Polícia Feminina, os valores foram invertidos, não se possui subsídios para inferir um parecer sobre este fato. HARRISTON (1993), que desenvolve estudos na área do estresse policial, afirma que atualmente, com a modernidade e o tipo de cultura que vemos nas ruas, as pressões sobre o policial nunca foram tão fortes.

As percepções do policial a respeito de sua qualidade de vida são boas nos aspectos de vida pessoal e familiar, satisfatória no aspecto profissional com ressalva para o reconhecimento por parte de seu comandante. Os policiais elegeram o salário e as condições de profissionais, como relevantes para melhorar sua qualidade de vida.

O estilo de vida refere-se à forma de comportamento que a pessoa adota para as disponibilidades no contexto de suas circunstâncias de vida. Essa é uma forma de vida caracterizada pela percepção da maneira de comportar-se, que reflete atitudes pessoais e preferências, um aspecto de escolha pessoal WANKEL et alli. (1994).

Apesar das limitações que a presente pesquisa apresentou, consideramos relevante por tratar-se de um estudo que servirá de ponto de partida para estudos posteriores, principalmente em razão da escassez de referências bibliográficas, que abordem a relação entre o profissional de segurança pública e a situação da sua qualidade de vida.

Nas duas últimas práticas trazidas da experiência da Polícia Militar de Santa Catarina, a primeira na área da educação corporativa, necessário à adequada qualificação dos policiais-militares, e a última que versa sobre a importância da qualidade de vida para esses profissionais, é o que faz da Corporação uma instituição voltada para o futuro e com o compromisso com o resultado.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 FUNDAMENTANDO A BUSCA

A proposição da presente investigação é fundamentar algo que até a presente data, após alguns ensaios pouco consistentes de pesquisa, ainda não foi devidamente esclarecido na Corporação, ou seja, esclarecer qual o papel social e fundamentado em que cultura organizacional está o modo de fazer polícia.

A PMPR completa 153 anos de existência neste ano de 2006, uma Organização que por razões culturais não tem o hábito de fazer pesquisas ou se apropriar de resultados de outros pesquisadores.

Entender concretamente esse aspecto nos remete à necessidade formativa dos policiais-militares para atuarem como policiais comunitários, para captarem os valores intrínsecos, seus olhares acerca das questões sociais, seus anseios e até mesmo suas angústias que emergem diariamente pela ação de sua prática social nas comunidades.

Esse é o fator que trouxe para essa pesquisadora a motivação para o estudo de uma gama de demandas existentes na Instituição Polícia Militar do Paraná, dentre as quais o que o policial-militar que está imbricado nas atividades de polícia comunitária e social pensa sobre seu trabalho, a Corporação e os resultados perante as comunidades.

O estudo sobre o assunto trouxe à luz muitos hiatos e mitos que cotidianamente tenho observado e vivido na Corporação Policial Militar, que traz na sua formação histórica paradigmas organizacionais e pré-conceitos acerca da questão “polícia preventiva”, seja no objeto propriamente dito ou em seus agentes que atuam nesse trabalho.

Alguns entendem que a pesquisa consiste em um trabalho de apenas coletar dados e realizar um mosaico de informação, que por mais que estejam coerentes, não caracterizam logicamente o objetivo científico ou social da busca, ou seja, a coleta de informações, sistematização e descrição da realidade, de acordo com DEMO (1995, p. 11).

Assim, tem-se a concepção de que fundamentalmente, lidamos com pessoas, e como tal não se pode manter separados destas quando no momento da pesquisa, deve-se considerar suas preferências, idéias e valores que influenciam seu ato de conhecer e não apenas considerá-las como objeto de pesquisa.

Como apontado por LÜDKE e ANDRÉ (1986, p. 11) “ocupo-me com os processos e fico atento aos significados que as pessoas dão às coisas e à vida”.

A isto, a pesquisa como atividade humana e social, carrega consigo a carga de conhecimento histórica do pesquisador, que reflete diretamente na qualidade do resultado da investigação.

Como afirma LÜDKE e ANDRÉ (1986, p. 3), o objeto de pesquisa em tela, configura-se como fenômeno social, pois foi desenvolvido no interior das comunidades, com todos os atores envolvidos, que aqui configuraremos como uma das variáveis desse processo. Não podemos, então, analisar esse policial-militar como um fato isolado do contexto, diante do quadro aqui exposto.

Assim, pôde-se observar que essa questão deveria ser tratada de maneira analítica, mesmo se considerarmos a complexa questão do fenômeno social.

A partir do momento que foi proposto investigar o policial militar que atua nas atividades de polícia comunitária ou social, observou-se que a pesquisa estava em busca de uma realidade não documentada, no que se refere ao assunto proposto, ou seja, ensaios que pudessem balizar o comportamento deste frente ao seu desafio do ambiente escolar, sua formação e principalmente as conseqüências desta, especificamente na PMPR.

## 3.2 PERFIL DA POPULAÇÃO A SER ESTUDADA

### 3.2.1 Escolha da População de Estudo

A população estudada foi a de policiais-militares que atuam nas atividades de:

a) Polícia Comunitária:

- Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD;

- Projeto POVO;
- Patrulha Escolar Comunitária – PEC.

b) Projetos Sociais:

- Formando Cidadão;
- Equoterapia;
- Resgate Social (PMPR e Prefeitura de Curitiba).

c) Serviço de Assistência Social – SAS.

A pesquisa foi aplicada aos policiais-militares que atuam em Curitiba e Região Metropolitana. A coleta de dados foi realizada com esses profissionais tomando como referência geográfica esses dois locais para melhor homogeneização da amostra, tanto no que se referem aos policiais-militares que atuam nas ações citadas, como outros fatores tais como comunidades, escolas, fatores econômico e social, dentre outros.

A definição da escolha da população-alvo para o estudo deveu-se a duas situações: a primeira tem uma estreita relação com a experiência da pesquisadora com os policiais-militares que atuam no PROERD mais especificamente e, na percepção de que esses necessitam na melhora de sua prática laboral, algo que os próprios educadores empiricamente observaram de si mesmos.

### 3.3 TIPO DE PESQUISA A SER REALIZADA

#### 3.3.1 A Pesquisa Exploratória

A metodologia escolhida para realizar a pesquisa proposta, é conhecida como estudo exploratório, pois, o tema referente à produção social e a integração destes se constitui inédito na Polícia Militar do Paraná.

O presente tipo de pesquisa foi escolhido por não encontrar estudos consistentes sobre o objeto proposto acerca dos profissionais que atuam na PMPR nas práticas de policiamento comunitário e social, como a base epistemológica dos



projetos pedagógicos de cada ação descrita, a indicação de quais conteúdos são necessários à formação desses profissionais, suas expectativas, e outros.

Assim, idéias não estudadas e idéias vagamente vinculadas ao problema de investigação remetem à necessidade de se iniciar com um estudo exploratório SAMPIERI (1998, p. 69).

De acordo com DANKHE (1986), esse tipo de estudo serve para preparar o terreno, e ordinariamente antecedem os estudos descritivos, correlacionais e explicativos.

Os estudos exploratórios, conforme especifica DANKHE, citado por SAMPIERI (1998, p. 59), “servem para nos familiarizarmos com fenômenos relativamente desconhecidos, obter informações sobre a possibilidade de levarmos à cabo uma investigação mais completa sobre um contexto particular da vida real, investigar problemas do comportamento humano que considerem cruciais aos profissionais de determinada área, identificar conceitos ou variáveis promissoras, estabelecer prioridades para investigações posteriores ou sugerir afirmações”.

Essa classe de estudos fornece condições de avaliar o comportamento, as concepções, o olhar sobre si, do policial militar que atua no PROERD, sobretudo nessa situação em que há poucas informações.

Conforme DANKHE, citado por SAMPIERI (1998, p. 59), estudos exploratórios poderão determinar tendências de estudos, assim como, identificarem relações potenciais entre variáveis e estabelecer o tom de investigações posteriores mais rigorosas.

De acordo com o autor, a metodologia é caracteristicamente mais flexível ampla e dispersa, comparando-se com outros tipos de estudos. Porém, encerra maior risco e requer mais paciência, serenidade e receptividade por parte do investigador SAMPIERI (1998, p. 60).

Nesse sentido, verificou que pesquisa-se esses fenômenos de polícia militar, como “fenômenos sociais”, como é o caso da relação desses profissionais com a sua formação inicial e seu processo histórico de desenvolvimento, para desvendá-los e proporcionar respostas apropriadas.

Assim, justifica-se a busca de uma metodologia que, considerando também o contexto do fenômeno social que se estuda, privilegia a prática e o propósito

transformador do conhecimento que se adquire da realidade que se procura desvendar em seus aspectos essenciais e acidentais.

BOGDAN e BIKLEN citado por LÜDKE e ANDRÉ (1986, p. 11), descreve cinco características da pesquisa qualitativa:

A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural a sua fonte de direta de dados e o pesquisador como o seu principal instrumento; os dados coletados são predominantemente descritivos; A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto; o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos e atenção especial do pesquisador; a análise dos dados tende a seguir um processo indutivo, ou seja, a busca de evidências que comprovem hipóteses definidas antes do início dos estudos.

A intrincada rede de comportamentos pessoais no cotidiano, bem como as estruturas de significado de cada um dos sujeitos no quadro referencial de seus próprios pensamentos, sentimentos e ações pediam os procedimentos da pesquisa qualitativa, sob enfoque etnográfico.

### 3.4 COLETA DOS DADOS

O processo da pesquisa qualitativa não admite visões isoladas, parceladas e estanques, mas desenvolve em uma interação dinâmica retroalimentando-se, reformulando-se constantemente, de forma que na coleta de dados, num instante deixa de ser tal e passa-se a análise de dados, e este é em seguida um veículo para nova busca de informações.

Para que a coleta de dados se proceda, a pesquisa qualitativa admite alguns tipos de caminhos, que foram utilizados na presente investigação, como o questionário semi-estruturado (Anexo 1), análise documental e observação direta, especificamente da ação docente do educador social do PROERD na sala de aula.

O questionário no formato semi-estruturado teve seu desenvolvimento e definição a partir da observação preliminar desta pesquisadora acerca das necessidades encontradas pelos policiais-militares que atuam nas atividades de polícia comunitária e social da Corporação.

Nesse sentido, para a construção do questionário, conforme apontado por MAY, buscou-se transformar conceitos apropriados de teóricos em indicadores

claros, de modo que tanto a pesquisadora quanto o respondente tivessem clareza sobre os significados que eles têm (2001, p. 123).

O autor, ainda, esclarece que o questionário formulado necessita ter um teste-piloto em uma subamostra antes de ser aplicado à amostra (MAY, 2001, p. 123). Esse teste-piloto visa saber se o questionário realmente funciona e se a diagramação, terminologia e desenho carecem de mudanças.

Seguindo a orientação do autor, os questionários foram testados em 20% da amostra, ou seja, dos policiais-militares investigados.

Com aplicação inicial do questionário, algumas terminologias adotadas e aspectos de diagramação do instrumento de coleta de dados citado teve de sofrer pequenas alterações.

Em seguida foi estabelecida uma parcela significativa de indivíduos a serem estudados, conforme critérios estabelecidos na “escolha da população de estudo”, que se constituem suficiente o instrumento para a coleta e análise dos dados. O questionário foi elaborado com 17 questões que continham 77 itens de respostas.

De acordo com FINK citado por MAY (2001, p. 114), “uma amostra é uma porção ou subconjunto de um grupo maior denominado de população. A população é o universo a ser amostrado. (...) Uma amostra boa é uma versão em miniatura da população”.

Após termos definido os itens acima descritos, surge a necessidade de selecionarmos formas de investigarmos esse objeto.

DEMO citado por MINAYO (1993, p. 51), “observa que o cientista em sua tarefa de descobrir e criar necessita em um primeiro momento, questionar. (...) Definido bem o nosso campo de interesse, é possível partirmos para um rico diálogo com a realidade. Assim o trabalho de campo deve estar ligado a uma vontade e a uma identificação com o tema a ser estudado, permitindo uma melhor realização da pesquisa proposta.”.

Assim, além do questionário semi-estruturado, a pesquisa utilizou-se como fonte de informações as modalidades de observação participante e análise de conteúdo.

### 3.5. OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Nessa técnica, de acordo com MINAYO (1994, p. 58) se realiza através de contato direto do pesquisador com o fenômeno observado, “para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos.” Cita, ainda, que observação participante é uma estratégia de campo que combina simultaneamente a análise documental, a entrevista de respondentes e informantes a participação e a observação direta e a introspecção.

A autora aponta a possibilidade nesta modalidade de pesquisa, de encontrarmos dois pólos, duas variações, relacionadas com diferentes situações de observação participante por ele desejada. A primeira nos aponta acerca da “participação plena, caracterizada por um envolvimento por inteiro em todas as dimensões de vida do grupo a ser estudado. Noutro, observamos um distanciamento total de participação da vida do grupo, tendo como prioridade somente a observação.” (MINAYO, 1993, p. 60).

Nesse sentido, ficou claro para o grupo observado de dois policiais-militares que atuam no PROERD, conforme roteiro de observação em anexo (Anexo 4), que o papel desta investigadora participante ficou restrito à tarefa de coleta de informações por intermédio da observação das ações desses policiais militares, nos eventos do dia-a-dia.

A importância dessa técnica comprova o que MINAYO (1994) diz sobre o contato direto com o fenômeno observado, que tem por fim “obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos”. Isso nos permite captar uma variedade de situações e fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas e possibilita ao pesquisador captar situações que seria possível apenas no cenário do cotidiano do trabalho do policial militar que atua em uma das atividades de polícia comunitária e, nesse caso, em sala de aula.

Na análise do conteúdo da observação participante, que foi realizada no período de oito meses ininterruptos, em duas escolas distintas da cidade de Curitiba/PR, adotaram-se como base as experiências de trabalho de campo de BOGDAN e BIKLEN (1982) citado por LÜDKE e ANDRÉ (1986, p. 15), que apresentam uma parte descritiva e uma parte reflexiva.

A parte descritiva compõe os quesitos necessários do que existe no campo, que são a descrição dos educadores do PROERD, reconstrução dos diálogos em sala de aula, descrição dos locais de atuação (sala de aula, escola), descrição das atividades desenvolvidas no momento da aplicação das aulas do Programa e outros comportamentos observados.

Quanto à parte reflexiva, inclui anotações pessoais do observador realizadas durante o processo de coleta de informações e, podem ser de várias formas: reflexões analíticas, metodológicas, dilemas éticos e conflitos, mudança na perspectiva do observador e esclarecimentos necessários, segundo o adotado na pesquisa e apontado por BOGDAN E BIKLEN (1982).

Importante salientar, que os pesquisadores LOFLAND e LOFLAND citado por MAY (2001, p. 188) apontam que quanto maior o envolvimento emocional e o conhecimento sobre o tema, por parte do pesquisador, maior possibilidade de sucesso no resultado final. Isso repercute no fortalecimento da empatia desenvolvida entre o participante observador e observados, que pode constituir fator de segurança entre as partes.

Esse tipo de coleta de informações, de acordo com MAY (2001), constitui-se em um processo contínuo de reflexão e alteração do foco de observação de acordo com os desenvolvimentos analíticos, e que permite na pesquisa, presenciarem as ações das pessoas em situações diferentes, como questioná-las de suas ações.

### 3.6 ANÁLISE DE CONTEÚDO

Como já apontado anteriormente, na pesquisa social procura-se não acumular uma visão isolada das partes do estudo, pois no decorrer de fundamentação teórica o investigador poderá apoiar-se em idéias que surgem no decorrer da investigação.

Assim, ressalta-se que o pesquisador, orientado pelo enfoque qualitativo, possui ampla liberdade teórico-metodológica, conservando-se uma estrutura coerente, consistente, original com nível de objetivação capazes de merecer a aprovação dos cientistas num processo intersubjetivo de aprovação.

Desta forma, de acordo com MORAES (1999, p.2) a “análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para interpretar toda a classe de

documentos e textos fornecendo informações complementares ao leitor crítico de uma mensagem. Funciona como uma ferramenta, um guia prático para a ação”.

DEMO (1991) descreve a análise de conteúdo como uma ferramenta que não fica apenas nas fichas, nos relatórios, nas gravações, porque sabe que isto é instrumento, vestimenta, aparência. Diz, ainda, que é necessário que o investigador vá além das evidências, que saboreie as entrelinhas, porque o que se encontra nas linhas é exatamente o que não se queria dizer.

Analisar os dados qualitativos no dizer de LÜDKE e ANDRÉ (1986, p. 44) significa “trabalhar” todo o material, obtido durante a pesquisa, tarefa que inicia na organização de todo o material, dividindo-o em partes “relacionando essas partes e procurando identificar nele tendências e padrões relevantes. Num segundo momento, esses padrões são reavaliados, buscando-se relações e inferências num nível de abstração mais elevado”.

Outro aspecto importante da análise de conteúdo, de acordo com SAMPIERI (1998, p. 43) está na capacidade da análise de conteúdo “gerar novas interrogações e descobertas”. Relaciona a análise de conteúdo com análise de significados, embora possa ser também uma análise de significantes, que congrega no seu bojo análise lexical e de procedimentos.

Nesse sentido, FRANCO (1986, p. 9) ressalta que a análise de conteúdo busca os sentidos de um texto, de uma mensagem. O ideal, de acordo com o autor é buscar sentidos em um texto, na mensagem procedida pelo interlocutor.

No que se refere à análise documental, foram avaliados diversos tipos de documentos achados importantes e de relevância para a pesquisa, como materiais históricos referentes ao Programa e da Polícia Militar do Paraná, em que foram encontrados outros elementos que propiciarão outras investigações, que julgo importante para o desenvolvimento social da própria Organização. Outros tipos de documentos como os de uso corrente pelos policiais-militares em sua rotina de seu trabalho diário.

De acordo com PHILLIPS (1974, p. 187) “são considerados documentos quaisquer materiais escritos que possam ser como fonte de informação sobre o comportamento humano”.

Assim ECO (1995, p. 185) aponta que “qualquer conteúdo pode, por sua vez, tornar-se uma nova expressão, suscetível de ser interpretada, ou substituída por nova expressão”.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 DADOS GERAIS DA POPULAÇÃO ESTUDADA

De acordo com MINAYO (1994, p. 42), a “pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade. Uma pergunta importante nesse item são quais indivíduos sociais têm uma vinculação mais significativa para o problema a ser investigado? A amostragem boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões.”.

Para a pesquisa, foram investigados 69 sujeitos das atividades descritas no item 3.2.1.

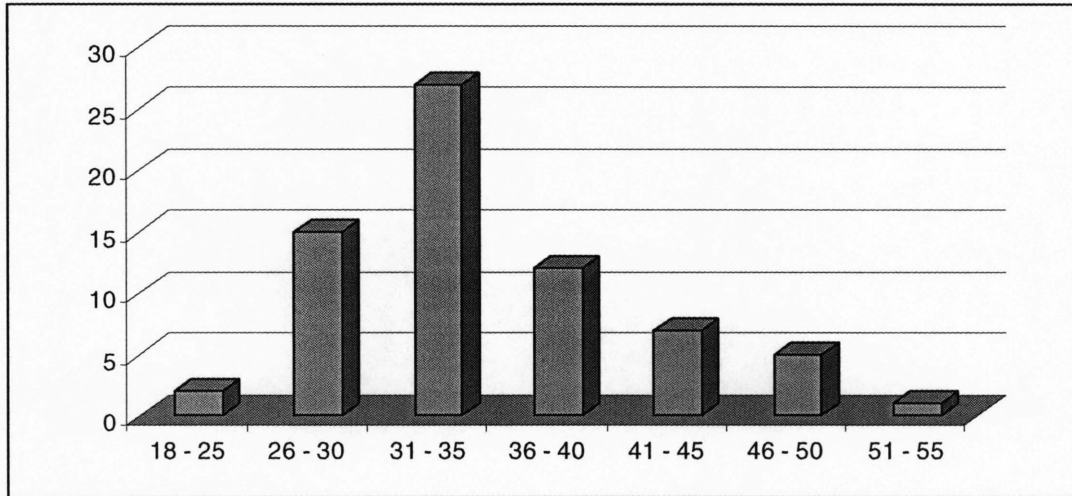
Após a construção do questionário, foi aplicado a uma subamostra composta por 14 policiais-militares (ou seja, 20, 29% do total da população prevista), que atuam nas atividades descritas no item 3.2.1, com o fim de ser testado.

Após, realizadas as alterações necessárias, o instrumento de coleta de dados foi aplicados aos outros 69 policiais-militares educadores sociais do PROERD. Importa salientar que o restante dos policiais-militares das atividades descritas no item 3.2.1 não foram pesquisados em função do exíguo tempo para a coleta, sistematização e análise dos dados de pesquisa, sendo então estipulada uma amostra que buscou homogeneizar os resultados da investigação.

Quanto a algumas características gerais da população, pode-se citar que 72,46% são do sexo masculino e 27,54% feminino. Tal caracterização se dá em função de fatores como a limitação legal em 6% das vagas para o ingresso de mulheres na Polícia Militar do Paraná, de acordo com a Lei nº 12975/006.471/71, corrigida pela Lei nº 14804/05 e que hoje prevê a inclusão de até 50% de vagas para o sexo feminino na Corporação, e que de forma probabilística diminui a população de mulheres na Corporação.

Quanto à idade, o maior percentual encontra-se entre 26 a 40 anos de idade, conforme Figura 13.

FIGURA 13 – IDADE DOS POLICIAIS-MILITARES QUE ATUAM NAS ATIVIDADES DE POLÍCIA COMUNITÁRIA E SOCIAL DA PMPR



No que se refere ao período de atuação<sup>15</sup> na Polícia Militar do Paraná a contar de seu período desde o ingresso na Corporação, a Tabela 2 nos mostra que:

TABELA 1 - PERÍODO DE ATUAÇÃO DO POLICIAL-MILITAR, A CONTAR DE SEU INGRESSO NA CORPORAÇÃO

PERÍODO DE TEMPO (anos)	NÚMERO	PERCENTUAL (%)
0 - 5	10	14,49
5 - 10	15	21,74
10 - 15	18	26,08
15 - 20	15	21,74
20 - 25	7	10,14
25 - 30	3	4,34
30 - 35	1	1,45

Na observação direta realizada com os policiais-militares que atuam no PROERD, declararam que ingressaram no Programa por terem afinidade com atividades comunitárias e que já terem realizado trabalhos em escolas. A Diretriz 006/2000, prevê, como requisito para ingresso no Programa, que o policial-militar

<sup>15</sup> O “período de atuação” refere-se ao tipo de atividade laboral caracterizada em tempos distintos na Corporação Policial Militar. Para esse estudo, foram utilizadas as terminologias: período desde o ingresso na Corporação.



que desejar ingressar no PROERD, deverá ter dois anos de atividade na Corporação.

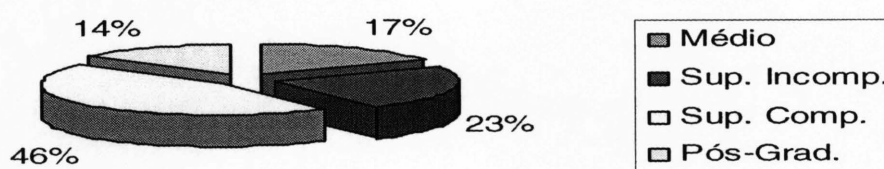
Nessa análise, apenas 2,7% nunca desempenharam atividades operacionais de repressão ao crime. Estes trabalharam exclusivamente em serviço administrativo na Corporação.

Dos policiais-militares que realizaram apenas atividades operacionais, ou seja, atividade de repressão constitui 77,31% da amostra, sendo que dos investigados na faixa de 0 – 5 anos 33,33%, na faixa de 5 – 10 anos 36,11%, na faixa de 10 – 15 e de 15 a 20 anos 15,27%.

Outros policiais-militares, que perfazem 19,99% dos pesquisados, realizaram em tempos distintos o serviço operacional e o administrativo, dos quais na faixa de 0 – 5 anos, 51,42%, na faixa de 5 – 10 anos 40,00%, na faixa de 10 – 15 anos 5,71% e na faixa de 20 a 25 anos 15,27%.

Acerca da escolaridade, constatou-se que 17,39% da população investigada possuem ensino médio, 23,18% possuem curso superior incompleto e 44,92% possuem curso superior completo. Quanto a pós-graduação, 13,04% possuem pós-graduação *latu sensu* e 1,45% pós-graduação *strictu sensu*.

FIGURA 14 – GRAU DE ESCOLARIDADE DOS POLICIAIS-MILITARES



As áreas de graduação, dos policiais-militares que têm o curso concluído são:  
 -licenciatura em pedagogia, português e inglês, normal superior, letras, geografia, física, filosofia história e educação física;

- bacharelado em economia, formação de oficiais da Polícia Militar do Paraná, direito, teologia, psicologia, administração, contabilidade e sociologia.

Quanto aos cursos de pós-graduação *latu sensu*, foram levantados psicopedagogia, gestão escolar, inglês, dependência química e gestão de pessoas. *Strictu sensu* cita-se os cursos de auditoria e perícia contábil.

## 4.2 SOBRE A ATUAÇÃO EM ATIVIDADES DIVERSAS

### 4.2.1 O Que Fazia Antes de ingressar na Atividade Atual

No quesito atuação profissional antes de ingressar na Polícia Militar, observou-se que dos 69 policiais-militares respondentes, 39 apontaram que realizaram algum tipo de atividade, 16 não apontaram e 14 não realizavam nenhum tipo de atividade antes de ingressar na Corporação.

Observou-se que destes, 41 policiais-militares desempenhavam algum tipo de atividade vinculado aos campos da educação e em áreas sociais diversas, como professores de educação especial e educação infantil de séries iniciais e outras áreas da educação e de inserção social.

Podem-se apontar atividades desenvolvidas nos campos tecnológicos, é o caso de metalurgia, laboratório de tratamento de água, eletricista, operador de máquinas. Outras áreas como as vinculadas a empresas, contabilidade, assistente de administração, auxiliar de produção, diagramação, desenhista, secretária, e outros.

TABELA 2 - ATIVIDADES SOCIAIS QUE DESEMPENHAVA

ATIVIDADE SOCIAL	NÚMERO	PERCENTUAL
Palestra nas escolas	14	26,41
Palestra de trânsito nas escolas	04	7,50
Programa Formando o Cidadão	03	5,66
Guarda Mirim	03	5,66
Patrulha Escolar	03	5,66
Professor de educação infantil	05	9,43
Professor de educação fundamental de séries iniciais	03	5,66
Outras atividades	18	33,96

#### 4.2.2 Atividade que Atualmente Desempenha

Quanto à atuação profissional desempenhada atualmente pelos policiais-militares respondentes que atuam na polícia comunitária e em ações sociais na PMPR, foi observado que 19 são Oficiais e 50 Praças. Desses, um é Subcomandante de Unidade de Polícia Militar em Curitiba, cinco são Comandantes de Companhia de Polícia Militar, três trabalham na coordenação de Projetos de Polícia Comunitária, oito são Oficiais de Ligação de Projetos de Polícia Comunitária e dois trabalham em projetos sociais da Corporação.

Quanto aos Praças respondentes, são em número de 50, os quais se encontram distribuídos em projetos de polícia comunitária e social da Polícia Militar.

### 4.3 CONCEPÇÕES SOBRE A POLÍCIA MILITAR

Para este estudo será adotado o termo “concepção”, pois há a dificuldade do estudo das representações, pois, de acordo com DELVAL (2001, p. 50) “são muito escorregadias, não podem ser estudadas diretamente, e com frequência não são formuladas de uma maneira explícita, motivo pelo qual os sujeitos não são conscientes delas, e muitas vezes, vão detalhando-as quando precisam resolver um problema ou encontrar uma explicação.”

Assim, torna-se mais seguro, de acordo com o autor limitar-se a descrever as “concepções” sobre uma determinada parcela da realidade, sem tentar encontrar mecanismos comuns nelas (2001, p. 50), sendo então a razão por que foi escolhido este método para a pesquisa com esses policiais-militares.

#### 4.3.1 Como Você Concebe a Polícia Militar

Esse primeiro questionamento tem como finalidade saber como os policiais-militares envolvidos em suas atividades observam os programas existentes na Polícia Militar.

Desta forma, apontaram os seguintes itens contidos no questionário:

TABELA 3 – CONCEPÇÃO DOS POLICIAIS-MILITARES SOBRE OS PROGRAMAS DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

CONCEPÇÃO	PERCENTUAL
Polícia que desenvolve programas de governo planejados para a resolução de problemas sociais	51,92
Polícia que desenvolve programas institucionais (da própria PMPR) planejados para a resolução de problemas sociais	34,61
Polícia que apresenta apenas programas de governo descolados dos problemas sociais	7,69
Polícia de cunho repressivo e sem uma identidade com as questões sociais	3,84
Não tenho opinião formada sobre o assunto	1,92

A maioria dos policiais-militares tem consciência de que os programas desenvolvidos pela Polícia Militar possuem a finalidade de auxiliar na resolução de problemas sociais. Esse entendimento é fruto da consciência de que os problemas nas comunidades são produzidos pela ação direta de causas primárias, que são provenientes das necessidades sociais básicas e elementares dos indivíduos sociais.

Um percentual de 34,61% acredita que esses programas estão restritos à Corporação, ou seja, como ações Institucionais e estanques aos planejamento sem o olhar social para os sujeitos que são os beneficiários dos serviços da Corporação.

Somados, 11,53% ou acreditam que os programas processados nas comunidades são atos governamentais descolados da necessidade da população ou sem conformidade com as questões sociais existentes.

#### 4.3.2 Como Você Entende o Trabalho de Polícia Comunitária ou Social

Nessa etapa, serão auferidas as concepções sobre a responsabilidade dos trabalhos de polícia comunitária e social da PMPR, de acordo com o apontado:

A maior parte dos policiais-militares acredita no processo de compartilhamento de responsabilidade.

TABELA 4 – CONCEPÇÃO DOS POLICIAIS-MILITARES SOBRE A RESPONSABILIDADE DOS PROGRAMAS NA CORPORACÃO

CONCEPÇÃO	PERCENTUAL
Algo de responsabilidade da PMPR e de outros setores sociais e do Estado;	95,83
Algo de responsabilidade da PMPR apenas	4,16
Algo que não é de responsabilidade da PMPR	0,00
Não tenho opinião formada sobre o assunto	0,00

Nesse sentido, há o princípio básico que aproxima essas novas formas de articulação como a parceria (SANTOS, 1998), no qual as entidades envolvidas atuam em rede, tendo como foco um problema específico. Entende-se por parceria a relação estabelecida, considerando-se a igualdade de valores das especificidades e das diferenças de cada componente, aspectos que contribuem para a consecução dos objetivos comuns.

Isso corresponde ao entendimento sobre “rede”, que compreende no entrelaçamento de relações entre indivíduos (identificáveis e identificados nas instituições e nos grupos), inexistindo hierarquia, mas havendo igualdade e complementaridade. Trata-se, portanto, de relações pessoais e institucionais com caráter determinado, rompendo-se as concepções mecânicas de interações rígidas e hierárquicas, possibilitando uma melhor resposta para os problemas.

#### 4.3.3 O Trabalho no Campo de Polícia Comunitária, Educativa ou Social na PMPR

Possibilita:

Serão analisadas as concepções que os policiais-militares possuem sobre alterações comportamentais observadas por estes atores por ocasião da realização das atividades nas comunidades. Importante ressaltar que todos os policiais-militares pesquisados, assinalaram as opções contidas no questionário.

TABELA 5 – MUDANÇAS PRODUZIDAS NAS COMUNIDADES PELA INCLUSÃO DE PROJETOS DE POLÍCIA COMUNITÁRIA E AÇÕES SOCIAIS DA PMPR

CONCEPÇÃO	PERCENTUAL
Conscientização	22,55
Mudança de hábito	21,57
Responsabilidade social	19,60
Desenvolvimento	18,62
Mudança social	17,84

Da análise dos questionários, apenas três policiais-militares assinalaram a opção “caso queira justificar”, dos quais foram captadas as falas:

(1) *“Percebi mudanças para com a responsabilidade das crianças, uma melhora em seu futuro, e conseqüentemente para toda a sociedade.” (cinco anos no PROERD – pós-graduação).*

Observa-se que o instrutor do PROERD percebe mudanças significativas nos alunos, no âmbito comportamental com a tomada de consciência de sua responsabilidade como futuro cidadão.

Nas observações realizadas em sala de aula, por vezes foi possível constatar que alunos testemunham nos momentos proporcionados pelas atividades contidas em cada lição, acerca da mudança comportamental que os próprios pais ou responsáveis pelos alunos têm em decorrência dos conhecimentos compartilhados por estes em seus lares. Essas mudanças trazem consigo desenvolvimento no modo de pensar desses alunos e até mesmo a família, que passam agora, a se envolver em projetos de valorização à vida.

Muitas são as situações descritas por alunos, através de um recurso utilizado em sala de aula durante as aulas do Programa, denominado de “caixinha de perguntas” onde o educador do PROERD realiza a leitura, de forma aleatória, de até três perguntas, que podem versar sobre qualquer assunto.

Em muitas ocasiões são sorteadas perguntas que denunciam situações de maus tratos à família, casos de dependência química com familiares, abuso sexual dos próprios alunos, tráfico de drogas promovido pelo pai ou algum parentes, dentre outros.

(2) *“Desgaste e desmotivação da tropa.” (dez anos na PMPR e dois anos no Projeto POVO –graduação).*

(3) *“É importantíssimo, contudo usar o mesmo efetivo existente para resolver todos os problemas sociais, fechar todas as lacunas sociais é demagogia. Falta investimento humano e de recursos .” (onze de anos no PMPR e um ano e meio no Projeto POVO – graduação).*

A idéia de desmotivação não é de exclusividade desse profissional, isso ocorre por causas multifatoriais. Percebe-se nas declarações, além da desmotivação, a necessidade requerida de maior investimento nas ações através da contratação de policiais-militares para recompletar o quadro do efetivo que se encontra defasado em função da permanente evasão desses profissionais (reserva remunerada, solicitação de baixa, e outros)

A proposta do policiamento comunitário, entretanto, é a do auxílio ao desenvolvimento social por intermédio de ação integrada entre a Polícia Militar e a sociedade. Porém, conforme descrito nas inserções, podem ocorrer sobrecarga de trabalho, na medida em que a Corporação alcançar outros meios de trabalho sem que haja uma previsão da expansão do efetivo e qualificação adequada e permanente. Também e, possivelmente, tal sentimento esteja diretamente aliado ao modo de tratamento do corpo dirigente com os executores das tarefas de policiamento comunitário e das ações sociais na PMPR, no sentido da valorização e busca de novas perspectivas de recursos para o adequado desempenho do trabalho.

#### 4.3.4 Como Você Caracteriza a Instituição Polícia-Militar do Paraná

Buscou-se questionar nessa etapa como os policiais-militares caracterizam a Instituição Polícia Militar do Paraná, no que se refere à aplicação/implantação da atividade de polícia comunitária ou social.

TABELA 6 – CARACTERIZAÇÃO PELOS POLICIAIS-MILITARES DOS PROGRAMAS E AÇÕES SOCIAIS DA PMPR

CONCEPÇÃO	PERCENTUAL
Uma organização que se encontra em processo de abertura para o campo social	68,08
Uma organização que mantém suas portas abertas para a sociedade	27,65
Que mantém suas portas fechadas para a sociedade	2,12
Não tenho opinião formada sobre o assunto.	2,12

A maioria dos policiais-militares acredita que a Corporação encontra-se ainda em processo de abertura e inserção social, entretanto, a parcela de 27,65% acredita que a Polícia Militar já se encontra inserida nas comunidades e a proporcionar respostas às demandas existentes.

(1) *“É um trabalho a longo prazo, a sociedade não está acostumada em ver um pm conversar com a população.” (dez de anos no PMPR e dois anos na PEC – graduação).*

De acordo com PEDROSO FILHO (1995. P. 117)

O Policial comprometido com a comunidade da área vai ter na segurança um papel semelhante ao do Pronto-socorro no setor da Saúde. As pessoas querem ser atendidas, entretanto, poucos são os casos que demandam um encaminhamento ao Hospital. No policiamento, a maioria dos casos, devem ser resolvidos na base, não exigindo encaminhamentos aos distritos policiais e a Justiça. Muitos casos são resolvidos com simples orientação. Esse contexto faz aumentar a credibilidade na organização, aliviando a sobrecarga de custos desnecessários com os deslocamentos de veículos policiais, o morador tem a certeza de encontrar um policial amigo, conhecido e confiável.

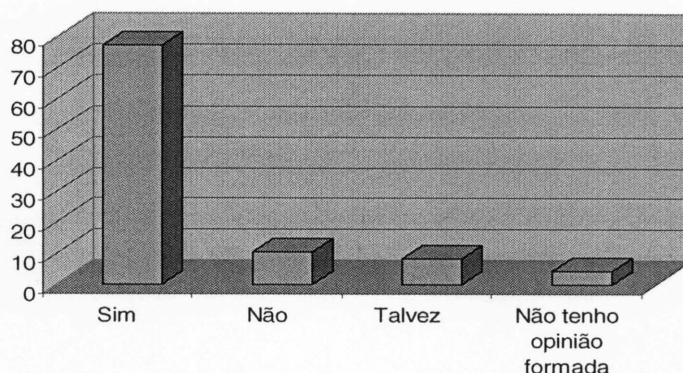
Isso caracteriza um novo modo de pensar e fazer polícia, de acordo com o princípio básico dessa concepção, em que a comunidade auxilia a Polícia Militar nas ações de segurança pública. Para tanto, ocorre a necessidade de policiais-militares bem preparados, o que alcança a preocupação do profissional, supracitada.

#### 4.3.5 A PMPR Deveria Investir em Outra Área Ainda não Alcançada pela Atividade de Polícia Comunitária, Educativa ou Social

Essa questão tem como finalidade saber como os policiais-militares, uma vez envolvidos em suas atividades de polícia comunitária e em ações sociais, observam a possibilidade e o potencial da Corporação com o foco nas demandas existentes, para a extensão dos programas voltados para o social.



FIGURA 15 – CONCEPÇÕES SOBRE OUTROS INVESTIMENTOS SOCIAIS AINDA NÃO ALCANÇADOS PELA PMPR



Nessa análise, percebe-se que 77,08% dos policiais-militares acreditam que a Corporação deveria investir mais em outras áreas de domínio comunitário. Eles têm a clara percepção de que os problemas sociais, antes de serem transformados em demandas de repressão policial, devem ter uma relação com a ação de polícia preventiva, comunitária, e não apenas de controle (contenção) ou repressiva.

Alguns apontamentos foram inseridos pelos policiais-militares:

- (1) Área voltada para a terceira idade (policial-militar com 12 anos de PMPR);
- (2) Deve fazer direito o que já é feito (policial-militar com 8 anos de PMPR e um ano e meio de PEC);
- (3) Investir mais nas já existentes (policial-militar com 7 anos de PMPR e dois anos e meio de PEC);
- (4) Desde que voltada para sua missão, em conformidade com a Constituição Federal (policial-militar com 11 anos de PMPR e dois anos de Projeto POVO).

Observa-se a preocupação dos policiais-militares, no que se refere às falas 2,3 e 4, em que se referem a manter o que já é realizado, mas com qualidade para a melhoria contínua dos resultados, e a possibilidade de implementação dos serviços comunitários realizados pela PMPR, mas com previsão legal. A última declaração se refere a não desvinculação do foco constitucional previsto para as Polícias Militares, tal como a prevenção realizada por setores da Corporação que devem ter a intervenção no âmbito da segurança pública e não focada nos setores de educação ou saúde, pois poderia causar o desvio de finalidade institucional, frente às necessidades comunitárias.

#### 4.3.6 Você Tem Conhecimento do que é Trabalho em Rede

Os policiais-militares apontaram apenas se sabem o que é trabalho em rede e como se procede a sua articulação social.

TABELA 7 – CONHECIMENTO SOBRE TRABALHO EM REDE

CONCEPÇÃO	PERCENTUAL
Sim	60,41
Não	29,16
Talvez	6,25
Não tenho opinião formada sobre o assunto.	4,16

De acordo com as análises acerca de redes sociais de DAVID (1982, p. 82), o qual diz que

*Los estudios sobre organizaciones en la perspectiva de las redes sociales han sido muy abundantes: clases escolares y escuelas, despachos, bandas o grupos, clubs sociales, laboratorios u otros lugares de trabajo. Los individuos son tratados como nodos. La ventaja es que se ofrecen límites claros dada la posibilidad de enumerar de individuos. También se han dado estudios de organizaciones de más embergadura: liderazgos de élites de comunidades; redes en la economía nacional; redes de científicos en una disciplina profesional; relaciones internacionales. Dentro del marco organizacional y/o institucional las redes han tratado las relaciones de poder y autoridad sobre todo en organizaciones complejas formales p.e. redes que indican derechos y obligaciones de actores. En este sentido hay que señalar también las redes entre empresas a partir de la presencia en consejos de administración.*

O autor se refere às redes sociais como estudos realizados nas organizações já há bastante tempo. Com o atual avanço social, não se admite mais que certas atividades organizacionais trabalhem de maneira isolada ou estanque, por isso, o não-conhecimento da possibilidade de parceria ou o trabalho articulado e em rede transformaria qualquer atividade administrativa ou de gestão em uma ação organizacional inadequada.

#### 4.3.7 O Trabalho Desenvolvido em Rede Pode Proporcionar a Melhora no Resultado no Campo da Polícia Comunitária, Educativa ou Social

Essa pergunta remete ao pensamento sobre os resultados que se pode auferir com o trabalho em rede.

TABELA 8 – CONCEPÇÃO SOBRE A MELHORA QUE O TRABALHO EM REDE PODE PROPORCIONAR NAS ATIVIDADES DE POLÍCIA MILITAR

CONCEPÇÃO	PERCENTUAL
Sim	59,57
Não tenho opinião formada sobre o assunto.	31,91
Talvez	6,38
Não	2,12

A teoria de redes nos aponta que todo ator social que participa de um sistema social e que está imbricado com outros atores que são pontos de referência significativa nas decisões mútuas. As relações que os atores mantêm com os outros, podem afetar as ações, percepções e comportamentos do sistema.

Isso caracteriza o que o resultado contido na Tabela 10, a melhora no resultado dos trabalhos, uma vez articulado em rede, é certo. Tanto a articulação das ações existentes na Corporação, como os Projetos e Programas interligados no sistema de redes sociais, com outros subsistemas, proporcionarão o que a teoria aponta.

A descrição apontada por RITZERT (1992, p.122), do modelo atomista descontextualizado pode reforçar o descrito:

*El actor o agente, la unidad de análisis, es descrito o diseñado en una perspectiva individualista o bien tomando decisiones de acción o emitiendo opiniones independientemente de los otros, o bien realizando una acción intencional basada en cálculos racionales de maximación de utilidades, o bien como sujeto de motivaciones predeterminadas por causas antecedentes constrictivas y asumidas que explican las acciones individuales. En general no se consideran los contextos sociales en los que el actor social está implicado o inmerso o simplemente se le descontextualiza. En los análisis individualistas raramente interacción del individuo con la estructura social es vista como foco explícito de investigación.*

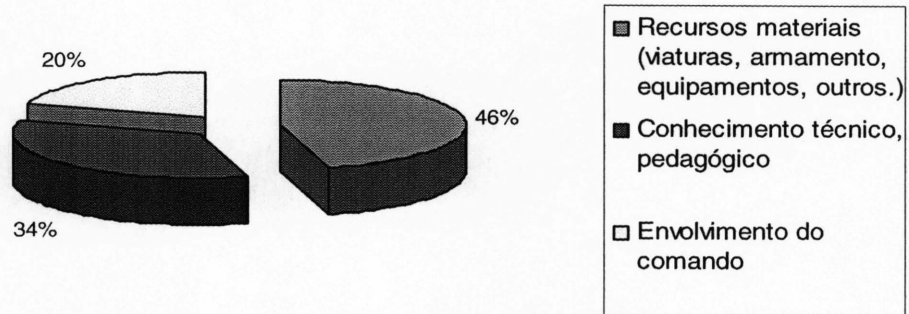
Percebe-se o percentual de 31,91% dos policiais-militares que não acreditam que o trabalho em rede pode trazer resultados positivos. Dos Oficiais respondentes, 84,2% acreditam que a ação de integração em redes pode surtir efeitos positivos.

#### 4.4 O AMBIENTE SOCIAL

##### 4.4.1 O Que o Policial-Militar Observa que Falta no Ambiente para o Trabalho

Nessa etapa são apontados pelos policiais-militares alguns aspectos de ordem material ou relacional que acreditam faltar para o adequado desenvolvimento de seu ofício.

FIGURA 16 – O QUE FALTA NO AMBIENTE DE TRABALHO PARA O ADEQUADO DESEMPENHO DA ATIVIDADE



No espaço destinado “caso queira justificar”, foram registradas 12 inserções que fazem menção à necessidade de formação continuada para os policiais-militares que participam, especificamente, dos trabalhos da Patrulha Escolar Comunitária, Projeto Povo e PROERD. As solicitações permeiam desde a melhora na formação inicial para o desempenho da atividade, aí citados PEC e Projeto POVO e as atualizações permanentes para as três ações de Polícia Comunitária citadas.

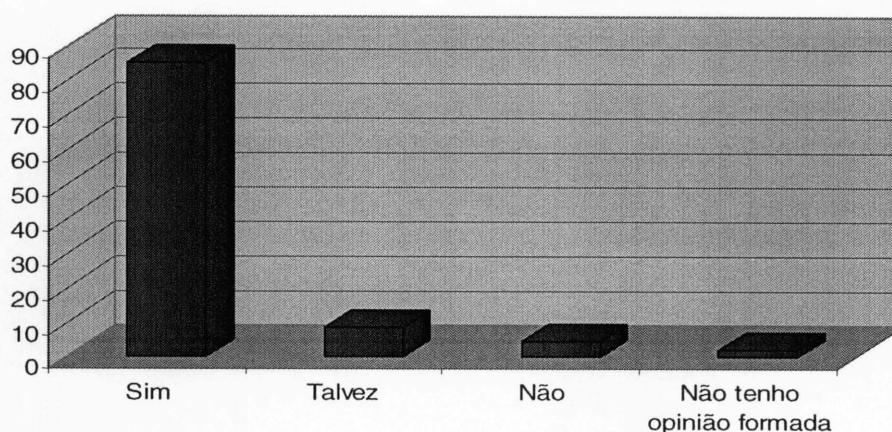
O maior percentual de solicitações recursos está na distribuição coerente de viaturas para os policiais-militares que atuam no PROERD, que desempenha seu trabalho nas escolas pública do Estado e dos municípios, bem como em escolas particulares e sem realizar a aceção de comunidade escolar.

#### 4.4.2 Se o Trabalho no Campo de Polícia Comunitária, Educativa ou Social, Desenvolvido na Comunidade, Cria Espaço de Mudança Significativa

Nessa etapa, os policiais-militares apontaram suas percepções se ocorre mudança ou não nos vários ambientes da comunidade, onde os trabalhos de polícia comunitária e de ação social são aplicados.

Observa-se que a maioria dos policiais-militares, ou seja, 85,10%, acreditam que ocorre a mudança significativa no trabalho comunitário, caracterizado pelo processo de mudança significativa.

FIGURA 17 – O TRABALHO NO CAMPO DE POLÍCIA COMUNITÁRIA E SOCIAL NA PMPR E A CRIAÇÃO DE ESPAÇO DE MUDANÇA SIGNIFICATIVO



(1) *“Cria espaço de mudança, mas não significativo, pois após o fim do Programa, os instrutores perdem todos os vínculos com os alunos.”* (quatro anos no PROERD – pós-graduação).

(2) *“O Programa nas escolas precisa de continuidade.”* (dois anos no PROERD – nível médio).

As frases dos policiais-militares que atuam no PROERD aqui citadas (1 e 2), apontam que há a necessidade de continuidade do Programa, em algum nível escolar após a aplicação deste. O ambiente ideal na aplicação de um programa de prevenção, em se tratando de temporalidade, é que tenha continuidade e renovação permanente dos conhecimentos, dentre outros fatores.

O instrutor na primeira frase acredita que os espaços de mudança não são significativos, pois há a perda de vínculo com o aluno após o término das aulas do Programa. Devemos observar que em qualquer processo educativo, em algum momento os docentes e discentes perderão contato pessoal. O que torna significativa a relação educativa é a qualidade da relação estabelecida entre o professor (educador), a qualidade da transposição didática e do conteúdo e outros fatores secundários.

(3) *“Desde que a comunidade insira a discussão em outras áreas e envolvam a família no processo.”* (Policial-militar da PEC com cinco anos na PMPR – nível médio).

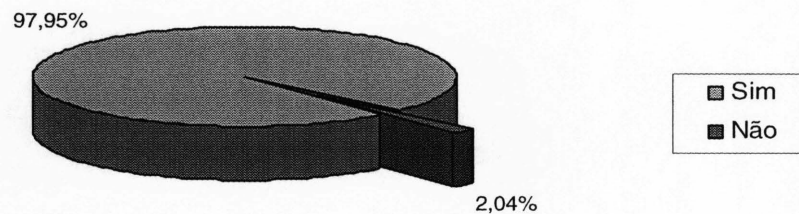
Para qualquer trabalho no campo da prevenção, seja primária, secundária ou terciária, há a necessidade de que as partes envolvidas, e no caso do PROERD, a família trabalhe junto com os instrutores do PROERD inseridos na escola.

#### 4.5 FORMAÇÃO E IDENTIDADE DO PROFISSIONAL

##### 4.5.1 Concepção do Policial-Militar sobre Sua Formação para o Desempenho da Atividade

Os policiais-militares, quase totalidade, 97,95%, apontaram que a formação é importante para o desempenho de sua atividade.

FIGURA 18 – A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO PARA O TRABALHO DO POLICIAL-MILITAR



(1) *“Quando me formei instrutor eu estava cursando o segundo ano de pedagogia, sendo que o curso contribuiu para desenvolver a prática em sala de aula.” (quatro anos no PROERD – curso superior completo).*

(2) *“Faço faculdade de geografia e tenho muita facilidade com crianças.” (dois anos e meio na PEC – curso superior incompleto).*

Os policiais-militares, ainda, apontaram em suas declarações que, como a PMPR não proporciona o investimento em educação formal, para formação continuada, pode ser observado que esses profissionais buscam fora da Corporação

esses recursos para alçar seus objetivos pessoais e contribuir, conseqüentemente, em seu labor diário.

Fica claro, então, conforme apontado nas frases 1 e 2 que o conhecimento adquirido por esses policiais-militares, não contém somente o saber-fazer, mas também o saber-pedagógico, que contribui para os esquemas práticos e que inclui conhecimentos teóricos e conceituais, construídos por esses profissionais quando ingressam nos cursos de formação citados.

Percebe-se também uma “componente de autonomia” na aprendizagem desses profissionais, que possibilita a esses sujeitos adultos adquirirem novas idéias, competências, atitudes devido ao fato de terem consciência na responsabilidade da sua aprendizagem para a ação docente. A educação autônoma é um dos conceitos básicos da educação de adultos. Alguns autores defendem a necessidade de desenvolver a capacidade de inteligência crítica, de pensamento independente e de análise reflexiva.

A prática na ação auto-educativa desses profissionais, de acordo com as declarações selecionadas, contribuiu significativamente para seu trabalho. Isso contribui para o desenvolvimento de habilidades, tanto de condutas como cognitivas, sendo que nessas incluem capacidades de avaliação, resolução de conflitos, análise do contexto, e outras.

As diversas caracterizações desenham um perfil de profissional que deseja ser flexível e aberto às mudanças, capaz de analisar a sua ação, auto-crítico e com a ampliação do domínio de competências cognitivas e relacionais.

#### 4.5.2 Como os Policiais Militares de Outras Atividades o Vêm

Será tratada nessa etapa a identidade do policial-militar. Como esse profissional é percebido por seus companheiros que desenvolvem outras atividades na Corporação.

TABELA 9 – COMO OS OUTROS POLICIAIS-MILITARES VÊEM OS PROFISSIONAIS QUE TRABALHAM COM POLÍCIA COMUNITÁRIA E SOCIAL NA PMPR

CONCEPÇÃO	PERCENTUAL
Um profissional respeitado por desempenhar sua função (independente de qual área de trabalho)	59,57
Um agente de mudança no meio em que trabalha	21,27
PoliciaI militar menos preparado, pois não trabalho como policiaI repressivo	10,64
Não tenho opinião formada sobre o assunto	8,51

Tal análise serve para medir a percepção de seu grau de importância social diante dos olhares dos atores que participam da Corporação.

Assim, pode-se perceber que, de acordo com a Tabela 11, 80,84% sentem-se respeitados e na condição de agentes de mudança social. Os outros 10,64% preocupam-se com a relação policiaI-militar preventivo ou repressivo, sem fazer menção na importância de seu trabalho na comunidade.



## 5 CONCLUSÃO

O tema proposto para o desenvolvimento da investigação, encerra a problemática observada no decorrer do processo histórico desta pesquisadora, desde a formação até os dias atuais.

Assim, buscou-se responder nessa pesquisa como melhorar a relação e entrosamento dos projetos e programas que a Polícia Militar do Paraná possui frente às demandas sociais crescentes, com o apontamento de possíveis caminhos que se para alcançarem-se resultados mais eficazes na prática dessas ações.

Conforme já explicitado, a Polícia Militar do Paraná possui um forte aparato que proporciona condições de desenvolvimento para a implantação, implementação e manutenção de projetos e programas comunitários e sociais.

A pesquisa objetivou, então, analisar alguns projetos e programas existentes, que trouxeram consigo seu dilemas de integração na Corporação e no meio social.

Para a elaboração deste trabalho, foi necessária a construção de um marco teórico que, após a busca de vários autores foi tomado por base as teorias de Marx e Piaget, por julgar que esses dois teóricos melhor justificam a hipótese de que os sujeitos envolvidos nos trabalhos nas áreas de polícia comunitária, educação preventiva e atividades sociais na Corporação, são sujeitos epistêmicos.

Os autores trazem a relação entre o sujeito e o objeto, sendo que o primeiro é o agente transformador, construtor de sua existência, sujeito epistemológico, na medida em que percebem as concepções da sociedade em suas necessidades de suporte social.

Para termos a certeza de que esses autores traduzem bem esses postulados da produção social, as teorias de ambos são correspondentes do ponto de vista científico e homólogo enquanto teoria social e psicológica.

Tal inserção comprova que os sujeitos possuem condutas que os destinam a serem agentes sociais, nesse sentido, os autores indicam em suas teorias duas espécies de interação: sujeito-objeto e sujeito-sujeito. Esta formulação equaciona a análise dos processos sociais de forma convergente com Marx, que afirma as relações, compreendidas também como ação, indivíduo-natureza e indivíduo-

indivíduo, ambas mediadas pelo modo de produção, como básicas do desenvolvimento histórico.

Assim, entende-se que esta é a relação que deve ser construída na análise das configurações dos ambientes organizacionais.

O conceito marxista de modo de produção oferece instrumentos importantes para análise da vida social contemporânea.

Como a ação dos indivíduos tem uma relação direta nas suas representações, como sujeitos pouco estimulados ainda no processo formativo e, também na sua atividade laboral, terão necessariamente, dificuldades no desempenho das tarefas sociais, fato comprovado na pesquisa realizada com policiais-militares. Assim, não só as representações sociais, simbólicas e racionais retroagem sobre a ação, definidas em seu caráter implicativo, mas nas estruturas sociais há implicações emergentes. De acordo com os autores, isso é o que proporciona uma produção social de qualidade.

Os autores usam o conceito de tecnologia que tem o sentido de meio de produção, ou seja, instrumentos de trabalho que, na contemporaneidade, objetiva a racionalidade científica e social.

Quando o autor fala de racionalidade, ele se refere ao raciocínio formal, que é característico das pessoas adultas, como qualidade do pensar com qualidade nos resultados e também no sentido da utilização inteligente dos recursos simbólicos e materiais de cada indivíduo.

Isso remete mais uma vez à qualidade de formação que é destinada aos policiais-militares pertencentes à Organização, e isso tem reflexo direto no repensar a formulação de currículo.

A tecnologia tem uma diretividade com instrumentos, que é uma composição passível de uma demarcação no tempo/espço de sua ocorrência. Se pensar em educação como instrumento emancipatório e desenvolvimentista na Corporação, será necessário reconceptualizar o ensino praticado nos Centros de formação da PMPR.

Assim, as análises levam às considerações sobre os processos de produção social, conhecimento e tecnologia e que, a compreensão de que as atividades dos indivíduos em suas interações com os objetos e outros indivíduos não ocorrem num

ambiente social nulo e de apropriação de uma tecnologia neutra, mas pelas interações, que se desenvolvem em espaços estruturados.

Piaget traz que a gênese do conhecimento em torno das interações sociais deve ser realizada pelo caminho da cooperação, isto é, operações efetuadas em comum entre vários indivíduos.

Esse estudo serve para apontar que em qualquer meio social, a cooperação deve ser absoluta, integral. A cooperação não é apenas concreta, também é formal, isto é não ocorre apenas no plano da ação, mas também no da consciência. O conceito de interação em Piaget é uma superação do senso comum, pois interação é uma síntese, num patamar superior, que agrega as teorias das estruturas inatas no sujeito e as teorias que vêem o conhecimento como resultante das interações com o meio ambiente, ou seja, na relação entre o policial-militar e a comunidade.

Ainda nesse estudo, foram realizadas algumas reflexões sobre a maneira atual do pensamento organizacional, sua prática cotidiana e relacional através das teorias pós-críticas da identidade, diferença, relações de poder e as formas de superação desses aspectos intrínsecos à cultura vigente.

Observou-se que existe a perspectiva de diferentes grupos (culturais) na Corporação com a segregação que parte através das diferentes concepções de mundo. Essas noções deixam intactas as relações de poder que se encontram na base da produção da diferença.

O Erving GOFFMAN (2005), psicólogo-social, cita ainda que essa modalidade de instituição apresenta tendências de fechamento, que chama de instituição total, e que caracteristicamente, são locais onde ocorrem atividades de determinado tipo, como serviços de corrente contínua e, com um conjunto menos mutável de participantes, que é o caso da Polícia Militar.

Mais uma vez, o caminho sugerido para a superação desses princípios deve passar pelo currículo multiculturalista baseado nas idéias de tolerância, respeito e convivência harmoniosa entre as diferenças na Organização.

SILVA (2001) percorre esse caminho e aponta que as diferenças estão sendo produzidas e reproduzidas, o que se deve focalizar são precisamente as relações de poder que presidem sua produção. A perspectiva pós-estruturalista aponta para a desconstrução dos inúmeros binarismos de que é feito o conhecimento Institucional e, que constitui o currículo de formação, como a questão de gênero

masculino/feminino, gordo/magro, branco/negro, policial-militar preventivo/repressivo, educador/repressor, comunitário/de rádio-patrolha, dentre outros.

A criminalidade na sociedade brasileira tem produzido diversos efeitos negativos para o país. Os seus impactos transcendem as vítimas diretas, gerando gigantescas perdas econômicas e sociais.

A violência urbana tem causado perdas intangíveis decorrentes das profundas mudanças na qualidade e no estilo de vida dos brasileiros, sobretudo dos moradores de médias e grandes cidades. Assim, a criminalidade violenta produz um conjunto de vítimas indiretas que encontram nas taxas criminais, em conversas e nos meios de comunicação bases para o cálculo subjetivo de probabilidades de vitimização.

De acordo com LIMA (2000), os cidadãos se transformam em cidadãos defensivos, que passam a evitar certos pontos da cidade, e são extremamente desconfiados de tudo e de todos.

A escola, como um microcosmo social, por exemplo, pode protagonizar ambiente propício e apresentar situações favoráveis ao uso de drogas, entre as quais, a falta de senso comunitário e condições pedagógicas que não atendam as dificuldades de aprendizagem, propiciando o insucesso escolar.

É nesse sentido que a Polícia Militar adotou a estratégia de Polícia Comunitária.

É importante reconhecer o potencial que a comunidade pode oferecer às Organizações responsáveis pela segurança pública na resolução de problemas que afetam diretamente a vida de ambos: comunidade e Polícia. A contribuição pode variar desde a identificação de problemas até o planejamento de uma ação para combater e solucionar os problemas de segurança pública, em seu sentido mais amplo.

Algumas considerações acerca do policiamento comunitário serão discutidas, como a perspectiva da Defesa Social, e não apenas da Segurança Pública. O primeiro conceito é mais abrangente do que o segundo que se limita a trabalhar repressivamente com a atribuição de punição. A defesa social prevê uma tomada de consciência acerca de necessidades sociais e éticas novas, em face das antigas estruturas e tradições obsoletas.

As últimas pesquisas sobre o policiamento comunitário prevêm a teoria do “Patrocínio Normativo” que defende que a maioria das pessoas tem boa vontade e irão cooperar com as outras para facilitar a construção de um consenso. A outra teoria é a “*Communnity Involvement Glencoe*”, cuja teoria coloca que para que uma comunidade desenvolva uma iniciativa, deverá refletir sobre os padrões básicos desta comunidade e a teoria “Social Crítica”, que responde como e por que as pessoas se juntam para corrigir e superar os obstáculos.

Todas as três teorias mantêm pontos comuns em sua episteme, que é o trabalho que a Polícia Militar deve realizar no âmbito da prevenção, e todo trabalho nesse sentido requer conhecimento pedagógico, pois trabalha com a lógica do conhecimento, conforme prevê DEMO (1991).

Essas teorias envolvem a análise crítica dos problemas da comunidade, a fim de que os policiais-comunitários e cidadãos possam ser esclarecidos, e depois dotados de poder e, finalmente emancipados para se tornarem completamente eficazes no trabalho conjunto de resolução de problemas.

As análises de policiamento comunitário, como ações voltadas para o desenvolvimento social, carecem de planejamento objetivado e com racionalidade crítica. Assim são apresentadas algumas alternativas viáveis para a implantação do trabalho na PMPR:

- a) planejamento adequado do policiamento para enfatizar os serviços não emergenciais e para organizar e mobilizar a comunidade para participar da prevenção do crime;
- b) promoção de maior autonomia aos comandos de policiamento de área e suas subdivisões, no sentido de buscar maior relacionamento entre os problemas de segurança da sociedade com resultados eficazes;
- c) organizar o controle da criminalidade e as atividades de educação preventiva com enfoque nas necessidades comunitárias;
- d) inclusão da participação de pessoas civis no planejamento, execução, monitoramento e/ou avaliação das atividades de policiamento.
- e) envolvimento permanente do grupo dirigente da Polícia Militar, em trabalho multidisciplinar, para as ações de polícia de controle (contenção) e de educação preventiva, através de planejamento permanente, que proporcionará a efetiva diminuição do crime;

f) criação de mecanismos de motivação permanente para os policiais-militares envolvidos com o policiamento comunitário;

g) busca de apoio da comunidade, do governo e da mídia para consecução dos trabalhos, realizados através de um planejamento de gestão de relacionamento e de marketing.

Todas essas sugestões sobre o pensar polícia comunitária deve superar a cultura tradicional em que a Polícia Militar encontra-se imbricada, a limitação de recursos que a polícia dispõe para se dedicar ao atendimento à população, pela falta de projetos adequados à sua necessidade e, voltados para o futuro.

Pode-se citar, ainda, a centralização da autoridade que pode gerar a falta de capacidade da direção, monitoramento e avaliação do trabalho das Unidades e dos setores de planejamento.

Observa-se no Paraná, que há o risco de que o policiamento comunitário se torne mais uma atividade especializada, um rótulo na Organização, atribuída a unidades e a profissionais especializados, pouco integrados às unidades responsáveis pelo patrulhamento, atendimento a ocorrências apenas.

Ou ainda, que as unidades policiais, quando passam a ter a responsabilidade de fazer o policiamento comunitário, dão menos valor às atividades de policiamento comunitário do que às atividades tradicionais de polícia. Essas duas preocupações foram apontadas na pesquisa realizada com os policiais-militares que desempenham as atividades de polícia comunitária e as ações sociais na Corporação.

A PMPR tem sua missão estabelecida através da Diretriz Geral de Planejamento e Emprego da PMPR (DIRETRIZ N.º 004/2000 - PM/3), a qual diz que a "...Polícia Militar assume papel de relevância na preservação da ordem pública, prevenindo ou inibindo atos anti-sociais, atuando repressivamente na restauração da ordem pública, adotando medidas de proteção e socorro comunitários ou atuando em apoio aos órgãos da administração pública no exercício do poder de polícia que lhe couber."

Assim, uma das concepções de policiamento ostensivo empregado na PMPR, é o "Policiamento Comunitário", materializado na forma do "policiamento ostensivo geral".

Os conceitos de policiamento comunitário adotado na PMPR concebem como princípio o policiamento ostensivo e “entendido como a conjugação” de todas as forças vivas da comunidade, sob a coordenação de policiais especialmente designados, no sentido de preservar a segurança pública, prevenindo e inibindo os delitos ou adotando as providências para a repressão imediata.

É sabido e discutido entre os principais teóricos sociais, que a educação preventiva é a mais eficaz para a erradicação dos problemas nas comunidades, conforme já citado por autores neste trabalho.

Como já discutido, a previsão da “filosofia”, que deve ser mudada para “concepção”, de polícia comunitária na Corporação compreende apenas os projetos PEC e POVO, que transitam na repressão e controle social.

Se o princípio fundamental de Polícia Comunitária é a prevenção à criminalidade, e o seu auge está cristalizado no trabalho de ação de educação preventiva, o PROERD, então, alcança esse outro conceito, que é antecipar através da educação os males sociais que são os geradores das demandas em segurança pública.

O Programa possui policiais-militares devidamente qualificados para trabalhar prevenção às drogas e à violência em escolas públicas e privadas, com o número de dez visitas por Curso do PROERD ministrado, que são realizadas, pelo menos, em 18 turmas a cada trimestre por policial-militar.

Como se pode observar na Figura 4, a PEC possui uma frota de viaturas que supriria a demanda de deslocamento dos policiais-militares que atuam no PROERD e, que proporcionaria maior agilidade de deslocamento e cumprimento do cronograma de trabalho, além do policiamento conjugado que será realizado.

De acordo com um planejamento estratégico adequado, o número de escolas poderá ser aumentado em até dois terços do atendimento por turno de serviço dos policiais-militares que trabalham na PEC, trabalho esse que seria realizado com os próprios policiais-militares que atuam no PROERD.

Melhor resultado poderá ser alcançado por intermédio de capacitação conjugada para o desenvolvimento da atividade de patrulha escolar e, os policiais-militares da PEC que possuem perfil para atuarem como Instrutores do PROERD, também poderão passar por processo de formação.

Essa concepção tem por base a crença de que os problemas sociais terão soluções cada vez mais efetivas, à medida que haja a participação da população na sua identificação, análise e discussão a partir de problemas comuns.

Outro aspecto importante da pesquisa, foi verificar que os policiais-militares que responderam ao questionário semi-estruturado pensam sobre a situação das ações sociais da Corporação. Observou-se a maioria deles apontaram, no item “caso queira justificar”, que os dirigentes oferecem pouco apoio no que se refere à qualidade de vida do policial-militar,

Ainda nessa síntese integrativa das ações, buscaram-se referenciais teóricos sobre a teoria de redes e sobre redes sociais, e verificou-se que a estrutura deve-se comportar como um sistema de elos, uma estrutura sem fronteiras, uma comunidade não geográfica, um sistema de apoio ou um sistema físico que se comporte como uma árvore ou uma rede.

O trabalho em rede é uma forma de organização humana presente em nossa vida cotidiana e nos diferentes níveis de estrutura das instituições modernas. Desta forma, toma-se conta que a polícia social não se apresenta neutra e não se faz somente com saberes e práticas técnicas, ainda que necessite destes para constituir-se como um trabalho social em dada sociedade, reconhecido por ela e intervindo nela.

A inserção da teoria de redes se deu em função da necessidade de se discutir a integração das ações no interior da Polícia Militar, tanto de Polícia Comunitária quanto os das ações sociais na Corporação, como a necessária criação de alternativas viáveis de integração do PROERD e da PEC e da estruturação do “Núcleo de Assuntos Comunitários e de Relações Interinstitucionais da Polícia Militar do Paraná – NACRI/PMPR” (Apêndice).

Propõe-se tal órgão na Corporação para que tenha como atributos principais, a coordenação das ações de polícia comunitária, subdividida nos três grandes Programas que PMPR possui: o PROERD, Projeto Povo e a Patrulha Escolar Comunitária. As ações de cunho social serão divididas entre o Serviço de Assistência Social, Formando Cidadão, Resgate Social e o acompanhamento de projetos esparsos da PMPR.

Propõe-se, ainda, a ação de controle, integração e articulação entre as forças municipais de apoio à Polícia Militar e Corpo de Bombeiro, na mesma estrutura de



trabalho de polícia comunitária e a articulação das políticas entre a Polícia Militar e órgãos públicos e da iniciativa privada, que será denominada de “relações interinstitucionais”.

Importa ressaltar que em defesa de trabalhos sociais, antes de mais nada, o que importa são intervenções que achem seu espaço nas comunidades e produzam resultados positivos. Projetos ou programas, institucionais ou governamentais, quer repressivo, de controle ou educacional preventivo, devem ter o compromisso da ação integrativa na Organização, pois o compromisso é para com a comunidade e devem pautar na qualidade. A pesquisa científica deve ter seu espaço para dilacerar os paradigmas existenciais e para comprovar a necessidade de implementações, construções e desconstruções necessários ao atendimento das demandas das comunidades.

Como dizia João Cabral de Melo Neto, em sua obra “A lição de pintura”: “Quando nenhum está acabado, disse o pintor, se pode sem fim continuá-lo, primeiro ao além de outro quadro que, feito a partir de tal forma, tem na tela, oculta, uma porta que dá a um corredor, que leva a outra e a muitas outras”.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M. et al. **Violência nas escolas**. Brasília UNESCO, 2002.
- ALBUQUERQUE, C.F.L. **Escola de bravos: cotidiano e currículo numa Academia de Polícia Militar**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 1999.
- ALVES, R. **Caracterização dos adolescentes internados por álcool e outras drogas na cidade de Curitiba**. Dissertação de Mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2001.
- ANCEL, M. **Polícia e sociedade**. Rio de Janeiro: Revan, 1991.
- ANDERSON, D. S. **Novas tendências de formação de professores: aquisição de uma identidade profissional**. Paris: OCDE, 1983
- ALTVATER, E. **Os desafios da globalização e da crise ecológica para o discurso da democracia e dos direitos humanos**. In: SOUSA SANTOS, B.; CHESNAIS, F. *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- ANTON, A. **Uma política de educação física e desporto**. Monografia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1984.
- AQUINO, J. G. **A indisciplina e a escola atual**. In Revista da Faculdade de Educação, USP, São Paulo, v.24, n.2, p.181-204, jul./dez.1998.
- BANDURA, A. **Modificación de la conducta. Análisis de la agresividad e la delincuencia**. Mexico: Trillas, 1997.
- BAPTISTA, I. **Educador social – especialista de mãos vazias**. Artigo a página da educação. Universidade Portucalense. Porto. Em: [www.apagina.pt/arquivo](http://www.apagina.pt/arquivo), 2005.
- BARROS, M.B.A. **A utilização do conceito de classe social nos estudos dos perfis epidemiológicos: uma proposta**. Rev. Saúde pública. São Paulo, 2000.
- BAUDRILLARD, J. **Tela total: mitos e ironias da era do virtual e da imagem**. Porto Alegre: Sulina, 1996.
- BAYLEY, D.H.; SKOLNICK, J.H. **Nova Polícia: inovações nas polícias de seis cidades norte-americanas**. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da USP, 2001.
- BEATO, C. **Políticas públicas de segurança: equidade, eficiência e *countability***. Belo Horizonte: FAFICH, 1997.

BERGNER, M. **Health status as a measure of health promotion and disease prevention** In: Proceedings. Houston: Foxtrot, 1989.

BLAIR, S. **The aerobics longitudinal study**. Dallas, 1994 .

BOGDAN, R. e BIKLEN, S. K. **Qualitative research for education**. Boston: Allyn and Bacon, 1982.

BONDARUK, R. L.; SOUZA, C. A. **Polícia Comunitária: Polícia cidadã para um povo cidadão**. Curitiba: Associação da Vila Militar – Publicações Técnicas – 1. Ed., 2003.

BUCHER, R. **Drogas e drogadição no Brasil**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

CALDEIRA, T.P. do R. **Cidade de Muros**. São Paulo, Edusp, 2000.

CANAU, V.M.F. **Pluralismo cultural, cotidiano escolar e formação de professores**. In: CANAU, V.M.F. (Org.), **Magistério: Construção cotidiana**, Petrópolis: Vozes, 1997, p. 237-250.

CANEN, A.; MOREIRA, A.F.B. **Reflexões sobre o multiculturalismo na escola e na formação docente**. In: CANEN, A.; MOREIRA, A.F.B. (Orgs.), **Ênfases e omissões no currículo (2002)**. Campinas: Papirus, 2001.

CANO, I. **Letalidade da Ação Policial no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Iser, 1997.

CAPRA, Fritjof. **O Ponto de Mutação: a Ciência, a Sociedade e a Cultura emergente**. 22 ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

CARDIA, N. **A violência urbana na escola**. IN: GUIMARÃES, Eloisa; PAIVA, Elizabeth (Orgs). **Violência e vida escolar. Contemporaneidade e Educação: Revista semestral de Ciências Sociais e Educação**. Rio de Janeiro: IEC, 1997.

CARVALHO, D. C. B.; MIRANDA, D. A. C. **Legislação e políticas de segurança pública e a política nacional antidrogas**. In 1º Curso de Capacitação Sobre Redução da Oferta e da Demanda de Drogas. Brasília: SENAD/USP, 2004.

CASTRO, E. A. e orgs. **Educando para o pensar**. São Paulo: Pioneira, 2002.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CHAVIGNY, P. **Definindo o papel da polícia na América Latina**. In: PINHEIRO, P.S. et al. (Orgs.). **Democracia, violência e injustiça. O não Estado de Direito na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

COLONOMOS, A.I (org.) **Sociologie des réseaux transnationaux: communautés, entreprises et individu,; lien social et système international**. Paris: l'Harmattan, 1995.

CRUZ, A. R. **Educar para prevenir el abuso de las drogas**. Rio de Janeiro: Ed. Universidade de Santa Úrsula, 1991.

DANKHE, G. L. **Investigación y comunicación**. México: McGraw-Hill, 1976.

DEGENNE, A, FORSÉ, Mi. **Les réseaux sociaux: une analyse structurale en sociologie**. Paris : Armand Colin, 1994.

DELAFRANCE, B. **La violence à l'école**. Paris: Syros, 1998.

DELLASOPPA, E. **Violência, direitos civis e demografia no Brasil na década de 80: o caso da área metropolitana do Rio de Janeiro**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 14, n. 39, 1999.

DEMO, P. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. São Paulo: Cortez, 1991

DERRIDA. J. **Positions**. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

ECO. H. **Como de faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

Editora Revista dos Tribunais.

ELIAS, N. **O processo civilizador**. São Paulo: J. Zahar, 1999.

ERIKSON, E. H. **Infância e Sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

ESTRELA, M. T. **Relação Pedagógica, disciplina e indisciplina na aula**. Portugal: Porto Editora, 1997.

FELIX, S. A. **Geografia do crime: interdisciplinaridade e relevâncias**. Marília: Unesp Marília Publica, 2002.

FERNANDES, E. C. **Qualidade de vida no trabalho: a renovação das empresas para o desenvolvimento**. São Paulo: Zahar, 1993.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FINK, A. **How to sample in surveys**. Thousand Oaks: Sage, 1995.

FIORI, J. L. **Os moedeiros falsos**. Petrópolis: Vozes, 1997.

FOUCAULT. M. **Antioedipus: capitalism and schizophrenia**. Prefácio à edição em língua inglesa de Gilles Deleuze e Félix Guatarri. Nova York: Viking Press, 1977.

FRANCO, M. L. P. B. **O que é análise de conteúdo**. Cadernos de Psicologia da Educação. São Paulo: PUCSP, n. 7, p. 1-31, ago. 1986.

FREUD. S. **El malestar de la cultura**. Madrid: Biblioteca Nueva, 1973

FRIGOTTO, G. **Trabalho, educação e tecnologia: Treinamento polivalente ou formação politécnica?** In: SILVA, T. T. (org). *Trabalho, Educação e Prática Social*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

FURLAN, A. ***Problemas de Indisciplina en las escuelas de México: el silencio de la pedagogía.*** In: *Perspectivas: revista trimestral de educación comparada*, vol. XXVIII, nº 4. Mexico: 1998.

GALDUROZ, J. C.; NOTO, A. R. **IV Levantamento sobre o uso de drogas entre estudantes de 1º e 2º graus em 10 capitais brasileiras.** São Paulo: CEBRID, 1997.

GILVARY, E. ***Substance abuse in Young people.*** New York: Journal Child Psychological Psychiatric: 2000.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos.** São Paulo: Perspectiva, 2001.

GOLDMANN, L. ***Recherches dialectiques.*** Paris: Edition Gallimard, 1959.

GORZ, A. ***Los caminos del paraíso.*** Barcelona: Laia, 1983.

GRANJEIRO, L. H. F. **A academia vai à academia.** Uma experiência de formação para policiais. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HARRISTON, K. **Trabalho na “Zona de Combate” faz vítimas na polícia.** Revista UFES, nº 2, 3ª ed. Vitória, 1993.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

HOLANDA. A. B. **Dicionário da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

ISHIDA, Válder Kenji. **Estatuto da criança e do adolescente: doutrina e jurisprudência**, 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

JARES, J. **Cultura de Paz.** Porto Alegre: Artmed, 2001.

JIN, P. ***Efficacy of tai chi, brisk walking, Meditation, and reading in reducing mental diseases.*** New York: Pioner, 1992.

KAHN, T; BARBOSA, C. **Medindo a criminalidade: um panorama dos principais métodos e projetos existentes.** In: Encontro brasileiro do projeto polícia e sociedade democrática, Centro de estudios del desarrollo (CED). Viva Rio. São Paulo, 2000.

KAPLAN, R.M.; BUSH, J.W. ***Health-related quality of live measurement for evaluation.*** New York: McNamara, 2000.

LA TAILLE, Y. A indisciplina e o sentimento de vergonha. In: AQUINO, Julio Groppa (Org.). **A indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1996.

LARROSA, J. **O enigma da infância ou o que vai do impossível ao verdadeiro**. In: LARROSA, J., LIMA, R. Conflitos sociais e criminalidade urbana: uma literatura. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 1998.

LATERMAN, Ilana. **Violência e incivilidade na escola: nem vítimas, nem culpados**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.

LIPP, M.; ROCHA, J. C. **Stress, Hipertensão Arterial e Qualidade de Vida**. São Paulo: 1994.

LOFLAND, J.; LOFLAND, L. **Analyzing social settings: a guide to qualitative observation and analysis**. Belmont: Wadsworth, 1984.

LÜDKE, M; ANDRÉ, A. D. E. M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LUKÁCS, G. **Trabalho e teleologia**. In: Revista Novos Rumos, São Paulo, Editora Novos Rumos, Ano 4, n.123, 1989.

LUZ, A. A. **Educação e prevenção ao abuso de drogas: limites e possibilidades**. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

MARX, K. **Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes; a economia vulgar**. Introdução: Jacob Gorender. Os Economistas, São Paulo: Abril Cultural, 1982.

\_\_\_\_\_ **Manuscritos de 1844**. Paris: Editions Sociales, 1975.

MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MCKAY, J.R.; MURPHY, R.T.; RIVINUS, T.R.; MAISTO, S.A. **Family dysfunction and alcohol and drug use in adolescent psychiatric inpatients**. Los Angeles: Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry, 1991.

MIETHE, R. D.; HUGHES, M.; MCDOWALL, D. **Change and crime rates: an evaluation of alternative theoretical approaches**. Social Forces, v. 70, 1991.

MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MORAIS, R. **Cultura brasileira e educação**. Campinas: Papyrus, 1989.

MORIN, E. **Cultura de Massas no Século XX**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

MOSCOVICI, F. **Desenvolvimento interpessoal: treinamento em grupo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

NAHAS, M. V. (1994) **Projeto hábitos de saúde e aptidão física**. Núcleo de pesquisa em NASCIMENTO, Maria das Graças. **Violência e Escola: o que pensam os professores**. Rio de Janeiro: 2000.

NETO, P. M. **Policiamento comunitário e prevenção do crime: a visão dos coronéis da Polícia Militar**. São Paulo: Perspectiva. vol.18, nº.1, 2004.

NOTO, A. R. e col. **Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas entre Crianças e Adolescentes em Situação de Rua nas 27 Capitais Brasileiras – 2003**. São Paulo: CEBRID, 2004.

NÓVOA, A. e orgs. **Vidas e professores**. Porto: Porto Editora, 1998.

OSÓRIO, L. C. **Agressividade e violência: o normal e o patológico**. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos (Org.). **Violências no tempo da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

OLIVEIRA, R. A. **Caracterização institucional do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência**. Monografia (Especialização em Gestão Estratégica). Curitiba. Associação Distrital da Escola Superior de Guerra, 2003.

PAIXÃO, L. **Crimes e criminosos em Belo Horizonte, 1932-1978**. In: PINHEIRO, P. Crime, violência e poder. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PEARLMAN, R.A. & UHLMANN R.F. **Quality of Live in Chronic Diseases**. Los Angeles, 1988.

PHILLIPS, B. S. **Pesquisa social**. Rio de Janeiro: Agir, 1974.

PIAGET, J. **O possível e o necessário**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1985.

REHFELDT, K. H. G. **Álcool e Trabalho Prevenção e Administração do Alcoolismo na Empresa**. São Paulo: EPU, 1989.

ROBERTS, S. W. **Health Wellness: an introductory approach**. San Diego: Gorz, 1989.

RODRIGUES, M. V. C. (1994) **Qualidade de vida no trabalho**. Petrópolis, RJ:Vozes.

SAMPIERI, R. H. et al. **Metodología de la investigación**. México: McGraw-Hill, 1998.

SAMPSON, R. J.; GROVES, W. B. **Community structure and crime: testing social-disorganization theory.** *American Journal of Sociology*, v. 94. Chicago: 1989.

SANTANA, B. G. C. **Núcleo Integrado de Segurança Comunitária: uma Experiência.** Monografia. Recife, Universidade Católica de Pernambuco, 2002

SANTOS, Jair Ferreira dos. **O que é pós-moderno.** 17 ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.

SCHAF, A. **A sociedade informática.** São Paulo, UNESP/Brasiliense, 1991.

SILVA, R et al. **Saúde: naturalmente.** São Paulo, Projeto Saúde Brasil, 1993.

SILVA, T. T. **Identidade e diferença: a perspectivas dos estudos culturais.** Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

SILVEIRA, J. L. G.; DUARTE, M. F. S.; FONSECA, J. L. **Qualidade de vida do policial militar da cidade de Florianópolis.** I Encontro África - Brasil de Ergonomia V Congresso Latino - Americano de Ergonomia. Florianópolis, 2005.

SANTOS, B. **A crítica da razão indolente: Contra o desperdício da experiência.** São Paulo: Cortez, 2000.

SINGER, P.I. **Dominação e desigualdade: estrutura de classes e repartição de renda no Brasil.** Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1981.

SOUZA, A.; GUERRA, D. S. L.; SILVA, F. A. L. **Alcoolismo entre policiais militares: correlação com a disciplina institucional.** CAO/PMMG, Belo Horizonte, 1996.

SPINK, M. P. **Construção social do risco na sociedade contemporânea.** Conferência no *Seminário Cultura, Saúde, Doença.* Londrina, Paraná. 17-19 de ago., 2000.

STOER, S.R.; CORTESÃO, L. **Levantando a pedra: Da pedagogia inter/multicultural às políticas educativas numa época de transnacionalização.** Porto: Afrontamento, 1999.

SUCAR, J. M. in **Formação de multiplicadores de informações preventivas sobre drogas.** Florianópolis: UFSC, 2002.

TAVARES DOS SANTOS, J.V. **Os Matuchos.** Exclusão e Luta. Do Sul para Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1997.

TELES, M. L. S. **O que é psicologia.** Brasília: Editora Brasiliense, 1994.

TIGRE, M. G. E. S. **Violência na Escola: análise da influência das mudanças socioculturais.** Ponta Grossa: UEPG - Sociologia da Educação /n.14, 2004.



UNESCO, 2003. Disponível em: <http://www.unesco.org.br/programas/index.html>. Acesso em fevereiro de 2006.

VASSILEV, J. ***La pédagogie par project***. France: Éditions Sciences Humaines, 1998.

VELHO, N. M. **Diagnóstico de aptidão física geral dos policiais militares do estado**. São Paulo: 1994.

WASELFISZ, J. J.. **Juventude, violência e cidadania: os jovens de Brasília**. São Paulo: Cortez, 1998.

WARNER, B. D.; PIERCE, L. ***Reexamining social disorganization theory calls to the police as measure of crime***. *Criminology*, v. 31. Chicago: 1993.

WOLTER, C. V. C.; OCHELISKI, J. F. A.; MODESTI, M. **Programa de prevenção ao alcoolismo**. Monografia. Curitiba: Universidade Católica do Paraná, 2002

WOODRUFF, S.I. & CONWAY, T.L. ***Perceived Quality of Life and Health-related***. New York: MNF, 1990.

ZALUAR, Alba (Org.). **Violência e Educação**. São Paulo: Livros do Tatu/Cortez, 1992.

**APÊNDICE - PROJETO DE TRABALHO EM REDE NA PMPR: ALTERNATIVA  
DE INTEGRAÇÃO**

## APÊNDICE

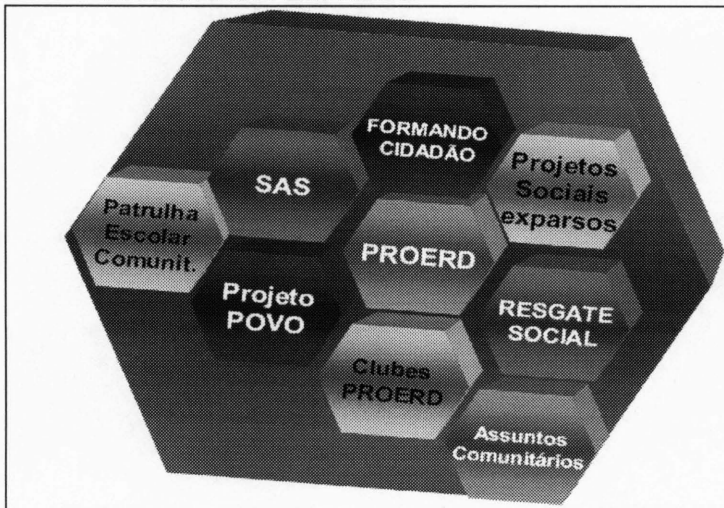
### UM PROJETO DE TRABALHO EM REDE NA PMPR: ALTERNATIVA DE INTEGRAÇÃO

Nessa etapa, serão realizadas algumas análises do que foi exposto até o momento, com base na teoria social de redes, por intermédio de dados relacionais (WASSERMAN e FAUST, 1994; HANNEMAN, 2000), ou seja, dados que expressam relações (conexões ou laços) entre objetos (nós, indivíduos, grupos) diversos, mais precisamente, o objeto de estudo que é a produção social na PMPR e a análise de suas conexões.

Assim, o foco da análise é deslocado dos atributos individuais (abordagem tradicional nas ciências sociais) para as relações que os sistemas que atualmente desenvolvem-se de maneira isolada, que é o caso do policiamento comunitário e das ações sociais desempenhadas na Corporação.

Importa lembrar, que as redes têm a singularidade de atuarem como estruturas emergentes, ou seja, próprias de sistemas complexos e dinâmicos, não-linearidade (Hanneman, 1997; Klüver e Schmidt, 1999). Em outras palavras, as redes revelam estruturas sociais (padrões de interação) que podem evoluir de forma não-linear e, portanto, produzir conseqüências imprevistas sobre determinado contexto. O importante é que essa ação emergente tem implicações nas dimensões macro e micro, e a compreensão desse processo crítico nos aproxima muito mais da realidade cotidiana. Isso pode ser representado de acordo com a organização gráfica celular das redes, em um sistema de interconexão, contido na Figura 18.

FIGURA 18 - REPRESENTAÇÃO CONCEITUAL DA ESTRUTURA CELULAR DE AÇÕES DE POLÍCIA COMUNITÁRIA E SOCIAL NA PMPR INTEGRADA EM REDE



Após as análises de similaridade das atividades de polícia comunitária e social na Corporação, com base na teoria social de redes, cumpre agora apontar a necessidade de aglutinar e se discutir a construção de um órgão de normatização, deliberação e de execução, concentrados em uma coordenação estadual, que doravante será denominado de Núcleo.

A proposição de tal órgão na Corporação é a de que tenha como atributos principais, a coordenação das ações de polícia comunitária, subdividida nos três grandes Programas que PMPR possui: o PROERD, Projeto Povo e a Patrulha Escolar Comunitária. As ações de cunho social, divididas entre o Serviço de Assistência Social, Clubes PROERD, Formando Cidadão, Resgate Social e o acompanhamento de projetos esparsos da PMPR.

A ação de controle, integração e articulação entre as forças municipais de apoio à Polícia Militar e Corpo de Bombeiro, na mesma estrutura de trabalho de polícia comunitária.

Outra atribuição desse Núcleo está na importância do trabalho de articulação das políticas entre a Polícia Militar e órgãos públicos e da iniciativa privada, que denominaremos de “relações interinstitucionais”.

A criação desse Núcleo tem por finalidade:

- A urgência interna e social na condensação em um único espaço, que trate das questões de cunho comunitário e de

interesses do público interno da Corporação, com o fim de que as decisões, nesse âmbito, tenham uma mesma linha diretiva;

- Estimular a cooperação entre o Governo Federal, Estado, Municípios, Organizações Privadas de Segurança, Comunidades e Cidadãos no que se refere à preservação da ordem pública;

- Coordenar as atividades policiais militares, que constituem dever do Estado, com aquelas exercidas pelos Municípios, Organizações Privadas de Segurança, Comunidades e Cidadãos, como direito e responsabilidade de todos;

- Desenvolver ações junto às comunidades, no que se refere à educação para a prevenção às drogas, cultura da paz, consciência ambiental, legislação de trânsito e outros assuntos nos ambientes escolares e outros que permitam a disseminação de informações preventivas;

- Preocupar-se com a saúde psicológica e física dos policiais militares e familiares, com vistas ao não acometimento de endemias;

- Direcionar os esforços nas ações de Polícia Comunitária, com vistas a criar condições para que a Instituição aproxime-se de seu público externo, manifestada através das comunidades, através de parceria, cooperação, que contribua para a preservação da ordem pública, para obtenção do grau de segurança pública desejável, com vista à melhoria da qualidade de vida do ambiente social;

- Estabelecer experimentalmente o denominado “Núcleo de Assuntos Comunitários e de Relações Interinstitucionais da Polícia Militar do Paraná – NACRI/PMPR”, aglutinando as atividades esparsas desenvolvidas pela Corporação, dirigidas para a comunidade e para o público interno;

- Após análise experimental, criar o Projeto de Lei Estadual, para a aprovação como “Núcleo de Assuntos Comunitários e de Relações Interinstitucionais da Polícia Militar do Paraná – NACRI/PMPR”, bem como, transformá-lo em órgão sub-setorial de Unidade Orçamentária da Corporação.

O Núcleo de Assuntos Comunitários e de Relações Interinstitucionais da Polícia Militar do Paraná – NACRI/PMPR, conceitualmente constitui-se como órgão de articulação e apoio ao Chefe do Estado Maior da PMPR e, situado na Subchefia do Estado Maior da PMPR, incumbindo-lhe, no âmbito da Polícia Militar do Paraná, planejar, coordenar e controlar os assuntos relativos a:

- Ações de Polícia Comunitária;
  - o PROERD;
  - o Projeto POVO;

- Patrulha Escolar Comunitária.
- Assuntos de Assistência Social;
- Conselhos Comunitários de Segurança;
- Guardas Municipais;
- Organizações Privadas de Segurança;
- Corpos de Bombeiros Voluntários, Municipais e Particulares;
- Assessoria de relações interinstitucionais: Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano, Trânsito e Defesa Civil.

As atribuições previstas para a Núcleo de Assuntos Comunitários e de Relações Interinstitucionais da Polícia Militar do Paraná – NACRI/PMPR são:

- Planejar, coordenar e controlar, no âmbito da PMPR, os assuntos relativos a Guardas Municipais, Organizações Privadas de Segurança, Conselhos Comunitários de Segurança, Corpos de Bombeiros Voluntários, Municipais e Particulares, Programas de Prevenção às Drogas e à Violência, Assuntos internos relativos a Assistência Social, Assuntos internos relativos a Saúde Física, Assuntos institucionais relativos ao Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano, Trânsito e Defesa Civil;
- Elaborar estudos visando orientar a Corporação nos assuntos próprios do Núcleo;
- Captar interesses, aspirações e objetivos dos municípios, comunidades e cidadãos no que se refere a segurança pública;
- Estreitar relacionamento entre órgãos do Governo Federal, Estado, Municípios, Organizações Privadas de Segurança e Comunidades na pesquisa e desenvolvimento de atividades relacionadas à preservação da ordem pública;
- Participar da avaliação de pesquisa, tabulação de dados e avaliação de opinião pública, colaborando com a aferição da efetividade dos serviços prestados à Corporação;
- Manter ligação com órgãos afins, nas esferas Federal, Estadual e Municipal, visando a salvaguarda das missões constitucionais da Corporação;
- Acompanhar a evolução das Guardas Municipais, Organizações Privadas de Segurança, Conselhos Comunitários de Segurança e outros Conselhos Estaduais e Municipais de interesse para a Segurança Pública, Corpos de Bombeiros Voluntários/Municipal-Particulares, formulação legislativa na Assembléia Legislativa do Paraná e Câmaras Municipais;
- Elaborar estudos, bem como, propor programas educativos relativos aos assuntos de sua competência;

- Normatizar, emitir pareceres, planejar, assuntos deste Núcleo que carecem de esclarecimentos.

Como atribuições do Chefe do Núcleo de Assuntos Comunitários e de Relações Interinstitucionais da Polícia Militar do Paraná – NACRI/PMPR tem-se:

- Administrar a NACRI/PMPR;
- Cumprir e fazer cumprir as atribuições da Diretoria;
- Assessorar o Comandante Geral da PMPR em assuntos sobre Guardas Municipais, Segurança Privada, Conselhos Comunitários de Segurança, Corpos de Bombeiros Voluntários/Municipal-Particulares, e no âmbito institucional, assuntos referentes ao Meio Ambiente, Trânsito e Desenvolvimento Urbano;
- Emitir pareceres nos assuntos relativos ao Núcleo;
- Estudar e propor ao Comandante Geral da PMPR, políticas, diretrizes, normas convênios, objetivando estimular e coordenar a cooperação entre o Governo Federal, Estado, Municípios, Organizações Privadas, Comunidades e cidadãos na preservação da ordem pública;
- Exercer outros encargos que lhe forem atribuídos pelo Comandante Geral da PMPR;

Quanto a divisão setorial do Núcleo de Assuntos Comunitários e de Relações Interinstitucionais da Polícia Militar do Paraná – NACRI/PMPR, foi estruturada na forma de gerências (ou departamentos), de acordo com as suas respectivas atribuições (Figura 19):

1) Gerência de Polícia Comunitária e Direitos Humanos – GePCom:

- a) Planejar, coordenar, controlar e ampliar no âmbito da PMPR, os assuntos relativos à Polícia Comunitária, nos Projetos:
  - i. POVO,
  - ii. PROERD,
  - iii. Patrulha Escolar e,
  - iv. Direitos Humanos;
- b) Captar os interesses, aspirações e desenvolver em conjunto com as comunidades, projetos adequados às suas necessidades de segurança, ressalvadas suas demandas e peculiaridades locais;
- c) Estreitar o relacionamento entre Estado e Municípios, no que se refere ao desenvolvimento de atividades relacionadas à

preservação da ordem pública, nos âmbitos da repressão, controle e prevenção;

- d) Manter ligação com órgãos afins, na esfera Federal, Estadual, e Municipal, visando à salvaguarda das missões Constitucionais da Corporação;
- e) Acompanhar a evolução das necessidades sociais, e a formulação de leis que interessem para o policial militar no que tange aos Direitos Humanos;
- f) Desenvolver através da OPM, programas comunitários na busca de soluções conjuntas para problemas ligados à segurança, coordenando a recepção de sugestões, via Comando e respectivas OPM;
- g) Estudar e propor ao Chefe do NACRI/PMPR procedimentos visando o bom desempenho das atividades;

## 2) Gerência de Assuntos Comunitários – GeAC:

- a) Planejar, coordenar e controlar, no âmbito da PM, os assuntos relativos aos CONSEG em conjunto com as OPM;
- b) Planejar, coordenar e controlar, no âmbito da PMPR, assuntos relativos ao Meio Ambiente, Trânsito e Defesa Civil.
- c) Captar os interesses, aspirações e objetivos das comunidades, e associações de bairros em assuntos pertinentes;
- d) Estreitar o relacionamento entre as comunidades, na pesquisa e coleta de informações, acerca de suas necessidades, no que se refere a Segurança Pública;
- e) Possibilitar à comunidade e seu entorno, qualidade tangível no atendimento dos anseios do público a que se destina;
- f) Incentivar e apoiar as OPM, no sentido de que desenvolvam projetos com o objetivo de dinamizar a participação comunitária;

## 3) Gerência de Relações Interinstitucionais – GeRI:

- a) Planejar, coordenar e controlar no âmbito da PMPR, os assuntos relativos às Guardas Municipais e organizações privadas de segurança, em conjunto com o CPC e CPI;



- b) Captar os interesses, aspirações e objetivos dos municípios, comunidades e cidadãos em termos de segurança;
- c) Estreitar o relacionamento entre Estado e Municípios, Organizações Privadas de Segurança e Comunidade na pesquisa e desenvolvimento de atividades relacionadas à preservação da ordem pública;
- d) Manter ligação com órgãos afins, na esfera Federal, Estadual, e Municipal, visando à salvaguarda das missões Constitucionais da Corporação;
- e) Acompanhar a evolução das Guardas Municipais, organizações privadas de segurança na formulação de leis, regulamentos e normas pertinentes;
- f) Desenvolver através da OPM, programas comunitários na busca de soluções conjuntas para problemas ligados à segurança, coordenando a recepção de sugestões, via Comando e respectivas OPM;
- g) Incentivar a participação da PM nas atividades de sua comunidade.
- h) Estudar e propor ao Chefe do NACRI/PMPR procedimentos visando o bom desempenho das atividades próprias da Gerência;

#### 4) Gerência de Assistência Social – GeAS:

- a) Planejar, coordenar e controlar no âmbito da PMPR, os assuntos relativos à Assistência Social no âmbito da PMPR;
- b) Captar os interesses e necessidades sociais do público interno, no que concerne ao planejamento de ações saneadoras da saúde dos policiais militares e familiares;
- c) Estreitar o relacionamento entre Órgãos do Governo Federal, Estado e Municípios, para o desenvolvimento em conjunto de ações relativas a área de amparo social do policial militar e familiares;
- d) Estudar e propor ao Diretor procedimentos visando o bom desempenho das atividades próprias do Departamento;
- e) Desenvolver através da OPM, programas internos e comunitários na busca de soluções conjuntas para problemas ligados à saúde física e mental dos policiais-militares,

familiares e, em conjunto com outros órgãos públicos e/ou particulares;

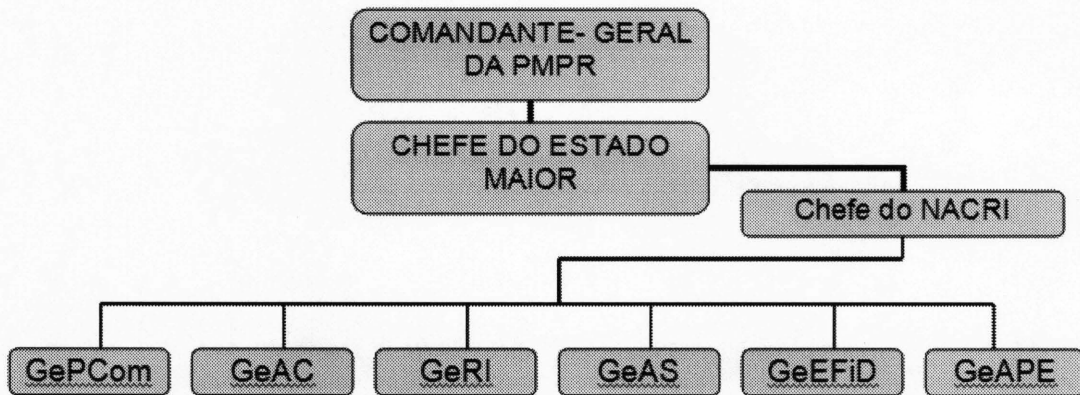
5) Gerência de Educação Física e Desporto – GeEFID:

- a) Planejar, coordenar e controlar no âmbito da PMPR, os assuntos relativos às políticas de educação física e higiene mental dos policiais militares e familiares;
- b) Captar os interesses, aspirações e objetivos das OPM e público interno, no que se refere aos programas de educação preventiva relativos ao desempenho de atividades físicas;
- c) Estreitar o relacionamento entre Estado e Municípios, e outros organismos da sociedade organizada, para o desenvolvimento de ações que promovam a vida através de eventos internos e/ou públicos;
- d) Incentivar a participação da PM nas atividades de sua comunidade.

6) Gerencia de Apoio a Programas Educacionais – GeAPE:

- a) Planejar, coordenar e controlar no âmbito da PMPR, os assuntos relativos aos programas de cunho educacional, que não os de Polícia Comunitária, na Corporação, bem como projetos vinculados a outras instituições governamentais ou da sociedade civil organizada;
- b) Captar os interesses, aspirações e objetivos da sociedade paranaense, no que se refere à criação e sistematização de ações educativas concretas e formais, no que se referem aos assuntos de prevenção, concernentes a área da Segurança Pública;
- c) Manter ligação com as Secretarias de Estado da Segurança Pública, Secretaria de Estado da Educação, e outras Secretarias de Estado e Municipais, de acordo com as demandas de projetos nas áreas educacionais;
- d) Incentivar a participação da PM nas atividades de sua comunidade;
- e) Propiciar que as ações de educação preventiva na PMPR estejam alinhadas às bases curriculares para a formação dos profissionais de segurança pública da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP/MJ.

FIGURA 19 – ORGANOGRAMA DO NÚCLEO DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E DE RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ – NACRI/PMPR



ANEXO – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS (PROJETOS DE  
PRODUÇÃO SOCIAL DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ:  
DILEMAS DA INTEGRAÇÃO)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE  
PROGRAMA CONVÊNIO UFPR – PMPR**



**TEMA: PROJETOS DE PRODUÇÃO SOCIAL DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ: DILEMAS DA INTEGRAÇÃO**

**Prezado(a) Policial Militar:**

- O presente Instrumento de Coleta de Dados (ICD) visa coletar informações para a elaboração da tese de doutoramento do Curso de Estratégia em Segurança Pública da Polícia Militar do Paraná;
- O ICD foi elaborado com questões fechadas e abertas para sistematização e análise de dados;
- Solicito vossa gentileza em prontamente preencher o presente ICD e envia-lo para o endereço contido no interior do envelope, até a data de 16 Jun 06.

**1 PERFIL DOS PROFISSIONAIS:**

**1.1 Caracterização pessoal**

1.1.1  Masculino

1.1.2  Feminino

1.1.3 **Idade:** \_\_\_\_\_

**1.2 Formação educacional**

1.2.1  Nível médio

1.2.2  Nível Superior incompleto

1.2.3  Nível Superior completo

1.2.4  Pós graduação *latu sensu*

1.2.5  Pós graduação *strictu sensu*

1.2.2 Em caso de formação superior ou pós graduação, indicar a área

**1.3 Formação profissional**

1.3.1 Outra profissão desenvolvida antes da atividade policial militar (Descrever):  
\_\_\_\_\_

**1.4 O tempo de atuação como policial militar**

1.4.1 Policial militar (tempo de formação): \_\_\_\_\_ anos e \_\_\_\_\_ meses.

1.4.2 Serviço operacional: \_\_\_\_\_ anos e \_\_\_\_\_ meses.

1.4.3 Atividade meio (administrativa): \_\_\_\_\_ anos e \_\_\_\_\_ meses.

Em atividade de Polícia Comunitária ou Social/Educativa : \_\_\_\_\_ anos e \_\_\_\_\_ meses.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE  
PROGRAMA CONVÊNIO UFPR – PMPR**



## 2 ATUAÇÃO PROFISSIONAL

### 2.1 Atividade que atualmente desempenha na PMPR

\_\_\_\_\_

### 2.2 Já trabalhou em alguma atividade educativa ou social fora da Polícia Militar?

2.2.1  Não

2.2.2  Sim

2.2.3 Em caso positivo, qual(is): \_\_\_\_\_

## 3 CONCEPÇÕES SOBRE A POLÍCIA MILITAR

### 3.1 Você concebe a Polícia Militar como:

3.1.1  Polícia que apresenta apenas programas de governo descolados dos problemas sociais;

3.1.2  Polícia que desenvolve programas de governo planejados para a resolução de problemas sociais;

3.1.3  Polícia que desenvolve programas institucionais (da própria PMPR) planejados para a resolução de problemas sociais;

3.1.4  Polícia de cunho repressivo e sem uma identidade com as questões sociais;

3.1.5  Não tenho opinião formada sobre o assunto.

3.1.6 Caso quiser justificar: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

### 3.2 Você entende seu trabalho no campo de polícia comunitária, educativa ou social como:

3.2.1  Algo que não é de responsabilidade da PMPR;

3.2.2  Algo de responsabilidade da PMPR apenas;

3.2.3  Algo de responsabilidade da PMPR e de outros setores sociais e do Estado;

3.2.4  Não tenho opinião formada sobre o assunto.

3.2.5 Caso quiser justificar: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

### 3.3 O trabalho no campo de polícia comunitária, educativa ou social na PMPR possibilita:

3.3.1  Mudança social

3.3.2  Desenvolvimento

3.3.3  Conscientização

3.3.4  Mudança de hábito

3.3.5  Responsabilidade social

3.3.6 Outro(s): \_\_\_\_\_



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE  
PROGRAMA CONVÊNIO UFPR – PMPR**



**3.4 Você considera a Instituição Polícia Militar do Paraná, no que se refere a aplicação/implantação da atividade de polícia comunitária, educativa ou social como:**

- 3.4.1  Uma organização que tem suas portas abertas para a sociedade;  
3.4.2  Quem mantém suas portas fechadas para a sociedade;  
3.4.3  Uma organização que se encontra em processo de abertura para o campo social;  
3.4.4  Não tenho opinião formada sobre o assunto.  
3.1.5 Caso quiser justificar: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**3.5 A PMPR deveria investir em outra área ainda não alcançada pela atividade de polícia comunitária, educativa ou social**

- 3.5.1  Sim  
3.5.2  Não  
3.5.3  Talvez  
3.5.4  Não tenho opinião formada sobre o assunto  
3.5.5 Caso quiser justificar: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**3.6 Você tem conhecimento do que é trabalho em rede?**

- 3.6.1  Sim  
3.6.2  Não  
3.6.3  Talvez  
3.6.4  Não tenho opinião formada sobre o assunto.  
3.6.5 Caso quiser justificar: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**3.7 Você acredita que o trabalho desenvolvido em rede pode proporcionar a melhora no resultado no campo da polícia comunitária, educativa ou social?**

- 3.7.1  Sim  
3.7.2  Não  
3.7.3  Talvez  
3.7.4  Não tenho opinião formada sobre o assunto.  
3.7.5 Caso quiser justificar: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE  
PROGRAMA CONVÊNIO UFPR – PMPR**



#### 4 O AMBIENTE SOCIAL

**4.1 Assinale a/as alternativa(s), que você como profissional, observa que falta no ambiente para o trabalho**

- 4.1.1  Recursos materiais (*viaturas, armamento, equipamentos, outros.*)  
4.1.2  Conhecimento técnico, pedagógico  
4.1.3  Envolvimento do comando  
4.1.4  Não tenho opinião formada sobre o assunto.  
4.1.5 Outro(s): \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**4.2 Você considera que o trabalho no campo de polícia comunitária, educativa ou social, desenvolvido na comunidade, cria espaço de mudança significativa?**

- 4.2.1  Sim  
4.2.2  Não  
4.2.3  Talvez  
4.2.4  Não tenho opinião formada sobre o assunto.  
4.2.5 Caso quiser justificar: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

#### 5 FORMAÇÃO E IDENTIDADE DO PROFISSIONAL

**5.1 Você considera sua formação importante para o desempenho de sua atividade no campo em que atua?**

- 5.1.1  Sim  
5.1.2  Não  
5.1.3  Talvez  
5.1.4  Não tenho opinião formada sobre o assunto.  
5.1.5 Caso quiser justificar: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**5.2 O tempo de curso para a formação do Instrutor do PROERD é adequado?**

- 5.2.1  Sim  
5.2.2  Não  
5.2.3  Talvez  
5.2.4  Não tenho opinião formada sobre o assunto.  
5.2.5 Caso quiser justificar: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_





**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE  
PROGRAMA CONVÊNIO UFPR – PMPR**



**5.3 Na sua concepção os outros policiais militares lhe vêm como**

- 5.3.1  Policial militar menos preparado, pois não trabalho como policial repressivo
- 5.3.2  Um agente de mudança no meio em que trabalha
- 5.3.3  Um profissional respeitado por desempenhar sua função (independente de qual área de trabalho)
- 5.3.4  Não tenho opinião formada sobre o assunto

Outro(s):

---